

anp

Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Relatório de Gestão 2005

Março de 2006



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Av. Rio Branco, nº 65 – 12º ao 22º andar

Centro – CEP 20090-004 – Rio de Janeiro

www.anp.gov.br

Telefone: (21) 2112-8100

Diretor-Geral

Haroldo Borges Rodrigues Lima

Diretores

John Milne Albuquerque Forman

Newton Reis Monteiro

Victor de Souza Martins

Relatório de Gestão 2005

Coordenação

Luís Fernando Panelli César

Secretário Executivo

Coordenação Executiva

Antônio Carlos Felipe Dias

Eduardo Marcelo Vianna de Menezes

Leandro de Souza Corrêa

Murilo Mota Filho

1. A INSTITUIÇÃO	4
1.1. Introdução	4
1.2. A Criação da Agência.....	5
1.3. Restruturação	7
1.3.1. Primeira Revisão.....	7
1.3.2. Segunda Revisão.....	7
1.3.3. Terceira Revisão.....	8
2. GESTÃO INTERNA.....	11
2.1. Centro de Documentação e Informação - CDI	15
2.2. Ações na Área de informática	19
2.3. Gestão Orçamentária	26
2.4. Gestão de Pessoas	32
2.5. Gestão Administrativa e Financeira.....	41
2.5.1. Gestão de Suprimentos	41
2.5.2. Administrativo	45
2.5.3. Economicidade e Proficiência.....	45
2.5.4. Comissão Permanente de Licitação - CPL	46
2.6. Corregedoria	48
2.7. Ações de Planejamento e Pesquisa.....	50
2.8. Da Divulgação	53
3. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.....	56
3.1. Regulamentação das Atividades da Indústria	61
3.2. Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural.....	66
3.2.1. Abordagem aos Estudos Geológicos e Geofísicos.....	67
3.2.2. Estudos internos da ANP	67
3.2.3. Estudos externos	68
3.2.4. Serviços	69
3.2.5. Conclusão	70
3.3. Gestão do Acervo de Informações das Bacias Sedimentares Brasileiras...	72
3.4. Promoção de Licitações	75
3.4.1. Sétima Rodada de Licitações	76

3.4.2. Eventos que contribuíram para o êxito nas ações da SPL	85
3.4.3. Conclusão	85
3.5. Contratos de Concessão	86
3.5.1. Exploração	86
3.5.2. Desenvolvimento e Produção	88
3.5.3. Fiscalização da Produção	90
3.5.4. Segurança Operacional	92
3.6. Participações Governamentais.....	95
3.7. Tecnologia e Formação de Recursos Humanos	98
3.7.1 Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás – PRH-ANP.....	99
3.7.2 Fiscalização da Cláusula Contratual – Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento	101
3.8. Refino e Processamento	102
3.8.1.Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo ...	103
3.8.2. Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo ...	105
3.8.3. Proposição de Resoluções	107
3.9. Comercialização e Movimentação.....	108
3.9.1. Autorizações Concedidas	109
3.9.2. Inspeções Técnicas Realizadas	110
3.9.3. Resoluções Emitidas	111
3.9.4. Atividades que Visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	112
3.9.5. Atividades Realizadas com outras Superintendências e/ou Instituições	115
3.10. Do Abastecimento	116
3.11. Qualidade de Produtos.....	123
3.11.1. Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis	125
3.11.2. Qualidade de Produtos	126
3.11.3. Autorizações de Novos Combustíveis	131
3.11.4. Biodiesel	133
3.11.5. Marcação de Biodiesel.....	134
3.11.6. Marcação de Solventes	134
3.11.7. Atividades do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas.....	135

3.11.8. Acompanhamento de Preços.....	136
3.12. Da Fiscalização	138
3.13. Do Centro de Relações com o Consumidor	143
3.14. Da Defesa da Concorrência	147
ANEXO 1 - Valores de royalties e participação especial creditados em 2005	150
Tabela A – Royalties Creditados aos Estados	150
Tabela B – Royalties Creditados aos Municípios	150
Tabela C- PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	174

1. A INSTITUIÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

Os benefícios gerados para a sociedade pela indústria do petróleo são imensos e tendem a crescer, estimulados por ações cuja responsabilidade recai sobre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Essa responsabilidade fica mais clara ao se desfiarem as múltiplas ações que a agência, organizada sob a forma de uma autarquia especial, desenvolve na sua tarefa diária de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e biocombustíveis: a realização de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a outorga de concessões de exploração e produção de petróleo e gás natural, as ações de fiscalização das instalações de produção, refino, armazenamento e transporte, distribuição e revenda, a outorga de autorização para a entrada de novos agentes no mercado e a regulamentação desse mercado.

A ANP administra o acervo gerado pelas atividades exploratórias e pelos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural; zela, por meio das concessões outorgadas, pelo cumprimento dos contratos, com especial atenção aos aspectos ambientais e de segurança operacional; incumbe-se do controle, cálculo e pagamento de participações governamentais, em particular, *royalties* e participações especiais pagas a Estados, Municípios e União.

Numa atividade diretamente relacionada à defesa dos interesses dos consumidores, a Agência fiscaliza o mercado, monitora a qualidade e o preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis, mantém canais de comunicação com agentes econômicos e consumidores e promove a formação de recursos humanos de nível técnico e superior para atuar na indústria do petróleo.

Tão importante quanto o marco legal que fundamenta a ação da ANP são as dimensões do mercado que ela tem por atribuição regular. A medida dessa importância pode ser avaliada pela participação do setor no PIB, que em 1997 era de 2,75% e atingiu, em 2004, 9,05%. O setor vem firmando-se não só como um importante recolhedor de tributos diretos (em 2004, foram cerca de R\$ 48 bilhões), como também um importante gerador de recursos para Estados e Municípios, com a distribuição de *royalties* e da participação especial sobre

a produção, que em 2005 somaram R\$13,1 bilhões, e atingiram a uma dezena de Estados e 825 Municípios.

Este relatório mostra como a ANP, superando todas as dificuldades institucionais e orçamentárias, se organizou e atuou no ano de 2005 para responder perante a sociedade, o mercado e a administração do País pela parcela de responsabilidade que lhe cabe na tarefa de regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas desse enorme mercado de petróleo, gás natural e agora biocombustíveis. A riqueza de informação aqui contida, para a qual a Agência pede a atenção do leitor, traduz a clara percepção que tem a ANP da relevância do papel que procura desempenhar no âmbito do Estado brasileiro, voltado para a garantia de suprimentos e para a proteção dos interesses dos consumidores de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

1.2. A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA

A Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, dispôs sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e instituiu a Agência Nacional do Petróleo, com a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Posteriormente, no dia 13 de janeiro de 2005, a Lei nº 11.097 alterou a Lei do Petróleo, com o objetivo de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, ampliando as atribuições da Agência, para nelas incluir os biocombustíveis. É assim que o art. 8º da lei passou a vigorar com a seguinte redação: “A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis (...)”. A própria denominação da autarquia foi alterada para Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Manteve-se a sigla ANP.

A mesma lei redefiniu algumas atribuições da agência. Na sua essência, coube à ANP, a partir de janeiro de 2005, “implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional (...), com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;”

A forma de organização da Agência está definida no artigo 5º do Decreto n.º 2.455, de 14 de janeiro de 1998, que estabeleceu a seguinte estrutura organizacional para a ANP:

Diretoria;

Procuradoria-Geral;

Superintendências de Processos Organizacionais.

O artigo 12 desse mesmo decreto relacionou os processos organizacionais que foram associados às Superintendências:

Gestão de Informações e Dados Técnicos;

Definição de Blocos;

Promoção de Licitações;

Exploração;

Desenvolvimento e Produção;

Controle das Participações Governamentais;

Relações Institucionais;

Refino e Processamento de Gás Natural;

Transporte de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural;

Importação e Exportação de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural;

Desenvolvimento de Infra-estrutura de Abastecimento;

Abastecimento;

Qualidade de Produtos;

Gestão de Recursos Humanos;

Gestão Financeira e Administrativa;

Gestão Interna.

Cabe à Diretoria colegiada decidir pela forma de vinculação das Superintendências aos Diretores, bem como a periodicidade desse processo de vinculação alternada. O Regimento Interno (Portaria n.º 215, de 1998, do Ministério de Minas Energia), por sua vez, definiu as atribuições comuns e específicas das Superintendências de Processos Organizacionais. As sub-unidades em que se desdobram as Superintendências e outras unidades em linha hierárquica assemelhada estão definidas - em termos de estrutura, vinculações e atribuições - em documento aprovado pelo colegiado e denominado Estrutura Organizacional da ANP.

Todos os textos legais e documentos aqui mencionados estão disponíveis, na sua integridade, no sítio da Agência na rede mundial de computadores.

1.3. RESTRUTURAÇÃO

1.3.1. Primeira Revisão

No segundo ano de funcionamento da ANP, duas modificações foram feitas, sem que implicassem mudanças mais profundas na estrutura organizacional. O fato é que já se identificava a necessidade de ajustes internos, a saber:

- a revisão dos processos organizacionais “Transporte de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural”, “Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Abastecimento” e “Importação e Exportação de Petróleo, Seus Derivados e Gás Natural”, os quais foram substituídos pelos processos organizacionais “Estudos Estratégicos”, “Comercialização e Movimentação de Petróleo e Seus Derivados” e “Comercialização e Movimentação de Gás Natural”;
- a criação das assessorias e assessorias especiais para contemplar as atividades de “Assessoria Especial de Imprensa” e “Assessoria Especial de Fiscalização” do Abastecimento e ainda a “Assessoria Especial de Informática”.

1.3.2. Segunda Revisão

Em meados de 2000, a ANP passou por um segundo processo de revisão da sua estrutura organizacional para atender às mudanças definidas na Lei n.º 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras.

A Lei n.º 9.986, de 18 de julho de 2000, estabeleceu uma nova estrutura de cargos para as agências reguladoras (ANP, ANATEL, ANEEL, ANVS e ANS), tornando necessária uma análise mais sistematizada da estrutura organizacional da ANP, para sua adequação ao novo marco legal.

O trabalho, desenvolvido com o apoio de consultoria externa, partiu do levantamento dos macroprocessos organizacionais finalísticos e introduziu as seguintes mudanças na Agência:

- uma nova forma de agrupamento das Superintendência por Diretor, resguardada a sistemática de rodízio anual;

- desenvolvimento e implantação de mecanismos e instrumentos facilitadores de um modelo de gestão baseado na visão integrada e multidisciplinar dos processos organizacionais e na orientação para a aprendizagem e o conhecimento.

1.3.3. Terceira Revisão

Em 2004, com base no entendimento de que a organização interna é um processo em constante aprimoramento, a ANP finalizou os estudos objetivando a otimização dos seus recursos e processos. A finalidade foi permitir que a Agência pudesse atuar de um modo mais ágil e eficiente.

A Portaria n.º 160, de 2 de agosto de 2004, aprovada pela Resolução de Diretoria n.º 342, da mesma data, e publicada na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004, definiu a nova estrutura organizacional para a Agência.

Nesse novo modelo, foi preservada a estruturação original da ANP, seguindo a concepção da indústria do petróleo e gás natural, bem como a visão de uma macroestrutura horizontal.

O modelo proposto de estrutura organizacional contemplou:

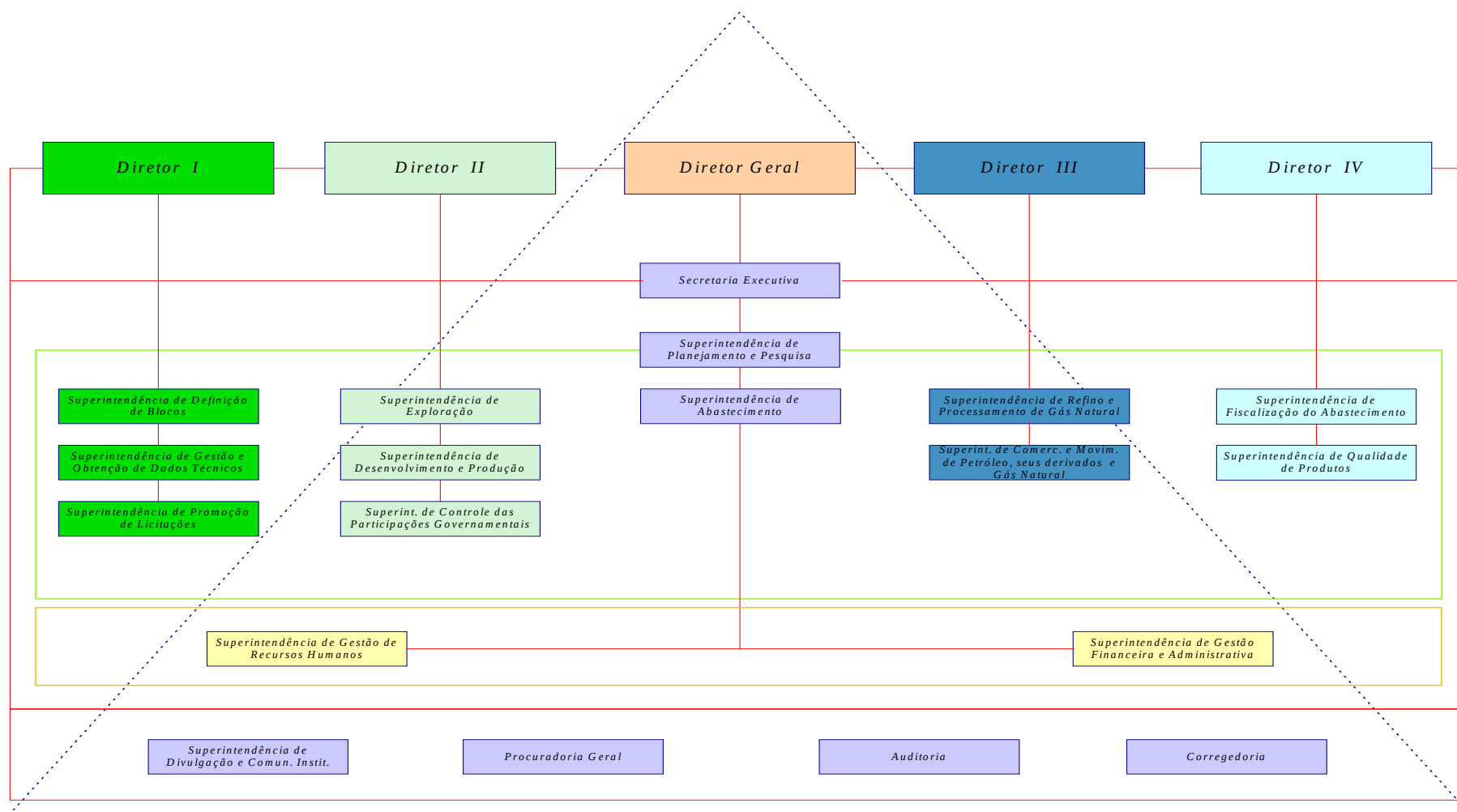
- uma unidade superior de gestão estratégica e deliberação colegiada, a Diretoria, composta por um Diretor Geral e quatro Diretorias organizadas por afinidade finalística. O colegiado se reúne com frequência semanal. Prevê-se modelo de gerenciamento intermediário calcado em Reuniões de Superintendentes;
- unidades executivas, as quais incluem uma Secretaria Executiva, Superintendências de Processos Organizacionais, Coordenadorias, Núcleos e, ainda, Centros;
- unidades de consulta e assessoramento: Procuradoria Geral, Gabinete do Diretor Geral, Assessorias, Auditoria e Corregedoria, além de Comitês, temporários e com objetivos, resultados e duração definidos;
- um Escritório-Sede em Brasília, no Distrito Federal, um Escritório Central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e duas unidades administrativas regionais: os Escritórios de São Paulo, SP, e de Salvador, na Bahia.

No ano de 2005, motivo deste relatório, a estrutura fixada nos anos anteriores mostrou-se adequada às necessidades de funcionamento da casa, não exigindo da Secretaria Executiva, incumbida regimentalmente da organização interna da autarquia, iniciativas junto à Di-

retoria no sentido de dotar a estrutura regimental de outros mecanismos de atuação, além dos já existentes, considerados adequados à agilidade pretendida pela casa.

Tirantes alterações pontuais no esquema de vinculação de sub-unidades, de impacto reduzido no resultado final da atuação da autarquia, o ano de 2005 não viu outras modificações estruturais além daquela resultante da incorporação do biodiesel às atribuições da ANP. Dessa iniciativa da Lei nº 11.097, de 2005, resultou uma distribuição pelas Superintendências afins das diferentes atividades relacionadas aos biocombustíveis, tais como autorizações, fiscalização, leilão do produto e sua qualidade. Comentários específicos sobre o assunto serão encontrados, neste relatório, nos capítulos dedicados à atuação das diferentes áreas-fim envolvidas com o tema.

Figura 1 – Organograma da ANP em 2005



2. GESTÃO INTERNA

Ações de planejamento estratégico

As iniciativas da Agência relacionadas ao planejamento estratégico de suas ações remontam a 1999, quando a agregação do conteúdo de documentos gerados pela Diretoria em palestras, seminários e Relatório de Gestão, serviu de base para um conjunto de orientações estratégicas de atuação da ANP, no curto prazo, sinalizando para uma revisão do processo de planejamento. Em 2000, um conjunto de projetos prioritários foi incorporado ao orçamento, seguido do estabelecimento de um sistema de gestão e informação para a execução e o monitoramento do plano. No mesmo ano, a Diretoria criou um Comitê de Diretrizes Estratégicas, que recomendou o apoio de consultoria externa para orientar as ações de planejamento. Em 2002, foi produzido novo esforço no sentido de se estabelecer uma visão de conjunto dos principais desafios e direcionamentos estratégicos da Agência, a curto, médio e longo prazos, com a realização do Seminário de Alinhamento Estratégico, mediante apoio de consultoria externa. O seminário identificou as prioridades estratégicas da ANP para o período 2002-2003 e indicou os desafios da Agência para a década. As recomendações do encontro caminharam mais rapidamente no que se relacionava à identificação e elaboração de indicadores de desempenho, com a fixação de metas e procedimentos de acompanhamento. Foi atingido o estágio de detalhamento das atividades das Superintendências e Núcleos, a elaboração de um modelo para o relatório de avaliação dos indicadores e a fixação da periodicidade de seu acompanhamento.

A ANP teve a preocupação de desenvolver um processo de planejamento estratégico que se mostrou primeiramente limitado à visão orçamentária, encaminhando-se, em 2004, para um estágio mais avançado de fixação de indicadores e metas. Não se atingiu, todavia, a plenitude do seu desenvolvimento e a fixação dos princípios estratégicos da instituição.

A Agência viu, no ano de 2005, repetirem-se as severas restrições orçamentárias a que foi submetida em 2004, o que mais uma vez impediu a concretização das recomendações da Diretoria colegiada, no sentido de se avançar no processo de planejamento estratégico mediante a contratação de consultoria externa. Considerou-se que a visão crítica da instituição e a capacidade moderadora do elemento externo indicavam a conveniência de sua interferência na conclusão do processo de planejamento estratégico da ANP.

Com o objetivo de compensar essa impossibilidade, a Agência, paralelamente à visão orçamentária com que vinha planejando suas ações, optou pela alternativa possível de a-

perfeição e difundir ainda mais a ferramenta do planejamento e avaliação de resultados contida no Plano Plurianual do Governo federal. Incluída no PPA com dois grandes programas, o de Abastecimento de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível e o de Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível, a ferramenta permitiu à casa um acompanhamento aceitável de suas ações, condicionado às constantes diretrizes oriundas da Diretoria sobre os rumos da ANP e suas prioridades.

Com o forte esvaziamento dos quadros técnicos da Agência ocorrido ao longo de todo o ano de 2005, a tarefa de planejar ficou relativamente prejudicada. A chegada dos novos servidores, aprovados no primeiro concurso público realizado pela autarquia, não alterou substancialmente esse quadro, uma vez que ocorreu apenas no final do exercício de 2005.

Sistema de Gestão de Documentos

No seu viés de unidade responsável pela gestão interna, a Secretaria Executiva identificou em 2004 fragilidades no processo de gestão documental da Agência, em especial a inexistência de uma política e de um sistema dela decorrente que pudesse centralizar e garantir a gestão documental na ANP com nível de qualidade e eficiência condizente com a complexidade dos trabalhos desenvolvidos pela autarquia.

Com base nessa constatação, a Diretoria, reunida em colegiado, aprovou a implantação de uma Política de Gestão Documental na Agência, com a estruturação de uma unidade organizacional responsável pela Gestão dos Documentos. O Centro de Documentação e Informação (CDI), unidade organizacional vinculada à Secretaria Executiva, foi a unidade responsável pela implantação dessa política na Agência. Com essa ação, espera-se:

- assegurar a eficiência e a qualidade dos procedimentos de geração e recebimento de documentos, tramitação, arquivamento adequado nas fases corrente, intermediária e permanente, bem como dos processos de avaliação, destinação final (eliminação e guarda permanente) e auditoria de sistemas;
- garantir às Unidades organizacionais facilidades e agilidade na recuperação – localização – de documentos gerados, recebidos e mantidos pela ANP, nos termos da legislação sobre arquivos de documentos públicos;
- assegurar a eliminação dos documentos que não possuem valor primário e secundário, conforme os procedimentos e diretrizes da legislação brasileira sobre o assunto e regulações internacionais;

- assegurar a aplicação adequada das técnicas e métodos da arquivologia, bem como das tecnologias da informação e gestão de documentos; e
- garantir a preservação e a guarda permanente de documentos de valor histórico, informativo e probatório, bem como seu acesso aos usuários e cidadãos, conforme regulamentações da legislação arquivística em vigor.

As restrições orçamentárias ocorridas em 2005 também esterilizaram a tentativa de implantação, naquele exercício, de uma política de gestão documental na ANP, iniciativa transposta para o rol das ações prioritárias da Agência em 2006.

Regulação

A regulação a cargo da ANP vinha sendo tradicionalmente tratada de forma localizada, com cada Superintendência de Processo Organizacional voltada exclusivamente para as Resoluções afetas à sua área de atuação. A partir de 2004, por recomendação da Diretoria, a Superintendência de Gestão Interna, posteriormente Secretaria Executiva, passou a se envolver no acompanhamento do assunto, o que foi facilitado pela atribuição conferida à unidade de atuar como órgão de enlace entre o colegiado e as demais unidades da estrutura organizacional, em especial aquelas de caráter finalístico. Essa visão corporativa da atividade de regulamentação teve início portanto em 2004, com a Secretaria Executiva envolvendo-se inicialmente no apoio às Superintendências na revisão de atos regulatórios expressamente recomendados pela Diretoria. As limitações então existentes recomendaram que ficasse para uma etapa seguinte, que se viabilizaria com a chegada à casa dos técnicos selecionados no concurso público, a participação da SEC, mediante coordenação, num processo mais amplo de identificação e revisão das portarias existentes e de preenchimento das lacunas regulatórias.

O atraso na realização do concurso público e a chegada dos novos servidores apenas no último mês de 2005 resultaram na transferência da iniciativa para 2006.

Apoio à Diretoria

À Secretaria Executiva compete regimentalmente atuar como Secretaria da Diretoria. Ela regulamenta e gere os procedimentos referentes às reuniões do colegiado, das quais o Secretário Executivo participa. Sua atuação permite a necessária integração entre o corpo técnico da casa e sua Diretoria, na medida em que é por seu intermédio que fluem para o colegiado as propostas técnicas da Agência e deste para o corpo técnico as resoluções tomadas pelo conjunto de Diretores. Isso implica, por parte da Secretaria Executiva, uma a-

preciação crítica de temas propostos, com possíveis correções de procedimento, bem como tarefas tradicionais, delegadas ao grupo de apoio, de elaboração de pautas, acompanhamento de reuniões, tomada de providências ditadas pelo colegiado, lavratura de atas e de Resoluções de Diretoria, além das providências subseqüentes relacionadas à publicidade legal dos atos.

Com base nos levantamentos da unidade, em 2005 foram realizadas 57 reuniões de Diretoria. A SEC organizou as pautas de discussão, acompanhou essas reuniões, elaborou as atas respectivas e fez publicar na imprensa oficial os atos decorrentes das decisões. Os registros da equipe que apoia a Diretoria mostram que, no exercício abrangido por este relatório, o colegiado produziu 39 resoluções, 258 portarias, 482 autorizações, 1.459 despachos, além de autorizar a realização de 16 audiências públicas.

Acompanhamento da execução física e financeira das ações da ANP

A ANP carecia, desde sua origem, de um sistema que permitisse, numa base integrada e corporativa, o acompanhamento e a avaliação da execução física e financeira de suas ações. Até 2005, conviviam na casa sistemas diferentes, calcados em base de dados igualmente distintas, cujos resultados, na maior parte das vezes, ofereciam informações pouco confiáveis.

Atenta ao problema, a Secretaria Executiva associou-se à Superintendência de Gestão Administrativa e Financeira e, das discussões então havidas, resultou em 2005 a proposta de trabalho conjunto das duas áreas para a montagem e funcionamento de um sistema capaz de oferecer ao corpo técnico da Agência e, em especial, a cada um dos Diretores relatórios periódicos com detalhamento da execução física e financeira da ANP.

Assim, o ano de 2005 se encerrou com um projeto-piloto, com início de implantação definitiva previsto para os primeiros meses de 2006, que permitiu atualizar diariamente a base de dados de contratos e convênios e o sítio Contas Públicas na Internet, recomendação do Tribunal de Contas da União; fazer a manutenção da base de dados financeiros, empenhos e gastos realizados pela ANP, de acordo com seus respectivos elementos de despesa; coletar e analisar informações técnicas que envolvam as principais ações, os contratos e os convênios em andamento na autarquia; consolidar e integrar os relatórios técnicos e financeiros; e disponibilizar no sítio da Agência na rede mundial de computadores a sua execução física e financeira.

Remodelagem do sítio da ANP na rede mundial de computadores

A Secretaria Executiva desenvolveu, em conjunto com o Núcleo de Informática, iniciativas que resultaram na execução - em 2005, devendo prosseguir em 2006 - de projeto destinado a aperfeiçoar conceitualmente o sítio da ANP na rede mundial de computadores. O objetivo da ação deve-se à necessidade, ressaltada pela Diretoria, de a Agência intensificar sua comunicação com a sociedade, a partir de uma nova arquitetura de apresentação das informações. A reformulação deverá garantir ao usuário maior facilidade na navegação e segurança dos dados da Agência. Desenho gráfico e conteúdo foram reformulados. A proposta se harmoniza com a nova plataforma de desenvolvimento de aplicações Web da ANP e se adequou às normas de diagramação de sítios, sugeridas pela Secretaria Especial de Comunicação do Governo federal.

2.1.CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CDI

Criado em 1998, com a missão precípua de “gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória”, o Centro de Documentação e Informação – CDI, subordinado à Secretaria Executiva, conta com uma estrutura apta a atender aos pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares, e a manter um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta e uma estreita comunicação com profissionais de todas as áreas e especialistas do setor finalístico institucional.

Unidade caracterizada pelo relacionamento direto com o pesquisador, investe diariamente na busca por novos recursos informacionais e tecnológicos que tornem o processo de pesquisa cada vez mais ágil e relevante.

Além do apoio de especialistas em consultoria bibliográfica, o leitor dispõe de uma Sala de Consulta, reservada, com acesso a obras de referência, de um computador conectado à Internet, conforto e recursos imprescindíveis ao estudo aprofundado. O acervo pode ser consultado *in loco* ou pode ser cedido, por empréstimo a todos os servidores da Agência. A consulta é estendida a leitores externos, desde que identificados e qualificados pela área acadêmica afim, familiarizados com o setor de regulação e legislação pertinente.

Gestão Interna do CDI

Na área de documentação e informação, o ano de 2005 foi marcado por mudanças físicas, estruturais e conjunturais. As instalações físicas provisórias do CDI sofreram sensível transformação, no período abarcado por este relatório. Ao constatar a impossibilidade da

manutenção do aluguel da área a ele reservada no andar térreo, com o objetivo de ampliar a capacidade de expansão do acervo e das áreas de trabalho, o corpo dirigente da ANP remanejou os espaços do 14º andar, onde se encontra instalado o CDI, e, em consonância com a nova política institucional, efetivou a expansão física para alocação dos servidores recém-contratados e do espaço destinado à guarda do acervo, concorrendo para o retorno de todo acervo armazenado na empresa Metrofile e a instalação definitiva de todo o conjunto documental.

O volume de material bibliográfico armazenado à distância era tão extenso e diversificado que, ainda hoje, a equipe do CDI ainda não concluiu a guarda do acervo no espaço e mobiliário a ele reservado. No entanto, a solução foi bastante satisfatória. De tal forma que os pedidos podem ser atendidos, de pronto, independentemente da interferência e dos prazos de transporte decorrentes da distância da Metrofile. Embora sanada parcialmente a situação física do Centro, cumpre registrar o árduo trabalho de reorganização das coleções no novo espaço, de acordo com os parâmetros característicos de cada tipo de material (livros, periódicos, mapas, fitas de vídeo, DVDs e outros), integralmente realizada pela equipe do CDI. Trabalho moroso e criterioso, que prevê a organização precisa do material, de maneira a evitar a dispersão de volumes e a conseqüente impossibilidade de localizá-los, posteriormente.

Por outro lado, a falta de área adequada contribuiu para a transformação de uma das salas de reuniões, do andar, em sala de consultas, especialmente ambientada para o atendimento ao leitor, com as condições e recursos apropriados a um meio de estudo confortável.

No que diz respeito ao volume de atendimento, em todos os níveis de trabalho, o ingresso de novos servidores concorreu para uma transformação muito favorável na rotina de trabalho, a partir do momento em que a frequência de leitores e pesquisadores se multiplicou significativamente. Ao recebê-los, à medida que assumiam seus postos, os novos visitantes da biblioteca eram recebidos com um atendimento personalizado, em função de sua especialidade e interesse e a eles apresentados todos os recursos disponíveis para o incremento da geração de novos produtos. Não se pode deixar de registrar a importância dos treinamentos oferecidos na fase de seleção desses servidores, uma vez que, detentores de uma vasta cultura da Casa, recorriam ao CDI com muito mais intimidade, interesse, cobrança e conhecimento do que os servidores até então em exercício.

Por solicitação do Superintendente de Abastecimento, o CDI, em conjunto com o Núcleo de Informática e o Protocolo, foi responsável pela transformação dos procedimentos técni-

cos em uso no arquivo daquela Superintendência. Grandes alterações foram realizadas, favorecendo o fluxo documental, assim como simplificação e racionalização de rotinas.

Essencial registrar a implantação do Programa de Qualidade de Vida, pela Superintendência de Fiscalização, no 14º andar, onde se encontra, fisicamente, localizado o CDI. Convidados a compartilhar das atividades, o CDI vem prestando colaboração voltada para a promoção da leitura e participando das atividades promovidas pelos colegas daquela unidade, dirigidas ao bem-estar, à saúde e ao aprimoramento cultural e laboral.

Um estreitamento de relações com as representações setoriais vem ocorrendo gradativamente e com perspectivas muito favoráveis para todos, não só quanto ao início do empréstimo de obras do acervo para os servidores de outros Estados, por malote, como também pelo desenvolvimento de atividades compartilhadas, a exemplo da criação, a pedido da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, de um novo item na Intranet, grupo “Biblioteca”, onde foram acrescidas as Notas PRG, que passam a oferecer atos normativos da Procuradoria Geral da ANP, acessíveis a todos os que trabalham com o tema Fiscalização, a despeito da distância física. Ainda no item “Biblioteca”, da Intranet, foi enriquecido o item Instruções Normativas, que passou a contar com numeração e ano, em cada um dos setores. Merece destaque o intercâmbio de publicações, encaminhadas pelas representações ao CDI, por malote, após a interveniência daqueles colegas junto aos editores locais, visando atender à solicitação de doações propostas por dirigentes e funcionários da Agência. Tais medidas minimizam as distâncias e estimulam o estreitamento das relações do corpo de servidores da ANP.

O estreitamento de relações também vem se intensificando junto às áreas de documentação de agências reguladoras. Vimos colaborando na implantação do setor de gestão documental da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), através da orientação profissional, sugestões bibliográficas, transmissão de experiências, sempre com bons resultados. O setor documental da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mantém um relacionamento muito estreito com o CDI, uma vez que estão coletando informações para a constituição de um centro de documentação unificado. Hoje, a ANS mantém, apenas uma biblioteca exclusiva, na Procuradoria Geral.

No campo da pesquisa, o CDI deu apoio integral à equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas - FGV, contratado pela ANP para escrever a sua história institucional.

É meta permanente diversificar e implementar novos recursos destinados a simplificar a rotina e ampliar o volume de informações para o aprimoramento dos serviços. Ao implantar

uma página exclusiva, na Intranet, os servidores do CDI investem experiência e determinação na proposição de novos recursos. O mais recente, com periodicidade semanal, implantado com o título de *clipping*, compreende um conjunto de artigos técnicos de interesse dos especialistas da indústria do petróleo, localizados em publicações e *sites* de instituições nacionais e estrangeiras, permanentemente monitorados pelos bibliotecários do CDI. Outra atividade, resultado da demanda de colegas especialistas, é o levantamento permanente de textos de interesse sobre temas atuais e polêmicos que podem simplificar a pesquisa setorial, racionalizando o investimento local e dando margem ao exercício de outras atividades pelos técnicos do setor. Um exemplo é o atual investimento no setor de álcool, açúcar e biocombustíveis.

Merece destaque também a realização, em 2005, do inventário de livros e o início do confronto da atual situação do acervo, em relação ao conjunto patrimonial adquirido ao longo dos anos, de acordo com a orientação do Setor de Patrimônio, da Superintendência de Gestão Administrativa e Financeira.

Legislação de petróleo e gás natural

Em 2005, a Secretaria Executiva deu prosseguimento ao projeto que, a partir de uma associação com a empresa IOB Thomson, permite à Agência disponibilizar no portal da ANP na rede mundial de computadores e na rede interna da Agência toda a legislação brasileira do setor de petróleo e gás natural, desde 1934.

Ali podem ser encontrados a Constituição Federal, emendas constitucionais, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções e portarias de órgãos que antecederam a ANP (o Conselho Nacional do Petróleo e o Departamento Nacional de Combustíveis), portarias interministeriais e toda a regulamentação editada pela Agência - resoluções, portarias, autorizações e despachos, além de todo o conteúdo das rodadas de licitações de blocos.

O projeto inclui ainda a regulamentação sobre o meio ambiente que tenha relação com as atividades da Agência (em nível federal e estadual), as normas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a jurisprudência de petróleo e gás natural no âmbito do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais regionais federais e nas seções judiciárias federais de 1º grau.

2.2. AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA

O Núcleo de Informática (NIN), vinculado à Secretaria Executiva, focou sua ação em 2005 na busca de uma informática efetivamente corporativa e segura para a ANP, integrando e expandindo de forma considerável os processos de tecnologia da informação e reformulando toda a infra-estrutura de processamento de dados. Nessa linha de atividades, o NIN deu continuidade em 2005 a iniciativas consideradas prioritárias, entre as quais:

- Segurança da Informação – Certificados Digitais - O Projeto Corporativo de Segurança da Informação tem por objetivo tornar íntegro e confiável o acesso às informações da Agência. Com os trabalhos realizados em 2005, os agentes externos (agentes econômicos, o governo, o cidadão etc) que acessam o sítio, em atividades específicas ou na busca de informações, estarão seguros quanto à autenticidade da origem e a integridade e confidencialidade das informações. O certificado digital hoje disponível foi estendido a outros ambientes, como: correio eletrônico e aplicações internas.
- Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - O projeto SIMP (Sistema de Informações de Movimentação de Produtos) foi especificado e colocado em fase de desenvolvimento em 2004 e continuado em 2005. Trata-se do primeiro sistema integrado com a totalidade dos dados de movimentação e estoques de produtos derivados de petróleo, de todas as empresas reguladas no Brasil. Além de agregar todos os dados pertinentes ao *downstream*, possibilitará a análise e o cruzamento desses dados com as informações cadastrais dos agentes regulados. O SIMP irá gerar aumentos de eficiência e eficácia nas atividades de regulação, proporcionando um maior controle do setor e a geração de informações mais rápidas e seguras para a indústria e para a sociedade. O NIN, atuando em conjunto com a coordenação técnica do projeto, concluiu em 2004 o arcabouço tecnológico, permitindo a entrada em produção em 2005 dos recursos de informática que darão suporte ao funcionamento e proverão a evolução do sistema. O módulo responsável pelo recebimento e gestão das movimentações enviadas eletronicamente (i-SIMP) pelos agentes foi implantado, viabilizando assim a Resolução ANP 17/2004, e alcançando a marca de mais de 20 milhões de registros recebidos dos agentes econômicos, ao longo do ano.
- O NIN desenvolveu em 2005 um ambiente paralelo ao DCP (demonstrativo de controle de produtos) para receber os dados consolidados do i-SIMP, que será implantado no início de 2006, para proporcionar continuidade a todas as informações utilizadas pela Agência no formato dos relatórios do DCP. O NIN estruturou uma equipe para o atendimento exclusivo à ferramenta, com estrutura de apoio pessoal no caso de um número

elevado de demandas. Durante o processo, a equipe de atendimento foi qualificada e criou uma base de conhecimento com as dúvidas mais freqüentes. Atualmente o SIMP possui uma equipe de coordenação, o que facilita o controle e a atuação do NIN.

As novidades trazidas pelo SIMP devem-se não apenas a quesitos técnicos e conceituais, mas principalmente à forma como ele vem sendo discutido e aprimorado pelo diálogo constante com os agentes regulados, atores principais do sistema e co-partícipes em seu desenvolvimento.

O Sistema funciona de forma semelhante com o já implantado pela Receita Federal, que detecta anomalias e dispara ações de fiscalização.

O ano de 2005 foi importante também para a realização da atividade de análise dos dados enviados pelos agentes regulados, com o estabelecimento das melhores rotinas de aferição qualitativa e quantitativa e a implementação das necessárias críticas ao sistema, a fim de aprimorar o processo regulatório.

O modelo atual do SIMP envolve o processamento mensal de mais de seis milhões de informações, o que justifica a complexidade de sua gestão, e que tende a aumentar com a cobertura de novos agentes de mercado, como o setor de revenda, que envolve várias dezenas de milhares de agentes econômicos.

Apoio à área de fiscalização do abastecimento

As ações de fiscalização do *downstream*, a cargo da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), recebeu apoio do NIN em 2005 no desenvolvimento do Sistema de Fiscalização do Abastecimento, que tem por finalidade dar apoio às Superintendências do *downstream* na conformidade dos registros e das autorizações das instalações, da qualidade do combustível ofertado e do fluxo comercial de distribuição e de revenda de combustíveis líquidos, derivados do petróleo, álcool combustível carburante, gás liquefeito do petróleo e gás natural veicular. O projeto dará embasamento ao julgamento de 1ª e 2ª instâncias das penalidades aplicadas aos agentes econômicos em processos instaurados pelos agentes de fiscalização. Em 2005, o Sistema de Fiscalização do Abastecimento esteve em processo de homologação e, em conjunto com os usuários, iniciou-se o processo de adequação e migração das bases dos sistemas legados para o novo sistema, que deverá ser implantado no início de 2006.

Novos Sistemas

O Núcleo de Informática conduziu a implantação de sistemas desenvolvidos em parceria com fornecedores externos e apoiou a integração das novas empresas vencedoras de licitações dos contratos de “Levantamento de Preços” e do “Novo Call-Center”. Foi implantado o sistema Integrado para Controle de Bolsas, que controla os bolsistas do Programa de Recursos Humanos da ANP, o novo sistema do Centro de Relações com o Consumidor, com toda a infra-estrutura requerida, contemplando o histórico da antiga empresa de *call-center* e a integração com os fluxos da ANP. Foi desenvolvido, em parceria com fornecedor externo, o Sistema de Incidentes e Licenciamento Ambiental (SIN / LIAM) que trata de questões de incidentes e de licenças ambientais, enquanto a manutenção do sistema de levantamento de preços, que era realizado por empresa externa, foi assumida pelo Núcleo de Informática, devido à mudança de empresa na licitação do contrato da área usuária, a Superintendência de Qualidade de Produtos.

Apoio à área de exploração e produção

O Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) é o sistema corporativo do *upstream*, que atende às áreas de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos, Definição de Blocos, Exploração, de Promoção de Licitações, de Desenvolvimento e Produção, e de Controle das Participações Governamentais. Durante o ano de 2005, o SIGEP sofreu diversas melhorias para atender às diversas superintendências usuárias, dentre as quais destacam-se: módulos para participações governamentais, reformulação de módulos de análise com adição de gráficos que auxiliam na visualização de tendências e criação de módulo de carga via Internet (i-SIGEP), que proporciona um canal seguro para recebimento de informações dos concessionários (ex: BMP, PD, PAP, etc...).

Mudança dos Escritórios Regionais da ANP

O NIN incumbiu-se, em 2005, da transferência da infra-estrutura de informática que acompanhou o processo de mudança das instalações do Escritório de São Paulo e Salvador para novos endereços. A mudança de servidores, acessos, redes implicou também na substituição de uma estrutura precária e improvisada por uma base de apoio de informática condizente com as necessidades da Agência, principalmente na comunicação de rede entre os escritórios.

Transferência de Dados

Foi implantado um serviço de transferência de dados denominado SFTP, que se destina a facilitar a atuação dos servidores da casa quando necessitarem encaminhar e receber do-

cumentos importantes e grandes, com garantia de segurança e performance na comunicação com agentes e fornecedores externos. A partir da implantação do serviço, em 2005, os servidores puderam enviar e receber, sem ônus pessoal e com protocolo, os documentos da Agência.

Armazenamento Externo dos Dados da Agência

Ações do Núcleo de Informática, em 2005, permitiram o armazenamento externo dos dados salvaguardados da ANP em um local especializado. A iniciativa permitiu maior segurança aos dados, garantindo a continuidade da Agência no caso de qualquer incidente ou desastre imprevisto.

Monitoramento do Ambiente Tecnológico

O monitoramento interno de todos os servidores e serviços de comunicação tecnológica da Agência, abrangendo a Sede e demais unidades descentralizadas, permitiu um suporte pró-ativo sobre qualquer incidente ocorrido, gerando para a Agência um índice de disponibilidade de aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento).

Implantação da Metodologia ITIL

Ocorreu, no período compreendido por este relatório, a implantação de um conjunto de melhores práticas para operação e gerenciamento de serviços de TI, tais como gerenciamento de *service-desk*, incidente, mudança, capacidade, nível de serviço e segurança. O ITIL rastreia problemas em áreas de serviço de TI como *help desk*, suporte a aplicações, distribuição de *software* e suporte a sistemas de contato com o cliente, como gerenciamento de configuração. A iniciativa permitiu maior segurança às atualizações de *softwares* e mudanças de ambiente, garantindo maior qualidade e disponibilidade sobre o processo evolutivo de Tecnologia da Informação.

É um projeto contínuo. Foram implantadas em 2005 a Gerência de Mudanças, Gerência de Incidentes, Gerência de Problemas e Service Desk, com continuidade em 2006, quando serão focadas principalmente a Gerência de Capacidade e a Gerência de Configurações e Níveis de Serviço (SLA).

Implantação do Servicedesk On-Line

O *Servicedesk On-Line* implantado representa um sistema de atendimento moderno, fácil e prático, pelo qual o próprio usuário abre um chamado. O usuário ainda pode anexar uma

mensagem de erro ou um arquivo, caso seja necessário acompanhar *on-line* todo o trâmite de atendimento do seu chamado.

O Servicedesk On-Line também possui informações sobre a equipe de atendimento, Catálogo de Serviços que informa todos os serviços de responsabilidade do Núcleo de Informática, banco de dicas sobre as principais dúvidas dos usuários e quadro de avisos, com alertas sobre indisponibilidades.

Capacitação aos Novos Funcionários

A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos solicitou ao Núcleo de Informática a preparação de um curso de formação aos novos funcionários concursados ANP, onde eles puderam conhecer a estrutura tecnológica de equipamentos, rede e pessoal do Núcleo. Durante o treinamento, aprenderam a utilizar as principais ferramentas de comunicação da Agência, como a Intranet, Internet e Correio Eletrônico, sendo ministrado também um treinamento sobre os Sistemas e Fluxos Corporativos, o que permitiu ambientação dos novos servidores na sua área de trabalho. O material criado pelo Núcleo de Informática serve atualmente como padrão de orientação para novos prestadores de serviços e antigos colaboradores. O NIN também desenvolveu e implantou a ferramenta SCAC para o controle e alocação de novos funcionários, apoiando inclusive a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos nas mudanças de versão do aplicativo RM (Gerenciamento de Pessoal), utilizado no controle dos servidores da ANP.

Além dessa capacitação, foi desenvolvido para os novos funcionários do Núcleo de Informática, em 2005, um projeto de capacitação em Segurança da Informação.

Esse projeto teve o objetivo de capacitar e treinar os colaboradores da ANP, ampliando sua cultura e conseqüentemente, conscientizando-os da importância da Segurança da Informação para a organização. Com a realização desse projeto, a ANP diminuiu as ameaças à segurança da informação e os custos relacionados com atividades de correção, além de criar elementos replicadores para seu processo de educação contínua. Os seguintes treinamentos foram realizados no ano de 2005:

- MCSO I - Módulo Certified Security Officer;
- MCSO II - Módulo Certified Security Officer;
- BS7799 Certification Guidance;
- Análise Forense.

Gerenciamento de Logs

Ações do Núcleo de Informática, em 2005, permitiram a aquisição de uma ferramenta que gerencia todos os registros efetuados em *log*, pelos componentes de informática da Agência. Por essa ferramenta, o Núcleo de Informática analisa todo o ambiente computacional que custodia os sistemas, fluxos e ferramentas de comunicação da agência, podendo aperfeiçoar o rendimento, eliminar conflitos de ações internas de sistemas e gerenciar falhas e erros de bancos de dados e *backup*.

Implantação do Pregão Eletrônico

O NIN conduziu a implantação de todo o processo de pregão eletrônico da ANP, planejando e instalando toda a infra-estrutura necessária, dentro das recomendações governamentais.

Projeto Business Objects

Com a aquisição da ferramenta *Business Objects*, atualmente implantada na ANP, deu-se início aos projetos de *Business Intelligence*, com abrangência desde o *downstream* até ao *upstream*, o que fornece valiosa ferramenta de análise técnica e gerencial. Esses projetos de *Business Intelligence* trazem em seu escopo a criação de bases de dados especialmente formatadas (*data warehouse*) para atender às necessidades de análise da Agência. O processo de mapeamento e das análises desejadas trará uma nova perspectiva de utilização dos dados do setor de petróleo, gás e biocombustíveis transformando esses dados em informação valiosa para as atividades da Agência. Os dois primeiros projetos de BI contemplam, no *upstream*, análises da área de produção e, no *downstream*, análises dos dados recebidos pelo i-SIMP.

Migração de Dados

Durante o ano de 2005, o Núcleo de Informática realizou diversos processos de migração de bancos de dados do Access (mantidos por usuários) para a base de dados corporativa em Oracle, proporcionando segurança na guarda, visto que o banco de dados Oracle é mantido em ambiente seguro no CPD, com processos adequados de contingência e *back-up* e informação corporativa, fonte única que pode ser compartilhada com todos que necessitam e têm permissão de acesso.

Projeto de Análise de Riscos

Trata-se de um projeto de análise e implementação dos controles recomendados pela equipe de segurança, que tem por objetivo garantir a disponibilidade dos serviços existentes e a integridade e confiabilidade no acesso às informações da Agência.

Monitoramento de Ataques Internos e Externos

Atividade que objetiva o acompanhamento contínuo de segurança, com análises e varreduras pró-ativas de segurança. Coíbe ataques externos e internos, sendo realizadas em regime de 24 horas, sete dias por semana.

O Núcleo de Informática executou o projeto de migração e atualização do programa de antivírus da ANP. Ele é responsável por manter os servidores e estações de trabalho da ANP atualizados contra códigos maliciosos que possam trafegar na rede corporativa ou que sejam captados mediante acesso a *sites* da Internet, correio eletrônico e arquivos de dados. O programa garante a integridade dos dados que trafegam na Agência e diminui o risco de contaminação.

Sétima Rodada de Licitações

O Núcleo de Informática apoiou a realização da Sétima Rodada de Licitações de áreas exploratórias e marginais, atuando nas seguintes atividades: manutenção do sistema do BID para atender às regras e definições da Sétima Rodada; planejamento de infra-estrutura de redes; planejamento de infra-estrutura de Internet; planejamento de infra-estrutura de distribuição de vídeo; planejamento de procedimentos de segurança da informação; especificação de equipamentos; interlocução com fornecedores de serviços de tecnologia e equipamentos; coordenação do transporte de equipamentos; acompanhamento e certificação das instalações de infra-estrutura e de equipamentos, realizados pelos fornecedores conforme planejamento prévio; aplicação de procedimentos de segurança da informação nos equipamentos e na infra-estrutura do evento; execução de simulações da Sétima Rodada; suporte ao sistema, à infra-estrutura e aos equipamentos durante o evento; suporte aos processos de processamento de ofertas, de emissão de crachás, de controle de documentos da licitação, da CEL, da Diretoria, da assessoria de imprensa e da sala do concessionário; execução e verificação dos processos de segurança da informação durante o evento; e coordenação e execução do suporte de informática do evento com equipe do NIN e dos fornecedores.

Implantação do Escritório de Segurança da Informação

O Escritório de Segurança da Informação é uma estrutura que se preocupa com a aplicação dos conceitos de gerenciamento de projetos de Segurança da Informação dentro de uma organização e pode ser definido como uma entidade organizacional estabelecida para auxiliar os gestores e suas equipes na implementação dos princípios, práticas, metodologias, ferramentas e técnicas do gerenciamento de projetos.

Implementação de Certificados Digitais

A atividade objetivou a distribuição de certificados digitais válidos, disponibilizados pelo SERPRO, para 25 gestores da ANP.

Operacional

Finalmente, em 2005, deu-se continuidade às atividades de manutenção, testes, homologação e implantação de quarenta sistemas, trinta e oito fluxos, Intranet e Internet, que são mantidos no ambiente computacional de produção da ANP.

2.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento (COR) se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de orçamento e apoia a Diretoria colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção e ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento orçamentário que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do ano, a Coordenadoria de Orçamento, em sintonia com outras áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em sua áreas de atuação e permite ao orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

Execução Orçamentária em 2005

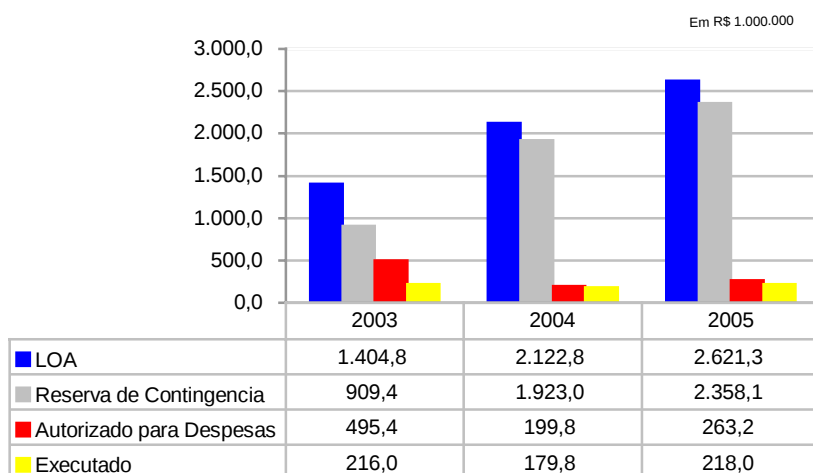
Para uma autorização inicial de R\$ 184,2 milhões, o orçamento de 2005 foi inicialmente superior ao autorizado em 2004. Esse acréscimo representou uma variação de apenas 2,4% em relação ao ano anterior. Contudo, no decorrer do ano foram acrescidos à autorização inicial mais R\$ 59,7 milhões provenientes da reabertura do crédito especial aprovado em 2004 de R\$ 14 milhões (decreto de 25/02/05) para cobertura do saldo remanescente da Conta Petróleo e mais R\$ 45,7 milhões que incluíram a ação Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Esses acréscimos significaram um crescimento de 31,73% em relação ao orçamento de 2004, sendo que na prática foram realizados apenas 21,26% uma vez que os créditos da Conta Petróleo em nada contribuíram para as atividades da Agência

É importante destacar que apesar de boa parte dos recursos vinculados aos Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo continuarem a ser alocados na reserva de contingência, para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário, o governo, atendendo às constantes reivindicações por mais recursos nesta área, incluiu a ação no Projeto-Piloto de Investimento (PPI). Esse projeto visa subtrair do cálculo do superávit primário despesas que contribuam para a ampliação da infra-estrutura. A Lei nº 11.188, de 31 de outubro de 2005, ampliou o orçamento da ANP em R\$ 45.750.734,00. Como os recursos não entram no cálculo do superávit primário, não ficam sujeitos ao contingenciamento nos decretos de programação orçamentária e financeira. Isso se refletiu também num aumento absoluto do volume de recursos executados, superando inclusive os valores executados em 2003.

Se por um lado essa medida representou a alocação de um volume significativo de recursos para a contratação dos Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo, por outro o valor ainda é muito pequeno em relação ao o que está previsto no inciso I do artigo 50 da Lei nº 9.478/97. Grande proporção desses recursos continua sendo alocada na Reserva de Contingência.

O gráfico a seguir mostra a variação da reserva de contingência no três últimos exercícios e a execução orçamentária.

Gráfico 1- Composição do Orçamento e Execução da ANP 2003 a 2005



Fonte: SIAFI

A disponibilidade menor de recursos representou um sério entrave para a expansão das atividades da Agência. Como agravante dessa situação, o decreto de programação orçamentária e financeira para 2004 (Decreto n.º 5.379/05) reduziu o limite de movimentação e empenho, situação que se manteve inalterada até o final do exercício, quando o limite foi ampliado, conforme descrito a seguir:

Tabela 1 - Limites de Movimentação e Empenho em 20051

Em R\$				
Anexos	a) Autorizado	b) Limite Decreto n.º 5.379/05	c) Limite Final	d) Executado ²
Anexo I (fonte 100, 129, 142, 174,300,342)	191.235.829	46.155.498	113.195.801	158.901.475
Anexo II (fonte 250)	33.822.782	33.822.762	33.819.435	30.839.204
Total	225.058.611	79.978.260	147.015.236	189.740.679

Fontes: SIAFI e Ofício 366/GM/MME

Com a restrição do limite de movimentação e empenho inicial de R\$ 79.978.260 (-64,46) durante boa parte do exercício, configurou-se uma situação que reduziu significativamente a capacidade da ANP de expandir suas atividades. Os recursos incluídos no PPI ficaram restritos a apenas uma das muitas atividades que a Agência desempenha e a ampliação

¹ Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

dos limites apenas no final do ano para R\$ 147.015.236 não contribuiu para alterar a situação restritiva que vem sendo observada nos últimos exercícios.

Créditos Suplementares

Em abril foram encaminhados os seguintes créditos suplementares, conforme tabela a seguir.

Tabela 2– Créditos Suplementares Solicitados e Concedidos em 2005

Em R\$		
Ações	Valor Solicitado	Valor Concedido
Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria	10.000.000	-
Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	6.000.000	-
Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível	29.601.000	-
Administração da Unidade	17.119.000	-
Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Gás Natural	190.000.000	45.750.734
Cobertura do saldo Remanescente da Conta Petróleo	23.898.000	23.898.000

Fontes: SIAFI & SIDOR

Execução Por Macroprocessos

Para melhor ilustrar como se deu a execução orçamentária da ANP, passa-se a analisar pela ótica dos macroprocessos, definidos aqui como conjunto das atividades-fim por meio dos quais a Agência realiza sua missão. São considerados macroprocessos da ANP: regulamentar, promover, fiscalizar, monitorar e informar. Fiscalizar e Monitorar, para efeito de simplificação, vão ser contabilizados juntos.

Tabela 3 - Execução da ANP em 2005, por Macroprocessos

Em R\$				
Macroprocessos	a) Distribuição da LOA 2005	%do Total	c) Executado	d) % Executado (c/a)
Promover	62.737.605	24%	59.369.690	94,63%
Regulamentar	4.100.000	2%	3.588.278	87,52%
Fiscalizar/Monitorar	57.492.846	22%	55.814.633	97,8%
Informar	9.815.530	4%	8.494.810	86,54%
Administrativos	129.031.082	49%	90.777.994	70,35%
Total	263.177.063	100%	218.045.405	82,85%

Fonte: COR

² - os valores executados são maiores do que o limite final por que os recursos incluídos no PPI não são contingenciados e foram integralmente executados em 2005.

A análise da execução por macroprocessos revela mais uma vez uma execução das ações finalísticas num patamar bastante elevado, quase no limite das dotações aprovadas. Com relação às despesas administrativas, elas apresentaram um percentual mais baixo em função de frustrações de despesas com pessoal e benefícios e a liberação tardia de recursos para cobertura de saldo da Conta Petróleo (R\$ 23,8 milhões), que ficaram para o exercício de 2006.

A frustração das despesas com pessoal e benefício ocorreram em função do atraso na conclusão da contratação de novos servidores mediante concurso público, o que só ocorreu a partir de novembro.

A execução quase no limite do autorizado nos macroprocessos finalísticos revela mais uma vez que a assunção de novos compromissos atingiu um limite que não suporta as pesadas restrições que têm sido impostas e que as atuais dotações não permitem que a Agência amplie suas ações. A única exceção é o macroprocesso Promover, que teve parte de seus recursos incluídos no PPI (Serviços de Geologia e Geofísica aplicados a Prospecção de Petróleo Gás Natural).

O processo de Planejamento Orçamentário Para 2006.

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2006, realizada no primeiro semestre de 2005, continuou perseguindo os seguintes objetivos:

aproximar o sistema interno da ANP das exigências dos sistemas e das normas dos órgãos centrais de orçamento e gestão do Governo federal;

aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, principalmente no que diz respeito aos acordos administrativos e;

estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e resultados.

Além disso, foram criados novos formulários na ferramenta informatizada de captação da proposta, o Sistema do PAA, que permitiram às Unidades Gestoras Responsáveis agregar mais informações sobre o conjunto de suas atividades e projetos para o ano de 2006.

Durante o processo, além do envolvimento dos interlocutores das unidades, com o objetivo compatibilizar as propostas de áreas afins, foi estimulada a participação dos Diretores, principalmente por meio de suas assessorias.

Pela captação de necessidades, chegou-se a um valor de R\$ 445 milhões para 2006. Foi enviado ao Congresso Nacional uma PLOA de R\$ 231,2 milhões (sem contar a Reserva de Contingência). No Congresso, após um esforço da Agência junto aos parlamentares e comissões, foram aprovadas as emendas conforme tabela a seguir.

Tabela 4 - Emendas Apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2006

<i>Em R\$ milhões</i>			
<i>N.º da Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>Subtítulo</i>	<i>Valor</i>
60080001	Com. Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível	180
50180005	Com. De Minas e Energia	Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Gás Natural	100

Fonte: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

Para fazer frente a essas despesas, foram apresentadas emendas de receita orçamentária da reavaliação das projeções da receita com os Bônus de Assinatura, que foram acrescidos em R\$ 1,063 bilhões, e a Participação Especial, que foi reestimada em mais R\$ 267 milhões.

Até o encerramento do exercício, o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2006 não havia sido votado e aprovado.

Curso de formação para os novos Servidores da ANP

Em 2005, por solicitação da SRH, a equipe da COR participou do curso de formação para os novos servidores da ANP. Foi elaborado um curso e material didático para cerca de 67 candidatos com o objetivo de passar aos futuros servidores os principais conceitos utilizados no processo de planejamento orçamentário, apresentar o Sistema do PAA e fazer uma descrição da situação e a dinâmica orçamentária em que a Agência está inserida.

2.4. GESTÃO DE PESSOAS

A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos (SRH), nos termos do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis instituído pela Portaria nº 160, de 2 de agosto de 2004, tem por competência:

- propor e implantar a política de recursos humanos da Agência;
- planejar, executar e gerenciar as atividades pertinentes a recursos humanos, inclusive as de recrutamento, seleção, administração, capacitação, desenvolvimento e de assistência à saúde dos servidores, em consonância com o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC);
- planejar, elaborar e executar o programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional dos servidores em suas áreas técnica, gerencial e intelectual.

Assim sendo, na busca de uma gestão eficaz dos recursos humanos da Agência voltada primordialmente para o atendimento das competências de sua responsabilidade, a SRH, além das atividades de planejamento, execução e gerenciamento da administração de pessoal, executou ainda, em 2005, as seguintes ações:

- realização do primeiro concurso público da ANP, em todas as suas etapas;
- nomeação e ingresso dos novos servidores aprovados no concurso público;
- planejamento para a realização do segundo curso de formação para absorção;
- ações de treinamento e desenvolvimento;

Com a realização do concurso público, programado em 2004 e realizado em 2005, a ANP inicia, oito anos após a sua criação, a formação de um efetivo quadro de servidores permanentes, condição indispensável para o cumprimento das atribuições que lhe foram dadas pela Lei do Petróleo. Com o ingresso dos novos servidores, aprovados no concurso público, ocorrido a partir de novembro de 2005, a Agência iniciou uma nova fase que possibilitará intensificar suas atividades de regular a indústria do petróleo, iniciada em 1998. O esforço empreendido pela Diretoria e pela área de Recursos Humanos em 2004 e 2005, do qual resultou a realização do concurso público, representou um momento que marca o fim do que se pode chamar de fase de implantação da Agência e o início do seu funcionamento pleno, baseado numa força de trabalho capacitada e permanentemente dedicada à tare-

fa de regular a indústria do petróleo, conforme as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e legislação posterior.

A Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2005, criou um total de 780 cargos para compor o quadro de pessoal da ANP, assim distribuídos:

Tabela 5 – Distribuição de Cargos para o Quadro de Pessoal da ANP

Cargo	Nível	Vagas
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	NS	50
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	NS	435
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural	NI	50
Analista Administrativo	NS	165
Técnico Administrativo	NI	80
T O T A L		780

Fonte: Lei n.º 10.871, de 21 de maio de 2005

O planejamento do concurso público envolveu várias etapas, destacando-se o levantamento das atribuições e competências junto às áreas, que subsidiaram o desenho dos perfis dos profissionais necessários à consecução das competências da ANP, e que serviram de base para a definição dos perfis dos profissionais a serem recrutados por meio do concurso.

O concurso foi realizado em duas etapas, assim identificadas:

- primeira etapa, composta de duas fases,
 - na fase 1, foram aferidos os conhecimentos com aplicação de provas objetivas e de prova discursiva de redação;
 - na fase 2, houve avaliação de títulos, de caráter unicamente classificatório e somente para cargos de nível superior;
- segunda etapa, eliminatória e classificatória, composta pelo curso de formação para os candidatos aprovados na primeira etapa.

O concurso público da ANP colocou em concorrência 313 vagas distribuídas nos cinco cargos criados pela Lei nº 10.871, de 2005, em áreas específicas e Unidades da Federação, conforme tabela a seguir.

Tabela 6 – Distribuição de Vagas por Cargo e Unidade da Federação Prevista no Concurso da ANP

UF	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural			Especialista em Regulação de Petróleo Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural							Analista Administrativo			Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural						Técnico Administrativo	Total
	Geologia	Geofísica	TOTAL	Geral	Geociências	Engenharia I	Engenharia II	Química	TOTAL	Geral	Contabilidade	Comunicação Social	Documentação	Total	Mecânica	Química	Geologia	Contabilidade	Total		
RJ	16	4	20	50	17	24	38	3	132	48	3	5	2	58	5	6	3	2	16	25	251
DF				7				19	26	5				5	2	2			4	4	39
BA				4			2		6	2				2						2	10
SP				5			5		10	2				2						1	13
Total	16	4	20	66	17	24	45	22	174	57	3	5	2	67	7	8	3	2	20	32	313

Fonte: SRH

Primeira Etapa

Para a primeira etapa, foi contratada a Fundação Cesgranrio, que realizou os trabalhos de organização, como elaboração do edital de divulgação, consolidação das inscrições por local de realização das provas, elaboração, aplicação e correção das provas, bem como a divulgação do resultado final da primeira fase. Inscreveram-se, para participar da primeira etapa do concurso, 34.353 candidatos.

O resultado final dessa etapa foi publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2005, com a classificação de 312 candidatos, pois para o cargo de Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural – área Geologia, somente dois candidatos, para o total de três, foram classificados.

Segunda Etapa

Para realizar o curso de formação, segunda etapa do concurso, foi contratada a Escola de Administração Fazendária (ESAF), que planejou, regulamentou, realizou e finalizou esta etapa do concurso, consolidando os resultados das primeira e segunda etapas para divulgação do resultado final.

O curso de formação foi realizado nas dependências do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, e ocorreu no período de 19 de setembro a 19 de outubro de 2005. De caráter eliminatório e classificatório, foi aplicado a todos os cargos, diferenciando a carga horária. Para os cargos de nível superior, foi destinado um curso de 240 horas e para os de nível

intermediário, 106 horas. Abordou três dimensões: humana, organizacional e técnico-profissional, cumprindo cronograma com conteúdo programático dividido em parte geral e parte específica.

O resultado final do concurso público foi divulgado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2005 e as portarias de nomeação publicadas no período de 25 a 30 de novembro. Do quantitativo de 313 vagas disponibilizadas, 297 candidatos concluíram o curso de formação e foram nomeados.

A realização do concurso público faz parte integrante das metas físicas constantes do Plano Plurianual de Recursos Humanos 2004-2007, da Agência, e no exercício de 2005 a meta foi inteiramente concluída.

Treinamento e Desenvolvimento – T&D

A Política de Treinamento e Desenvolvimento é direcionada a todos os servidores da ANP, na busca do desenvolvimento de suas competências técnicas, incluindo treinamentos direcionados às atividades finalísticas, cursos de pós-graduação, de idiomas, palestras e seminários.

As demandas de capacitação apresentadas pelas áreas são consolidadas e administradas pela SRH, que detém o controle dos recursos orçamentários destinados aos eventos do Programa de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Nas demandas para 2005, além da previsão de eventos de treinamento voltados à continuidade da capacitação dos atuais servidores, foi também inserida projeção para capacitar os novos servidores que ingressariam pelo concurso público no decorrer desse ano, atendendo assim ao que dispõe o art. 13, inciso IV e parágrafo único da Lei nº 10.871, de 2005, no que tange ao programa permanente de capacitação. Considerando que os novos servidores ingressaram somente a partir de 25 de novembro de 2005, não houve tempo para promover a capacitação planejada.

Em relação aos demais servidores, pertencentes ao quadro de pessoal da Agência, foi dada continuidade ao plano de capacitação, cujas ações de treinamento são propostas por meio do formulário de Solicitação para Participação em Ações de Treinamentos (SPAT), que são submetidas a análise da SRH, para posterior encaminhamento.

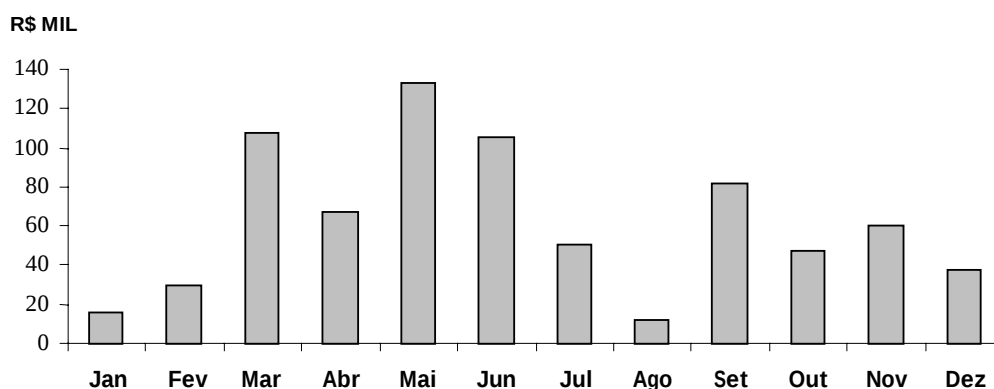
Em razão das restrições impostas ao orçamento do exercício de 2005, a projeção para as ações de capacitação sofreu uma redução na ordem de 65% do valor inicialmente propos-

to, ficando limitada a R\$ 530 mil, dos quais foram gastos efetivamente R\$ 240 mil. A menor realização deu-se em virtude da não-realização do treinamento dos novos servidores concursados, cujo ingresso previsto para julho de 2005 só ocorreu em novembro.

Foram analisadas pela área de treinamento e desenvolvimento 261 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento e, destas, 236 foram efetivamente concluídas, ou seja, o servidor foi treinado, resultando, assim, no treinamento de 127 servidores, o que representa 48% do total de servidores da ANP, excluindo os que ingressaram pelo concurso público. Resultou em investimento de 6.477 horas em ações de treinamento, numa média de 51 horas de treinamento por servidor.

No quadro a seguir, estão indicados os gastos mensais com inscrições, diárias e passagens realizados com treinamentos nacionais e internacionais em 2005, totalizando R\$ 747.380,98 (setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e noventa e oito centavos), sendo que deste total 57% referem-se a treinamentos internacionais.

Gráfico 2 - Treinamento - inscrições, diárias e passagens - 2005



Fonte : SRH

As atividades de treinamento e desenvolvimento, que compõe as metas físicas do Plano Plurianual de Recursos Humanos 2004-2007 da Agência, deixaram de ser inteiramente concluídas, em 2005, em razão de não se ter realizado o treinamento dos novos servidores, concursados, cujo ingresso só se deu a partir de 25 de novembro de 2005, o que inviabilizou o treinamento previsto para o exercício.

Quadro de pessoal

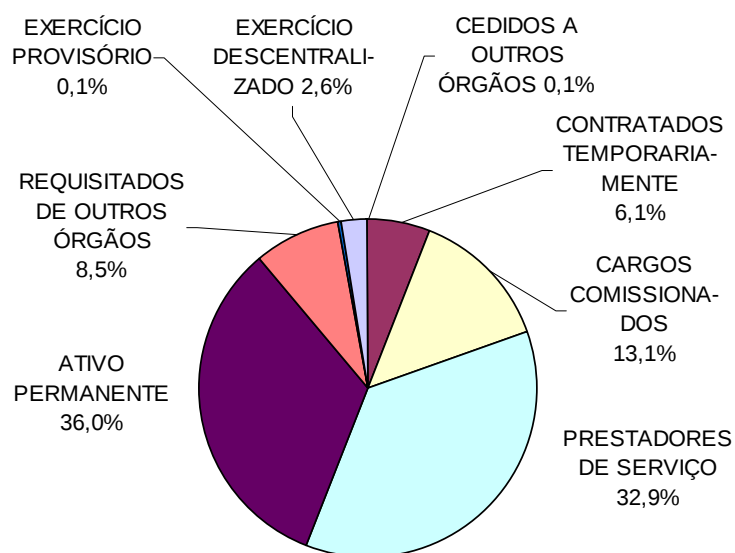
Em 31 de dezembro de 2005, a Agência possuía uma força de trabalho de 574 servidores, e 282 prestadores de serviço. Do total de servidores, 309 (incluindo um servidor cedido a

outro órgão) pertencem ao quadro de ativo permanente, 52 são contratados temporariamente, 22 são procuradores federais, além de 117 nomeados sem vínculo, 73 requisitados de outros órgãos e um servidor em exercício provisório.

O quadro de ativo permanente, devido ao concurso público, teve um acréscimo de 225 servidores, que tomaram posse e entraram em exercício, representando um aumento de 271% (considerando que em 31 de dezembro de 2004 havia 83 servidores do quadro efetivo).

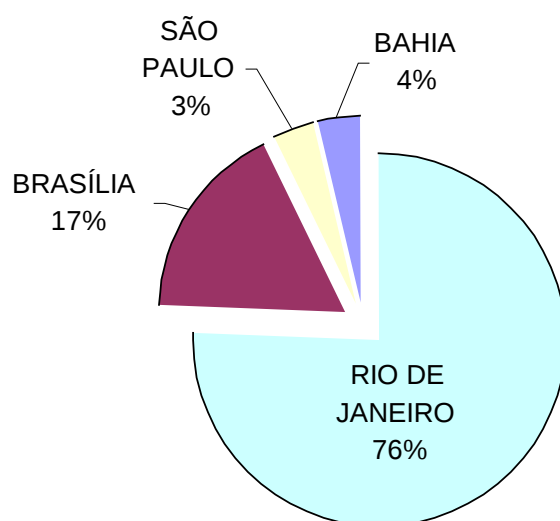
Os gráficos (3 a 7) abaixo apresentam a composição da força de trabalho, a lotação dos servidores por Estado, a faixa etária dos servidores, o nível máximo de formação, e o perfil de formação dos servidores.

Gráfico 3 - Composição da Força de Trabalho (em 31/12/2005)



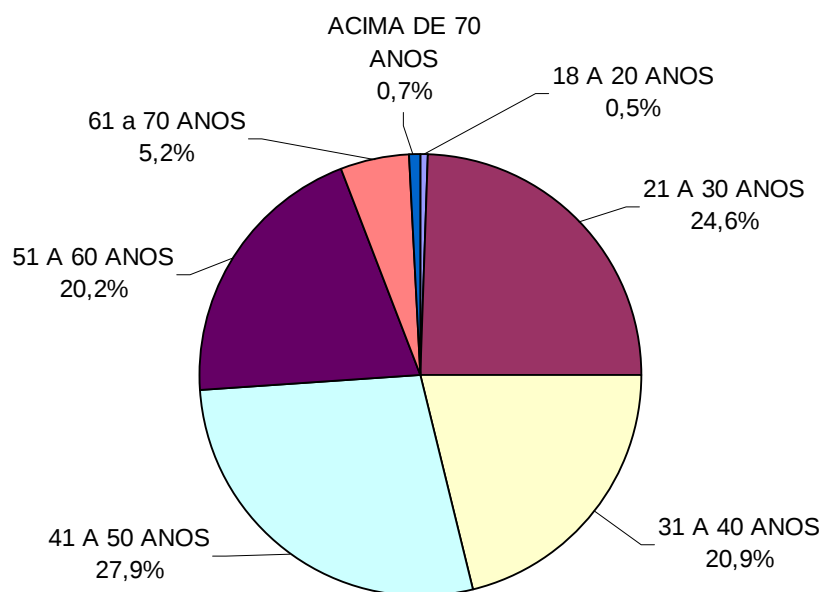
Fonte : CADGER 31/12/2005

Gráfico 4 - Lotação dos servidores por Estado (em 31/12/2005)



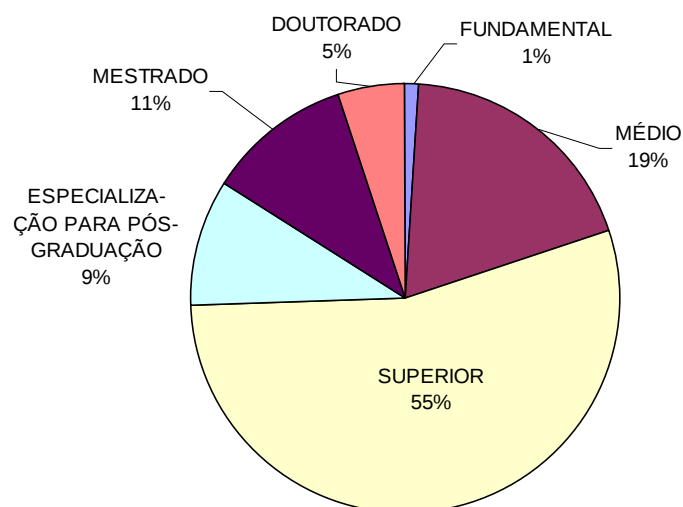
Fonte : CADGER 31/12/2005

Gráfico 5 - Faixa Etária dos Servidores (em 31/12/2005)



Fonte : CADGER 31/12/2005

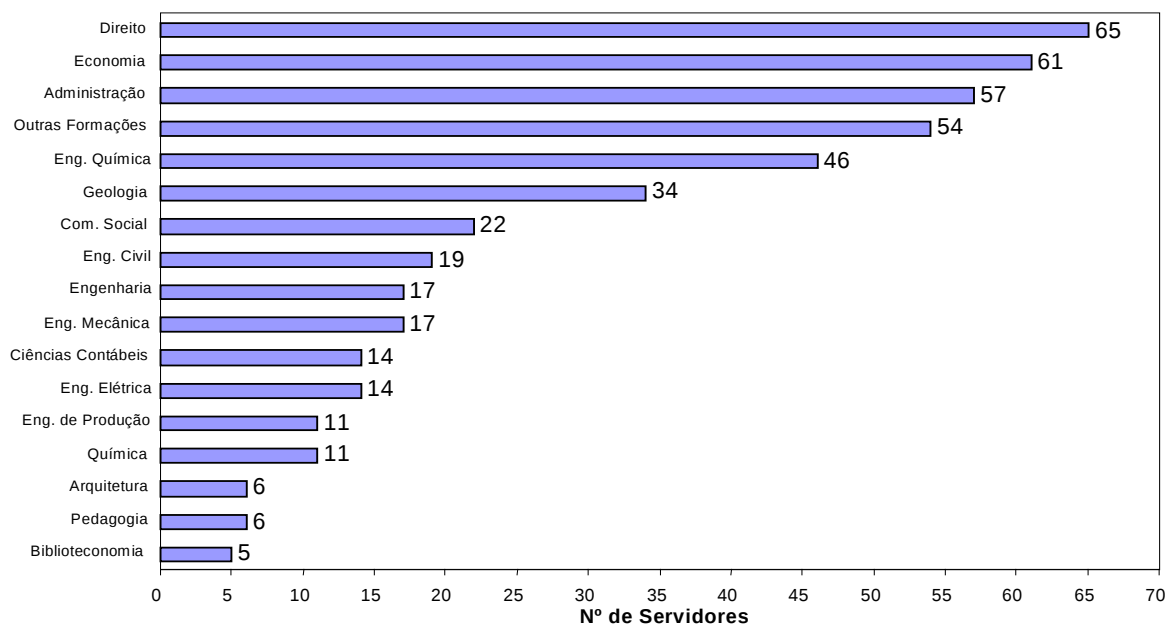
Gráfico 6 - Nível Máximo de Formação dos Servidores (em 31/12/2005)



Fonte : CADGER 31/12/2005

Em 31 de dezembro de 2005, dos 574 servidores da Agência 459 eram graduados (80% do total). O quadro abaixo mostra o respectivo perfil de formação.

Gráfico 7 - Perfil de Formação dos Servidores



Fonte : CADGER 31/12/2005

Assistência médica e odontológica

A Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda. presta os serviços de assistência médica, ambulatorial e hospitalar, beneficiando todos os servidores da ANP e seus dependentes (839 titulares e 1.678 dependentes), sendo que em julho de 2005 foi assinada prorrogação do contrato existente, por um período de 12 meses.

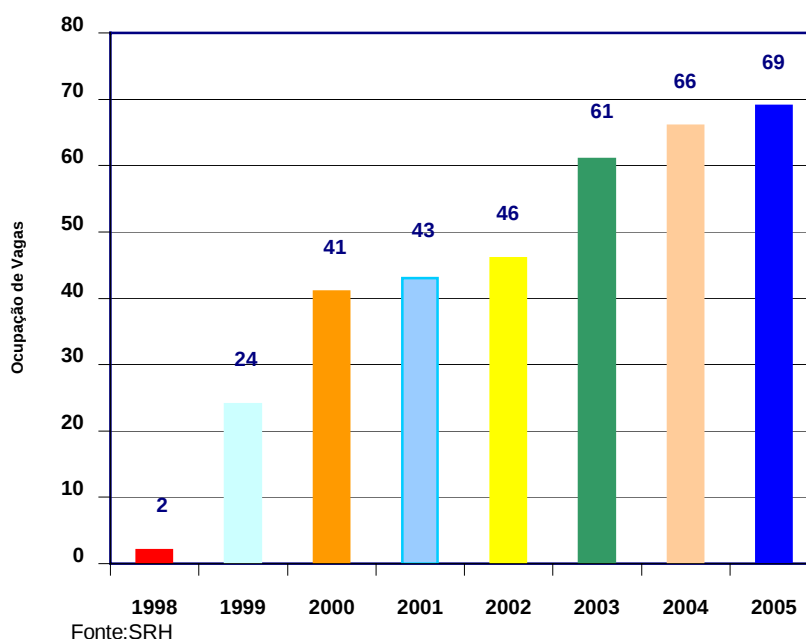
A prestação de serviços odontológicos foi feita pela empresa Odontoprev Serviços Odontológicos Ltda., e abrange os servidores e seus dependentes. O contrato existente desde 6/2/2001 teve a última renovação em fevereiro de 2005 por um período de 12 meses, com vigência até 5/2/2006. A cobertura dos serviços odontológicos abrangeu 159 titulares e 163 dependentes, num total de 322 beneficiários, em 31 de dezembro de 2005.

Convênio de estágio

Em outubro de 2005, a ANP assinou o segundo aditamento, prorrogando o convênio por um período de doze meses, com vigência a partir de 31/10/05, para a realização de estágios de nível médio e superior em todas as suas unidades gestoras, com o agente de integração Centro Integração Empresa-Escola (CIEE/RJ).

O gráfico a seguir representa a evolução anual da ocupação do quadro de estágio em 31 de dezembro de 2005.

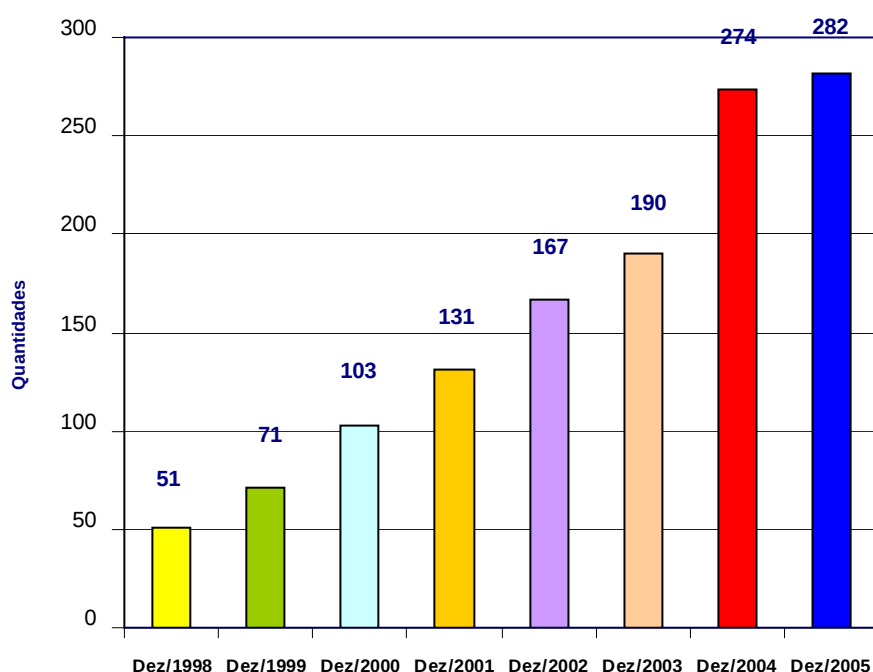
Gráfico 8 – Ocupação do Quadro de Estágio 1998 - 2005



Prestadores de Serviços

O quadro que se segue mostra a evolução do quantitativo de prestadores de serviços de apoio administrativo.

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ANP 1998-2005



Fonte: SRH

2.5. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.5.1. GESTÃO DE SUPRIMENTOS

Embora a análise das despesas de custeio da Agência, por elemento de despesa, revele significativa participação dos gastos com serviços de pessoa jurídica, verifica-se acentuada redução nas despesas relacionadas a essas rubricas, conforme demonstrado na tabela que se segue. Dada a natureza das atividades desenvolvidas, e mesmo com o contingenciamento financeiro e orçamentário imposto à Agência, observa-se que a ANP continua intensificando esforços no sentido da contratação de terceiros para realizar suas ações de monitoramento e fiscalização das atividades da indústria do petróleo e do gás natural, de acordo com orientação da lei de criação da ANP.

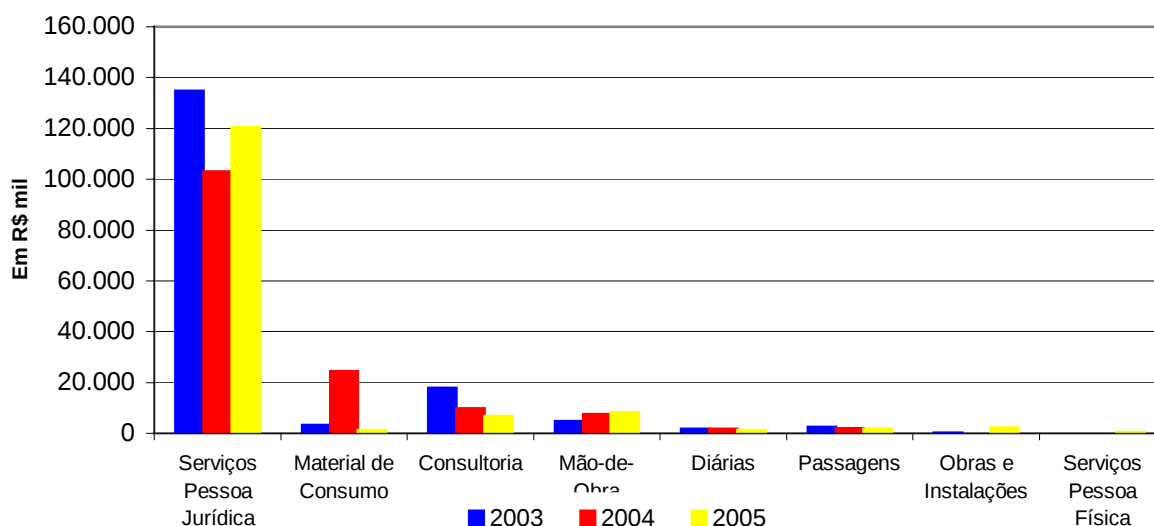
Tabela 7- Despesas por Elemento

Descrição	Em R\$					
	2003		2004		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços Pessoa Jurídica	134.926.653,32	81,51%	103.084.616,87	81,33%	120.402.763,47	84,38%
Material de Consumo	3.219.682,38	1,94%	2.448.469,61	1,93%	1.193.339,59	0,84%
Consultoria	17.854.823,03	10,79%	9.930.571,13	7,83%	6.800.741,19	4,77%
Mão-de-Obra	4.901.603,83	2,96%	7.501.445,67	5,92%	8.431.587,47	5,91%
Diárias	1.864.534,17	1,13%	1.762.256,10	1,39%	1.363.846,43	0,96%
Passagens	2.564.068,48	1,55%	1.949.437,32	1,54%	1.703.423,52	1,19%
Obras e Instalações	153.660,25	0,09%	39.200,55	0,03%	2.303.529,41	1,61%
Serviços Pessoa Física	52.212,89	0,03%	34.496,61	0,03%	491.516,39	0,34%
TOTAL	165.537.238,35	100,00%	126.750.493,86	100,00%	142.690.747,47	100,00%

Fonte: SFA

Para facilitar a visualização do quadro comparativo dos valores registrados até 2005, é utilizado como referência o valor das despesas por elemento de despesa relativos aos anos de 2003, 2004 e 2005.

GRÁFICO 10 - COMPARATIVO DE DESPESAS POR ELEMENTO 2003 - 2005



Fonte: SFA

A tabela seguinte traça o perfil de execução de 2005, o que demonstra a necessidade de maior alocação de recursos com o objetivo de assegurar o cumprimento das ações finalísticas. A adequação dos recursos mencionada se refletirá em toda a dinâmica da Agência,

em especial na liquidação dos contratos, convênios e fornecedores diversos, favorecendo a operacionalização dos processos da ANP.

No exercício de 2005, foram concentrados esforços para que a execução das ações fossem atingidas em sua totalidade mas, devido ao contingenciamento financeiro e orçamentário, não foi possível atingir o nível máximo de execução.

Tabela 8 – Despesas por Ação 2005

Em R\$			
Ação	Autorizado	Liquidado	% Executado
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	83.717.286	75.216.277	89,85%
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	374.310	264.740	70,73%
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	2.819.273	0,00	0,00%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIA E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	22.946	22.946	100,00%
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	530.000	269.280	50,81%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL TÉCNICO PARA A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	3.500.000	2.691.254	76,89%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.565.960	614.738	39,26%
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	954.270	114.060	11,95%
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVICOS E EMPREGADOS	97.897	27.897	28,50%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	1.057.140	248.056	23,46%
GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES S/BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS	7.746.786	6.433.542	83,05%
OUTORGA DE CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.991.212	1.570.407	78,87%
GESTÃO DAS CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	7.006.482	5.594.077	79,84%
REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA IND. PETRÓLEO E DA DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	4.100.00	3.588.278	87,52%
SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	10.401.793	9.351.355	89,90%
AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	1.040.00	0,00	0,00%
AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	53.866	5.940	11,03%
FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	5.000.000	4.917.254	98,35%
FISCALIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	45.486.364	45.303.302	99,60%
OUVIDORIA DA AGÊNCIA DO PETRÓLEO	1.129.300	1.121.824	99,34%
COBERTURA DE SALDO REMANESCENTE DA CONTA PETRÓLEO	37.898.000	14.000.000	36,94%
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	939.444	939.444	100%
Total LOA	217.432.329	172.294.671	79,24%
Créditos Extraordinários			
SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	45.750.734	45.750.734	100%
Total Geral	263.183.063	218.045.405	82,85%

2.5.2. ADMINISTRATIVO

Para fazer face aos diversos desafios colocados para a administração pública, a SFA tem pautado sua atuação na busca de eficácia operacional e na otimização de recursos.

A Administração atende as diversas solicitações formuladas pelos servidores, dentre as quais podemos destacar, demandas gerais ao teleatendimento, compra direta, compra por suprimentos de fundos. A Administração é responsável ainda pela administração de contratos, transportes, agência de viagens, supervisão dos bens patrimoniais, protocolo, almoxarifado, central reprográfica, controle de acesso de servidores e visitantes ao prédio.

Foi concluído ao longo de 2005 o processo de recepção dos 251 novos servidores no Escritório Central da ANP. A inclusão dos novos servidores exigiu a instalação de 83 novos pontos e o remanejamento de diversos outros pontos de lógica, de elétrica e de telefonia. Todo o serviço foi realizado sem custo adicional, uma vez que foi executado pela própria equipe de manutenção terceirizada que presta serviços atualmente.

A alocação dos servidores aprovados no último concurso da ANP ensejou ainda a aquisição de novas cadeiras e aditivo contratual do aluguel de estações de trabalho, com o objetivo de adequar o mobiliário e implantação do novo *layout*, das instalações de trabalho, conforme abaixo:

- 75 estações de trabalho com gaveteiro fixo;
- 8 mesas de coordenador com gaveteiro fixo;
- 145 cadeiras giratórias com espaldar alto;
- 33 cadeiras fixas com braço.

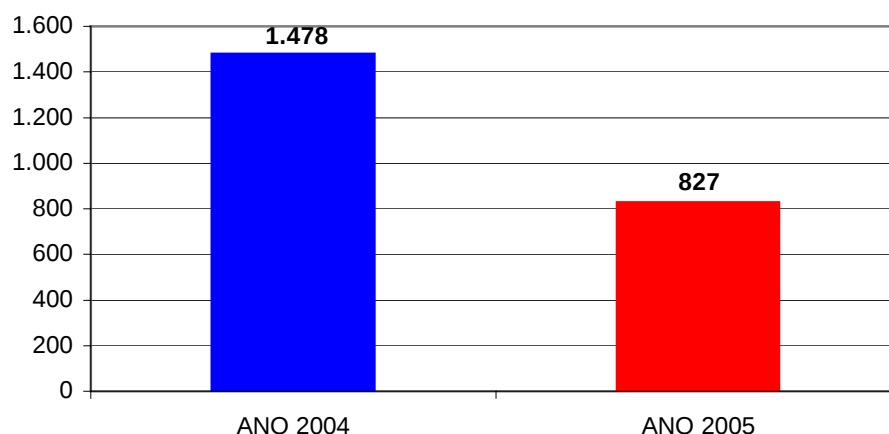
O novo *layout* implantado com vistas à adequação do espaço disponível aos novos servidores, proporcionou melhores condições de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos servidores e favorecendo o desempenho de suas funções, no âmbito da Agência.

2.5.3. Economicidade e Proficiência

Teleatendimento é um serviço prestado pela área Administrativa da SFA que visa atender as demandas dos usuários do Condomínio Edifício Visconde de Itaboraí (CEVI), tais como, instalação de novos pontos de rede, lógica e telefonia, solicitação de mobiliário, ajuste de condicionamento de ar etc.

Vale registrar, conforme indicado no gráfico abaixo, a redução de 44,05% no número de chamados para o teleatendimento. A diminuição da demanda sugere uma maior eficácia na execução dos atendimentos, o que evitou retrabalhos.

Gráfico -11 Pedidos Internos ao Teleatendimento 2004 - 2005



Fonte: SFA

2.5.4. Comissão Permanente de Licitação (CPL)

A fim de suprir as necessidades de toda a Agência, a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa promove licitações e contratações de acordo com o que preceituam a Lei nº 8666, de 1993, e o Regulamento para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços da ANP. Durante o ano de 2005, foram firmados 100 contratos, o que totaliza R\$104.318.456,90, incluindo os contratos originados de licitações solicitadas no ano de 2004, porém finalizadas no exercício de 2005. Desse total, 29 foram celebrados por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitações, perfazendo o valor de R\$47.446.370,58.

À frente, vê-se tabela demonstrativa da distribuição de modalidades licitatórias correspondentes aos contratos firmados em 2005:

Tabela 9 - Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade de Licitação	Quantidades	Quantidade %	Valor	Em R\$	
				Valor	Valor %
Concorrência	3	3,0%	4.757.458,61		4,6%
Consulta	16	16,0%	22.536.143,21		21,6%
Convite	3	3,0%	279.927,82		0,3%
Dispensa	15	15,0%	30.333.722,72		29,1%
Inexigibilidade	14	14,0%	17.112.647,86		16,4%
Pregão	49	49,0%	29.298.556,68		28,1%
Total	100	100%	104.318.456,90		100%

Fonte: SFA/CPL

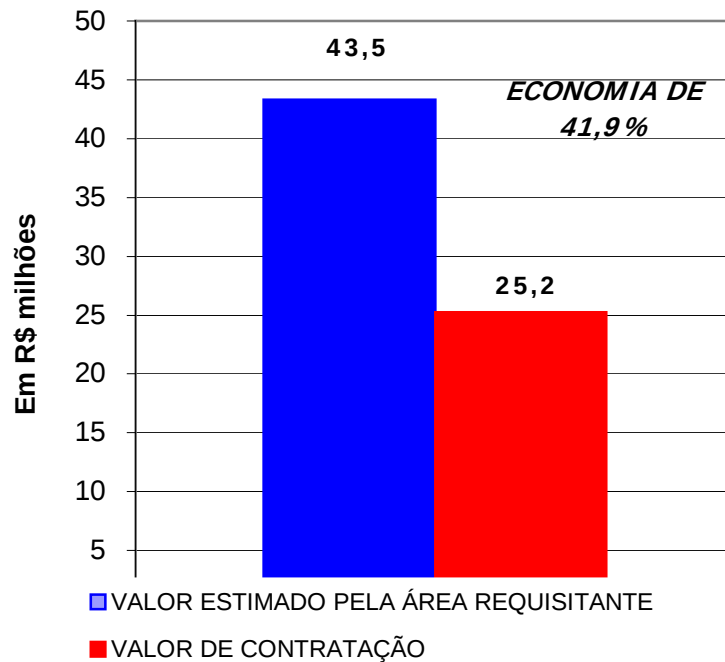
Cabe ressaltar que, no período supracitado, 49 empresas contratadas foram selecionadas pela modalidade Pregão, equivalendo a 49% da quantidade total de contratos firmados. Esse valor representa um acréscimo de 35,8% em relação ao número de contratos firmados no ano de 2004 que foram selecionados por esta modalidade de licitação.

2.5.5. Economicidade e Proficiência nas Aquisições

Confirmando o resultado positivo obtido em 2004, verifica-se, por meio da planilha demonstrada a seguir, que houve uma redução, ao final do processo licitatório, de aproximadamente 41,9% do valor estimado pelas áreas requisitantes nas Solicitações de Aquisição de Bens e Serviços (SABS) confeccionadas em 2005. Tal fato deve-se à eficiência com que os certames são realizados, o que acarretou uma economia na ordem de R\$ 18.232.404,87 no resultado das licitações solicitadas, em tal período.

Estão aqui relacionadas apenas as licitações solicitadas em 2005 que resultaram em assinatura de contrato até 31 de dezembro do respectivo ano. Dessa forma, não são englobados os processos licitatórios revogados ou não-finalizados, no exercício em análise.

Gráfico 12 - Valor Estimado e Valor Efetivo Licitado



Fonte: SFA/CPL

2.6. CORREGEDORIA

O ano de 2005 foi praticamente o primeiro de funcionamento oficial da Corregedoria como unidade integrante da estrutura organizacional da ANP, em decorrência da entrada em vigor do novo Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 160, de 2 de agosto de 2004.

O primeiro corregedor foi nomeado em 27/8/2004. Até aquela data, as atividades referentes à área de assuntos internos eram desempenhadas por um assessor especial do Diretor-Geral, eis que as normas que criaram a Agência não haviam previsto a existência de uma Corregedoria na estrutura da autarquia.

Impactos positivos

A criação da Corregedoria teve impacto positivo para o público interno e externo, haja vista que representou um claro sinal de que a Administração se mantém vigilante com relação às questões de desvios de conduta, dando-lhes um atendimento prioritário e tecnicamente especializado.

A postura fundamental do gerenciamento desse setor tem se baseado no pronto atendimento dos casos que surgem e na imediata apuração de toda e qualquer denúncia sobre desvios funcionais, sempre se observando não apenas o máximo rigor nas investigações, mas também, com relação aos eventuais suspeitos ou acusados, um respeito irrestrito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Nos casos de eventual comprovação de desvios de conduta, houve a correspondente punição dos culpados, com justiça e equidade.

Como resultante dessa inflexível postura no trato dos assuntos disciplinares, houve um considerável aumento da quantidade de procedimentos instaurados.

Esse aumento, ao contrário de indicar um recrudescimento da indisciplina ou de comportamentos funcionais reprováveis, retrata o resultado dessa filosofia de trabalho de não deixar qualquer notícia de irregularidade sem ser formalmente esclarecida, conforme determina o artigo 143 da Lei n.º 8.112, de 11.12.90.

No caso de denúncias ocultas sob o manto do anonimato, recurso cuja utilização é expressamente vedada pela Constituição federal e que impede a instauração de um procedimento formal, a Administração resolveu adotar, a partir do segundo semestre de 2005, a praxe de destruir a documentação que contenha tais notícias.

A simples divulgação dessa salutar medida cessou completamente a avalanche de irresponsáveis denúncias anônimas que costumava chegar aos diversos setores da Agência.

Análise Quantitativa

Durante o ano de 2005, a quantidade de procedimentos disciplinares instaurados observou o quadro que se segue:

Sindicâncias	35
Processos disciplinares.....	6
Total.....	41

Do total de procedimentos instaurados, 37 já foram encerrados e 4 se encontram em andamento.

Dos encerrados, 28 foram arquivados, 5 resultaram na aplicação de pena de advertência a diferentes funcionários e 4 ainda estão pendentes de decisão.

Dificuldades

Por não possuir um quadro próprio de funcionários, a Corregedoria tem se valido da mão de obra de servidores estáveis lotados em outros setores da Agência para a elaboração de sindicâncias e processos disciplinares.

Essa prática tem enfrentado freqüentes dificuldades, pois a maioria dos setores não dispõe de um efetivo que permita, sem o sacrifício de suas próprias atividades, ceder funcionários para atuar em procedimentos de apuração de infrações disciplinares.

Por outro lado, tem-se observado que muitos dos funcionários momentaneamente cedidos para cumprir tarefas de interesse da Corregedoria não possuem os conhecimentos jurídicos e a experiência necessários para conduzir sindicâncias e processos disciplinares com desenvoltura e segurança.

Essa deficiência, não com pouca freqüência, tem ocasionado anulações de sindicâncias e processos disciplinares por defeitos insanáveis de formalização, acarretando perda de tempo e, não raro, do dinheiro eventualmente gasto com passagens e diárias necessárias aos deslocamentos dos funcionários encarregados das apurações.

Melhorias de Processos de Trabalho

As deficiências de natureza técnica narradas no item anterior têm sido enfrentadas mediante a constante orientação pessoal e também por meio da freqüência a cursos de treinamento na elaboração de procedimentos disciplinares por aqueles funcionários que mais amiúde são encarregados desse tipo de tarefas. No ano de 2005, houve três cursos dessa natureza, com a participação de cinco funcionários.

2.7. AÇÕES DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

As atividades desenvolvidas pela Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) no ano de 2005 deram cumprimento às suas atribuições, definidas no Regimento Interno da ANP, que podem ser divididas em dois grupos: atividades de rotina e novos projetos.

A Superintendência foi prejudicada com a saída de vários servidores, o que ocasionou a paralisação de algumas atividades como, por exemplo, o fórum de claros (derivados claros de petróleo). A carência de pessoal fez com que a Superintendência concentrasse esfor-

ços no sentido de dar cumprimento às suas atribuições, do que resultou que apenas os projetos já em andamento tivessem seguimento.

Entre as atividades de rotina prioritárias, as seguintes merecem destaque: publicações do Anuário Estatístico, do Boletim do Gás Natural, e dos relatórios regionais de análise de infra-estrutura de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), recebimento, processamento e crítica dos dados do Demonstrativo de Controle de Produto (DCP) de derivados não-energéticos, e a preparação de dados para publicação no *website* da Agência. A SPP também forneceu regularmente dados para outros órgãos e instituições como, por exemplo, o Ministério das Minas e Energia (MME), para a elaboração do Balanço Energético Nacional, além de subsidiar a Organização Latino-americana de Energia (OLADE) e o grupo de Trabalho SGT-9 Energia do Mercosul.

O trabalho de rotina da SPP envolveu também a participação de técnicos da equipe em diversos grupos de trabalho internos, e em outros propostos por órgãos externos, em especial o MME. Cabe ressaltar ainda a elaboração do Relatório Anual para a Diretoria colegiada com a previsão de investimentos mínimos no *upstream*, e o cálculo da participação do setor petróleo no PIB brasileiro.

A SPP coordenou dois projetos de interesse da Agência, no período considerado, um com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e outro com a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC). O projeto executado pela FIPE consistiu no desenvolvimento de uma metodologia de previsão de demanda de energéticos até 2015, e que está servindo de base para as discussões do grupo de trabalho recentemente criado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com a finalidade de desenvolver uma base consistente de dados históricos sobre o consumo nacional de GLP e de derivados de petróleo e álcool combustível no segmento automotivo, para as diversas regiões geográficas do País. A criação desse GT foi motivada pelas discrepâncias existentes entre os diversos bancos de dados de consumo de derivados utilizados por diferentes instituições.

O projeto desenvolvido pela ANPEC, por sua vez, permitirá a determinação da contribuição tributária do setor de petróleo e gás natural na arrecadação total do Brasil, assim como a obtenção da participação do setor no PIB brasileiro. A vantagem da utilização da metodologia da matriz insumo-produto consiste na possibilidade de estimação dos efeitos indireto e multiplicador do setor considerado, nos demais setores da economia, além do efeito direto, que poderia ser obtido por outra metodologia.

A metodologia para estimar a contribuição do setor petróleo ao PIB brasileiro foi aprimorada e deu origem a uma Nota Técnica, que não apenas atualizou as informações, como conferiu um ganho de qualidade e confiabilidade no resultado final.

A SPP desenvolveu, ainda, uma metodologia estatística para a previsão dos preços de petróleo de longo prazo para o petróleo Brent, com base nas projeções do *Energy International Administration* (EIA), publicada em formato de Nota Técnica e disponibilizada no sítio da Agência, na rede mundial de computadores.

Merece destaque também o desenvolvimento de uma metodologia de determinação do mercado nacional aparente de derivados de petróleo, em conjunto com a Petrobrás e o MME, que contemplou apurações a partir de janeiro de 2004.

A SPP, em conjunto com a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP), a Petrobrás e o MME, consolidou os dados sobre a capacidade instalada das refinarias (atual e histórica), o que eliminou discrepâncias nos dados de cada um desses órgãos. Assim, todos passaram a trabalhar com os mesmos números.

Foi desenvolvido ainda um estudo sobre o arcabouço legal relativo ao biodiesel e suas implicações.

A Superintendência desenvolveu também o estudo intitulado “Relação entre Preço, Qualidade e Vínculo Contratual Revendedor/Distribuidora no Mercado de Revenda de Gasolina C”, com base nos dados de fiscalização, do cadastro da Superintendência de Abastecimento (SAB) e do Levantamento de Preços ANP, para o município de São Paulo. O trabalho foi motivado pela freqüente relação, estabelecida pela opinião pública, entre a ocorrência de venda de gasolina C fora das especificações com a prática de preços relativamente baixos e/ou à ausência de vinculação do posto revendedor com uma determinada distribuidora, o chamado “posto bandeira branca”. Embora não seja conclusivo, uma vez que apenas o mercado composto pelo município de São Paulo foi analisado, o estudo indicou a inexistência de uma relação entre não-conformidade e os postos bandeira branca, além de identificar uma correlação entre preços baixos e não-conformidade. Um resultado que merece destaque é o alto percentual de postos revendedores que apresentaram nota fiscal de combustíveis adquiridos de distribuidoras distintas da bandeira ostentada, numa infração clara à Portaria ANP n.º 116, de 2000, um indicativo de que deve haver alguma reflexão por parte da Agência acerca dessa regulamentação.

2.7.1 SEGURANÇA OPERACIONAL

A Coordenadoria de Segurança Operacional, subordinada à SPP, desenvolveu as seguintes atividades, no ano de 2005: representação da ANP no Fórum Internacional de Reguladores (IRF), para discussões sobre segurança operacional *offshore*; atendimento às solicitações do IRF, como membro integrante desse Fórum; participação na conferência internacional sobre regulamentação de segurança operacional *offshore* em Londres, organizada pelo IRF; participação no Comitê organizador dessa Conferência; participação nas discussões com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) sobre o novo regulamento de segurança operacional para instalações *offshore*, a ser estabelecido pela ANP; representação da ANP junto ao MME, nos Grupos Técnicos do Conama, para discussões sobre novas regulamentações e revisões de regulamentação ambiental; e acompanhamento junto a Universidade de Santa Catarina, da finalização da elaboração do banco de dados ambientais e de incidentes em geral da indústria do petróleo.

Ainda no âmbito da segurança operacional, estava prevista a elaboração de dois regulamentos de segurança operacional: para dutos de transporte, junto com a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo seus Derivados e Gás Natural (SCM) e para instalações de unidades de refino e de processamento de gás natural (UPGN), com a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP).

2.7.2 MEIO AMBIENTE

A Coordenadoria de Meio Ambiente, por sua vez, participou do Grupo Rerrefino do MME, coordenou o projeto/contrato com a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) e realizou o levantamento da situação ambiental dos campos maduros na Bahia e em Sergipe.

Além dessas atividades, os seguintes projetos foram concluídos em 2005: o desenvolvimento de um banco de dados que contempla informações georreferenciadas de licenciamento ambiental e incidentes e a participação ativa na elaboração de um guia para o licenciamento ambiental e atividades de exploração e produção para a 7^a Rodada de Licitações, em colaboração com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

2.8. DA DIVULGAÇÃO

A Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI), em 2005, deu continuidade às ações de divulgação e comunicação direcionadas para o objetivo de otimizar a

interação da Agência com seus públicos, os específicos e a sociedade em geral, como recurso de apoio ao cumprimento das suas atribuições.

Essas ações encontram amparo legal no art. 18 da Lei nº 9.478, de 1997, que prevê a realização de audiência pública antes de alterações de normas administrativas que impliquem afetação de direito de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços, e ainda em dispositivos do Decreto nº 2.455, de 1998, que instituiu a ANP, relativos às necessidades da Agência de adequado relacionamento com agentes econômicos, e órgãos do governo e de comunicação efetiva com a sociedade.

As atividades da SCI compreendem o relacionamento com os órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis e de atividades afins; o atendimento aos requerimentos de informações solicitados pelos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal; a coordenação das ações de publicidade institucional e a organização de eventos.

A SCI coordenou o atendimento a 78 requerimentos de informação solicitados pelos Poderes Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sendo 12 referentes ao Poder Legislativo Federal, cinco para Câmaras Municipais e 35 para Prefeituras Municipais.

As respostas às solicitações de órgãos públicos e outras instituições possibilitaram esclarecer temas e questões relativos ao papel da ANP, atendendo às exigências legais e éticas de transparência e publicidade.

A Assessoria de Imprensa, vinculada à SCI, acompanha e analisa o noticiário sobre o setor e a atuação da ANP, o que permite o planejamento das ações de divulgação de informações aos meios de comunicação. Em 2005, essa Assessoria emitiu 33 comunicados à imprensa, acompanhou 82 entrevistas concedidas por diretores e superintendentes, realizou 1.532 atendimentos à imprensa e efetuou 869 inserções nos principais jornais e revistas do País.

Essa atuação da Assessoria de Imprensa permitiu à ANP assegurar amplo espaço em meios de comunicação para a divulgação da atuação da Agência junto a segmentos mais abrangentes da sociedade que têm acesso à mídia, potencializando, inclusive, a publicidade obtida pelos eventos e publicações.

Ações da SCI no campo da publicidade institucional:

- produção de 11 publicações, entre elas o livreto As Rodadas de Licitações de Áreas para Busca de Petróleo e Gás Natural e o *folder* BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção;
- apoio institucional a 16 eventos relacionados com as atividades do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, realizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do País;
- apoio à realização de 18 audiências públicas e da sessão pública da Sétima Rodada de Licitações de Áreas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil;
- apoio à participação institucional da ANP em 26 congressos, fóruns e exposições, sendo quatro no exterior, destinados principalmente à promoção da 7ª Rodada de Licitação de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil:
 - American Association of Petroleum Geologists International Conference and Exhibition (AAPG) - Calgary - Canadá;
 - Offshore Technology Conference (OTC) - Houston – USA;
 - European Association of Geoscientists and Engineers (EAGE) – Madrid - Espanha;
 - World Petroleum Congress (WPC) – Johannesburgo – África do Sul.

A realização de eventos foi utilizada amplamente como meio de comunicação, permitindo à ANP focalizar de maneira mais direta e participativa públicos específicos, isto é, os interessados ou especializados nos objetivos da Agência, beneficiando-se da publicidade obtida pela repercussão na mídia de alguns desses eventos.

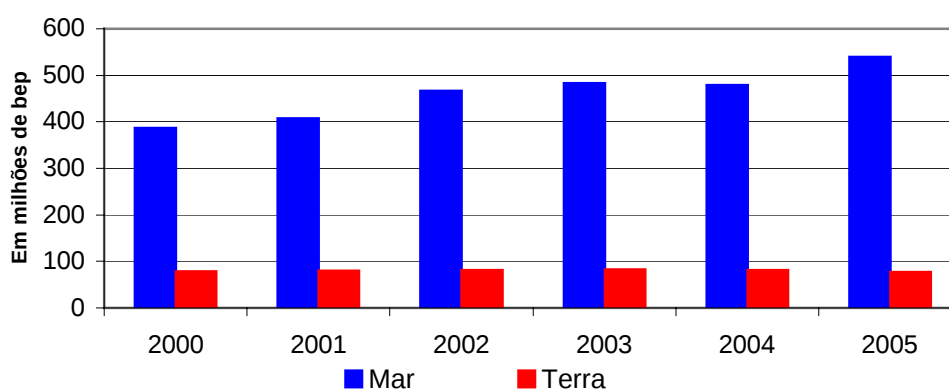
3. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

As atividades da Agência estão organizadas em três grandes grupos, que são o *upstream*, com a pesquisa, exploração e produção; o *midstream*, com o refino, transporte e comercialização; e o *downstream*, que compreende o abastecimento e respectiva fiscalização.

Análise de Mercado

As reservas provadas de petróleo alcançaram 11.772 milhões de barris, em 2005, ultrapassando em 4,7% o total de 2004. As de gás natural sofreram queda de 6,0% no mesmo período, ficando em 306.394,90 m³.

Gráfico 13 - Produção de Petróleo por localização 2000-2005

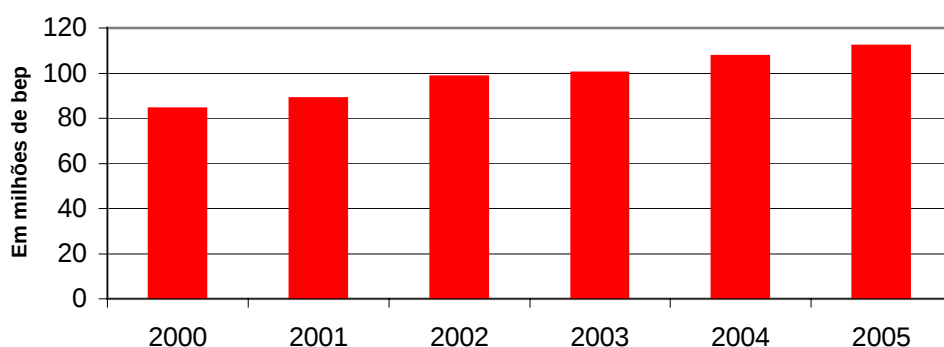


Fonte: ANP

A produção de petróleo nacional no ano de 2005 foi de 617,2 milhões de barris, o que representa um aumento de 10,3 % em relação a 2004 (559,7 milhões). Adicionalmente, a produção de gás natural aumentou 4,3%, passando de 107,5 milhões bep (2004) para 112,1 milhões bep (2005), o que confirmou a crescente expansão do consumo deste produto nesta última década e cuja oferta líquida³ diária cresceu 5,2 %, em 2005.

³ Descontados o consumo próprio, a reinjeção, queima e perdas e somada à importação.

Gráfico 14 - Produção Nacional de Gás Natural 2000 - 2005

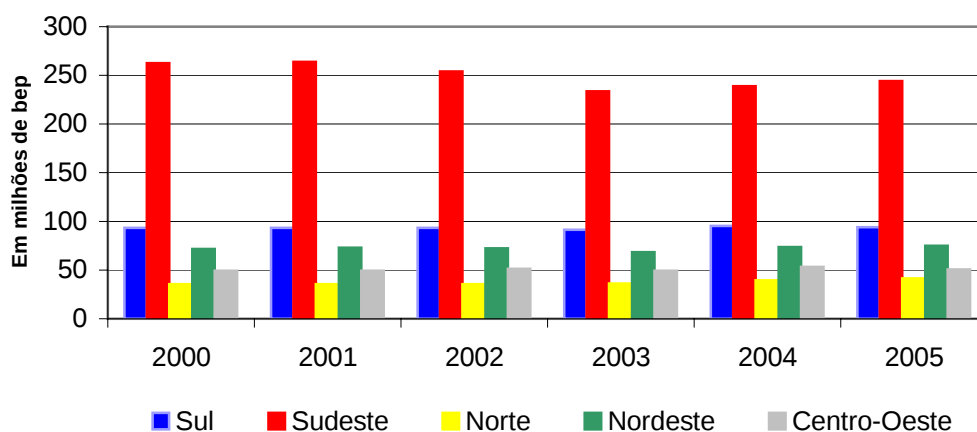


Fonte: ANP

O consumo dos combustíveis derivados de petróleo cresceu 1,0% no País, em decorrência do aumento da atividade econômica em 2005. As vendas pelas distribuidoras dos derivados de petróleo foram maiores nas regiões Norte (5,2%), Nordeste (1,9%) e Sudeste (2,0%), e menores nas regiões Centro-Oeste (-4,3%) e no Sul (-1,3%).

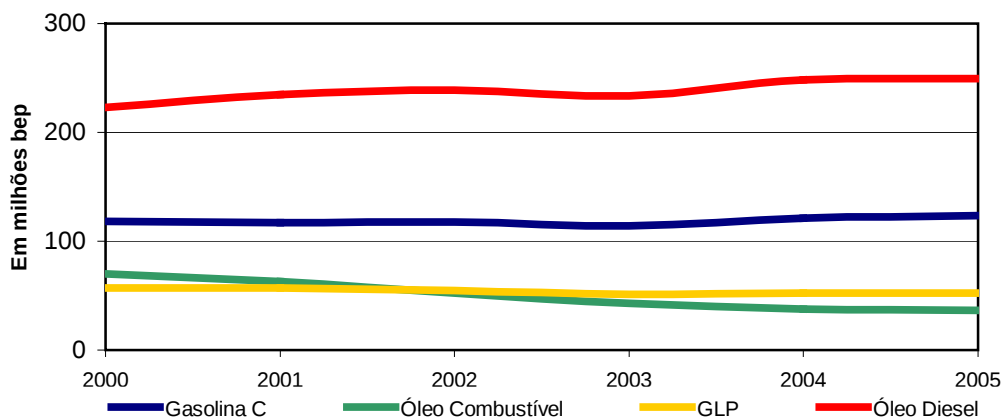
As vendas de gasolina e de óleo diesel aumentaram no período, enquanto as de gasolina de aviação, de GLP, de óleo combustível e de querosene iluminante diminuíram. Estes dois últimos produtos vêm apresentando queda nas vendas, nos últimos anos, em função do deslocamento do consumo em direção ao gás natural e à diminuição do uso do querosene de iluminação como solvente para adulteração da gasolina.

Gráfico 15 - Vendas de Derivados pelas Distribuidoras 2000 - 2005



Fonte: ANP

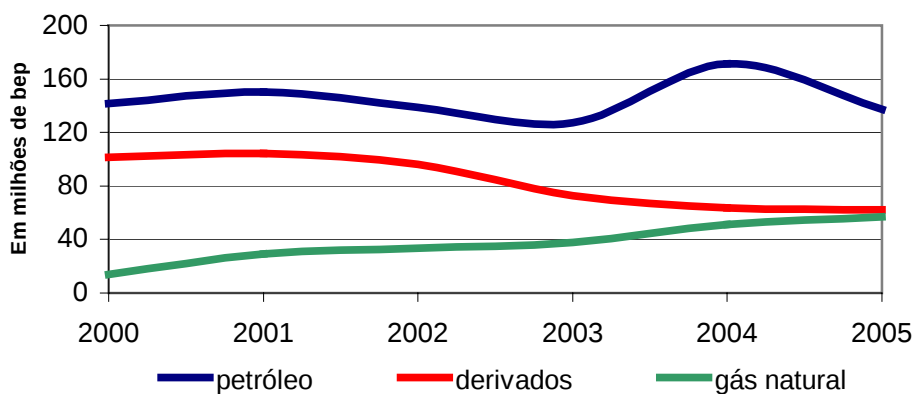
Gráfico 16 - Vendas de Derivados pelas Distribuidoras 2000-2005



Fonte: ANP

Entre 2004 e 2005, as vendas de óleo diesel cresceram 0,5% enquanto a de GLP foi menor em 0,6%. Nas vendas de gasolina C houve incremento de 2,2%, e decréscimo de 2,8% nas de óleo combustível. Considerando-se o valor total das vendas desses derivados (em barris equivalentes de petróleo - bep), o resultado foi de alta de 0,5% neste período. Adicionalmente, o aumento de 5,1% do volume de petróleo nacional refinado, que passou de 480.479.049 bep em 2004 para 505.174.571 bep em 2005, possibilitou uma queda de 17,3% do refino de petróleo importado, que caiu de 158.709.248 bep (2004) para 131.176.087 bep (2005). Assim, no mesmo período, houve uma diminuição de 19,7% do volume de petróleo importado, que ficou em 137.396 milhões de bep em 2005, mantendo a tendência de queda desde 2001. A importação de gás natural teve um aumento de 11,3% em 2005, em decorrência da expansão do consumo registrada nos últimos anos.

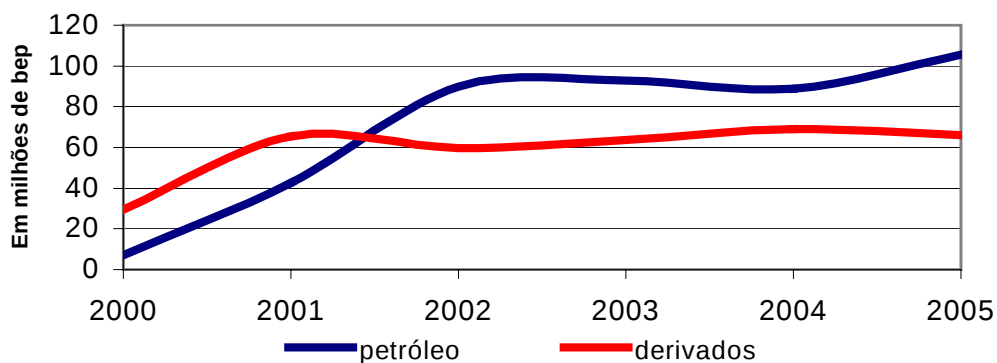
Gráfico 17 - Importação 2000 - 2005



Fonte: ANP

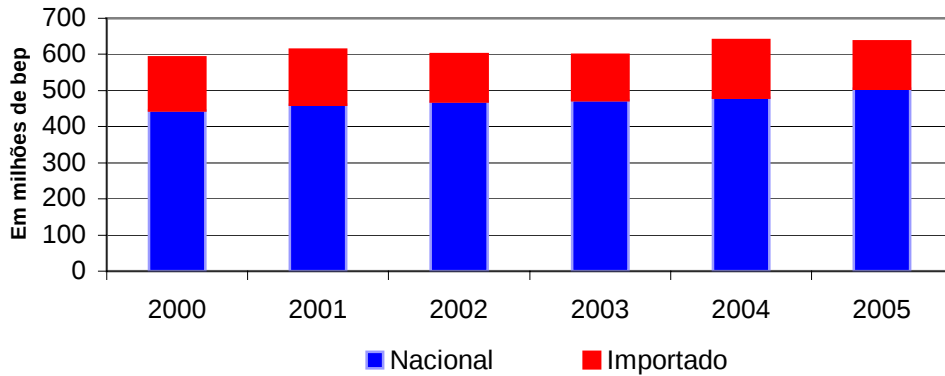
Com o incremento da exportação do petróleo nacional de 18,9%, em 2005, houve um aumento da receita de 64,8%, ampliada pela elevada cotação do preço internacional, que ficou em US\$ 56,3 (valor médio), com aumento de 39,1% em relação a média do ano anterior.

Gráfico 18 - Exportação 2000 - 2005



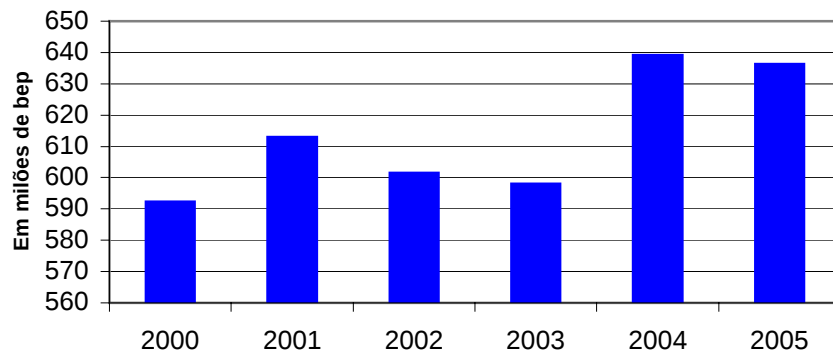
Fonte: ANP

Gráfico 19 - Volume de Petróleo Refinado por Origem 2000- 2005



Fonte: ANP

Gráfico 20 - Volume de Petróleo Refinado no Brasil 2000 - 2005



Fonte: ANP

Tabela 10 - Resumo Setorial

Bep	2000	2001	2002	2003	2004	2005	% 05/04
Produção de Petróleo – Mar	387.058.792	407.407.001	467.080.273	482.740.276	478.333.413	539.622.856	12,8
Produção de Petróleo – Terra	78.915.582	79.656.004	81.603.906	82.542.251	81.397.075	77.598.108	-4,7
Produção de Gás Natural	84.147.026	88.682.384	98.351.845	100.042.725	107.512.273	112.124.438	4,3
Produção de Derivados – Manguinhos	4.419.655	5.315.752	4.984.751	5.855.133	5.664.220	2.751.103	-51,4
Produção de Derivados – Ipiranga	4.823.284	4.910.540	4.441.348	5.604.374	4.022.990	1.864.869	-53,6
Refino de Petróleo Nacional	445.409.663	461.581.672	470.271.613	473.742.534	480.479.049	505.174.571	5,1
Refino de Petróleo Importado	146.980.779	151.325.046	131.215.261	124.384.544	158.709.248	131.176.087	-17,3
Importação de Petróleo	141.785.604	150.144.639	138.517.634	127.220.608	171.173.312	137.396.103	-19,7
Preço médio do barril de petróleo importado	30,47	26,48	24,55	30,76	40,47	56,30	39,1
Importação de Gás Natural	14.003.967	29.160.098	33.380.848	37.673.351	51.225.409	56.999.494	11,3
Importação de Derivados de Petróleo	101.626.172	104.091.550	96.100.318	72.897.848	63.454.757	62.268.578	-1,9
Exportação de Petróleo	7.190.692	42.427.247	89.817.091	92.891.969	88.686.960	105.464.796	18,9
Exportação de Derivados de Petróleo	29.618.134	65.317.630	59.615.418	63.568.393	69.035.228	66.015.146	-4,4
Consumo Aparente	672.577.324	633.554.317	633.869.622	608.940.621	636.636.369	645.405.703	1,4
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Diesel	222.999.620	234.885.984	238.967.997	233.488.175	248.354.843	249.567.010	0,5
Vendas, pelas distribuidoras – GLP	57.211.902	56.878.811	54.433.145	51.181.486	52.413.290	52.096.812	-0,6
Vendas, pelas distribuidoras - Gasolina C	118.401.167	117.118.612	117.776.829	113.856.743	120.951.976	123.600.691	2,2
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Combustível	69.886.585	62.922.801	52.556.483	43.036.671	37.566.995	36.528.215	-2,8

FONTE: ANP

3.1. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA

Em 2005 foram publicadas 39 resoluções sendo que, desse total, 12 se referem à determinação de preços mínimos de petróleo para efeito de calculo das participações governamentais previstas na Lei nº 9.478, de 1997. Outras 29 resoluções tratam de temas variados e serão apresentadas sumariamente a seguir. Outros comentários serão abordados nas seções correspondentes às demais unidades organizacionais proponentes.

Resoluções nº 1 (14/01/05), nº 8 (24/02/04), nº 11 (11/03/05), nº 14 (18/04/05), nº 16 (18/05/05), nº 17 (17/06/05), nº 20 (20/07/05), nº 23 (22/08/05), nº 26 (16/09/05), nº 30 (24/10/05), nº 32 (21/11/05) e nº 39 (22/12/05)

Estabelecem os preços mínimos dos petróleos produzidos nos meses em que foram publicadas, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais.

Resolução nº 2 (14/01/05)

Regula os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos.

Resolução nº 3 (14/01/05)

Regula os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de importação de asfaltos.

Resolução nº 4 (22/02/05)

Altera o Art. 3º e inclui o Anexo 1, no qual constam as exigências de credenciamento para atuar como fornecedor de marcadores, no final do texto da Portaria ANP nº 274, de 01/11/01, republicada no DOU de 20/12/02.

Resolução nº 5 (24/02/05)

Estabelece, considerando os aspectos de consumo de combustível e emissões de poluentes decorrentes da utilização do álcool combustível, as especificações dos álcoois combustíveis, anidro e hidratado, utilizados como padrões nos ensaios de consumo de combustível e emissões veiculares, constantes do Regulamento Técnico nº 1/2005 em anexo, parte integrante desta Resolução.

Resolução nº 6 (24/02/05)

Estabelece, considerando os aspectos de consumo de combustível e emissões de poluentes decorrentes da utilização da gasolina automotiva, a especificação da gasolina automotiva utilizada como padrão nos ensaios de consumo de combustível e emissões veiculares, constante do Regulamento Técnico nº 2/2005 em anexo, parte integrante desta Resolução.

Resolução nº 7 (24/02/05)

Altera o inciso VI do artigo 2º, o inciso II do parágrafo 4º do artigo 3º, e o parágrafo 5º do artigo 3º, todos da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000, que estabelece os critérios para a fixação do preço mínimo do petróleo, produzido mensalmente em cada campo, a ser adotado para fins de cálculo das participações governamentais.

Resolução nº 9 (24/02/05)

Aprova a atualização dos padrões técnicos ANP1B para dados sísmicos, ANP2B para dados de métodos potenciais e ANP4B para dados de informações de coordenadas e feições geográficas.

Resolução nº 10 (01/03/05)

Autoriza por 30 meses a comercialização do gás natural produzido na região de Urucu para uso veicular restrita aos veículos autorizados no âmbito do Projeto Experimental de Uso do Gás Natural Veicular de Urucu em Manaus desde que atendidas as condições nela estabelecidas.

Resolução nº 12 (22/03/05)

Altera, considerando os novos limites de emissões veiculares instituídos para homologação dos veículos movidos a óleo diesel, a Portaria ANP nº 310, de 27 de dezembro de 2001, especificando a mistura óleo diesel/biodiesel - B2, além de definir o Óleo Diesel Automotivo S500, Metropolitano e Interior.

Resolução nº 13 (30/03/05)

Altera o § 2º do artigo 6º da Resolução nº 17, de 31 de agosto de 2004, que obriga os agentes nela relacionados a enviar à ANP informações mensais sobre as suas atividades, em conformidade com o que ela dispõe.

Resolução nº 15 (18/05/05)

Regula os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Resolução nº 18 (07/07/05)

Prorroga até 31 de dezembro de 2005 o período de transição mencionado no § 2º do Art. 6º da Resolução ANP nº 17, de 1º de setembro de 2004 (obriga os agentes nela relacionados a enviar à ANP informações mensais sobre as suas atividades, em conformidade com o que ela dispõe), a partir do qual dados deverão ser encaminhados à ANP exclusivamente por meio do SIMP - Sistema de Informação de Movimentação de Produtos.

Resolução nº 19 (11/07/05)

Estabelece, considerando a necessidade de atualização das especificações do cimento asfáltico de petróleo e a conveniência de estabelecer uniformidade de padrões de qualidade e classificação para o cimento asfáltico de petróleo, as especificações dos cimentos asfálticos de petróleo (CAP), comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional consoante às disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 3/2005, de 11 de julho de 2005, parte integrante desta Resolução.

Resolução nº 21 (21/07/05)

Regulamenta o pagamento devido pelos agentes econômicos requisitadores de acesso e/ou fornecimento de amostras públicas de rochas e fluidos, integrantes do acervo federal dos dados e informações técnicas sobre as bacias sedimentares brasileiras, e que ainda se encontram na posse direta de empresas concessionárias ou exconcessionárias.

Resolução nº 22 (01/08/05)

Concede prazos para atendimento aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP nº 15, de 18 de maio de 2005.

Resolução nº 24 (29/08/05)

Concede o prazo até 30 de setembro de 2005 para atendimento ao estabelecido no artigo 38 da Resolução ANP nº 15, de 18 de maio de 2005.

Resolução nº 25 (09/09/05)

Estabelece, considerando que a qualidade do óleo mineral isolante é essencial para o bom desempenho dos transformadores no suprimento de energia elétrica às residências, comércio e indústria, as especificações dos óleos minerais isolantes tipo A e tipo B, de origem nacional ou importada, comercializados em todo o território nacional, consoante as disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 4/2005, parte integrante desta Resolução.

Resolução nº 27 (17/10/05)

Trata do acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural.

Resolução nº 28 (17/10/05)

Dispõe sobre a cessão de capacidade contratada de transporte dutoviário de gás natural.

Resolução nº 29 (17/10/05)

Refere-se aos critérios tarifários aplicáveis ao transporte dutoviário de gás natural.

Resolução nº 31 (04/11/05)

Versa sobre a realização pela ANP de leilões públicos, preferencialmente com a utilização de recursos de tecnologia da informação, com vistas à aquisição de biodiesel por produtor e importador de óleo diesel, fazendo publicar no Diário Oficial da União edital contendo regras e condições aplicáveis aos certames.

Resolução nº 33 (24/11/05)

Aprova o Regulamento ANP nº 5/2005, que define as normas referentes à realização, no Brasil, dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e à elaboração do relatório demonstrativo a que se refere a Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento dos Contratos de Concessão.

Resolução nº 34 (24/11/05)

Aprova o Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, Regulamento ANP nº 6/2005, referente à Cláusula intitulada de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento dos Contratos de Concessão.

Resolução nº 35 (17/10/05)

Adota a NBR 15186 - Base de armazenamento, envasamento e distribuição de GLP – Projeto e construção, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para o projeto de instalações destinadas à armazenagem de GLP, sujeitas à Autorização de Construção (AC) da ANP.

Resolução nº 36 (06/12/05)

Estabelece as especificações do AEAC e do AEHC comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional, consoante as disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 7/2005, parte integrante desta Resolução.

Resolução nº 37 (06/12/05)

Estabelece a obrigatoriedade de adição de marcador ao Biodiesel – B100, tanto pelos produtores nacionais como pelos importadores.

Resolução nº 37 (06/12/05)

Estabelece a obrigatoriedade de adição de marcador ao Biodiesel – B100, tanto pelos produtores nacionais como pelos importadores.

Resolução nº 38 (06/12/05)

Prorroga até 30 de junho de 2006 o período de transição mencionado no § 2º do art. 6º da Resolução ANP nº 17, de 1º de setembro de 2004 (obriga os agentes nela relacionados a enviar à ANP informações mensais sobre as suas atividades, em conformidade com o que ela dispõe), a partir do qual dados deverão ser encaminhados à ANP exclusivamente por meio do SIMP – Sistema de Informação de Movimentação de Produtos.

Upstream

As atividades que compõem o chamado upstream são as de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, seis superintendências tratam diretamente da promoção de licitações e da gestão das concessões outorgadas.

O primeiro grupo compreende a Superintendência de Definição de Blocos (SDB), a Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT) e a Superintendência de Promoção de Licitações (SPL). Basicamente, essas unidades, trabalhando de forma complementar, realizam a definição do que potencialmente pode ser licitado, promovendo estudos sobre as bacias sedimentares, realizando a gestão dos dados produzidos a partir de estudos contratados pela própria Agência e por concessionárias e promovendo as chamadas Rodadas de Licitação de Blocos, com o objetivo de permitir a entrada de agentes econômicos nas atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos.

O segundo grupo de unidades organizacionais envolvidas neste segmento do mercado é integrado pela Superintendência de Exploração (SEP), Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) e Superintendência de Participações Governamentais (SPG). Essas unidades trabalham na gestão das concessões outorgadas nas diferentes fases (exploração, desenvolvimento e produção), zelando pelo cumprimento dos contratos e fiscalizando as atividades envolvidas. Além disso, este segmento procede à apuração dos valores devidos pelas concessionárias a título de participações governamentais.

3.2. ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

A realização de estudos e serviços de geologia e geofísica é necessária para viabilizar a continuidade do processo de outorga de concessões a curto, médio e longo prazos. Só é possível definir blocos prospectivos por meio da realização desses estudos, em áreas onde existam dados disponíveis. E para o sucesso de uma oferta (Rodada de Licitações) é preciso que os blocos oferecidos representem oportunidades atrativas de investimento no competitivo mercado mundial de áreas exploratórias.

Em muitos casos, a realização de estudos dependerá da aquisição prévia de novos dados geológicos e geofísicos. Mais de 50% do território brasileiro (em terra) não pode ter seu potencial petrolífero devidamente avaliado devido à escassez de dados, o que inviabiliza, aí, a atração de novos investimentos. A aquisição de novos dados, nesses casos, permitirá

que estudos revelem informações mais detalhadas sobre os potenciais sistemas petrolíferos de diversas bacias sedimentares. Informações essas que, ajudando a desvendar o potencial exploratório de vastas áreas do território brasileiro, poderão permitir inclusão de novos blocos nas futuras rodadas de licitações.

A renovação do conhecimento de bacias sedimentares brasileiras e a abertura de novas fronteiras exploratórias são as chaves para que seja possível descobrir novas reservas que reponham, a longo prazo, os volumes de petróleo e gás natural produzidos a partir das reservas atualmente conhecidas.

Para fazer frente a este desafio foi elaborado o Plano Decenal de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica, com o intuito de organizar e planejar a seqüência dos serviços a serem executados, de modo a garantir recursos e a continuidade dos projetos.

3.2.1. Abordagem aos Estudos Geológicos e Geofísicos

Até 2005, a carência de pessoal e recursos da SDB obrigou à adoção de um planejamento de estudos geológicos e geofísicos baseado em duas linhas de ação: (1) estudos internos, realizados por técnicos do SDB, (2) estudos externos, realizados por universidades e por empresas contratadas para esse fim.

Mesmo assim, a insuficiência de recursos e a disponibilidade deles apenas no fim do ano de 2005, resultou em um declínio do estoques de estudos para futuras rodadas. Portanto será necessário no ano 2006 uma vigorosa ação que permita a intensificação dos estudos para definição de blocos a serem ofertados em futuras rodadas. Só assim se poderão cumprir ordenadamente as diretrizes do Plano Decenal, melhorando a qualidade dos estudos e embasando a oferta dos blocos com dados mais completos.

O recente reforço da SDB, de que resultou aumento do o quadro de profissionais, representa um primeiro passo, que tem ainda de ser acompanhado pelo reforço de equipamento e *software* para que os técnicos possam trabalhar de forma mais eficiente. O segundo passo será dotar a SDB de um orçamento compatível com o esforço que precisa ser realizado.

3.2.2. Estudos internos da ANP

Os estudos realizados internamente no decorrer de 2005 visaram à definição dos blocos oferecidos na Sétima Rodada de Licitações e o início da definição de blocos para a Oitava Rodada, a ser realizada em 2006. Incluíram ainda, a interpretação de dados de poços e

dados geofísicos de todos os setores oferecidos, o que permitiu um maior grau de detalhe nas áreas consideradas como de elevado potencial.

Esses estudos permitiram uma avaliação do potencial petrolífero dos blocos a serem oferecidos na Oitava Rodada, bem como uma classificação de seu interesse exploratório. À esta classificação de interesse foi aplicada a metodologia de definição dos valores mínimos dos Bônus de Assinatura, exigidos para a outorga das concessões.

Os resultados alcançados atendem a demandas diversificadas de órgãos governamentais, entre os quais a própria ANP, o MME e o Tribunal de Contas da União (TCU), em relação às necessidades de planejamento e transparência do processo licitatório.

3.2.3. Estudos externos

A ANP promove junto a universidades brasileiras estudos dos sistemas petrolíferos das bacias sedimentares brasileiras, para resgatar os conhecimentos já existentes e reinterpretá-los à luz dos mais novos conceitos. A Agência consegue, assim, valorizar e disponibilizar informações que hoje se encontram esparsas em uma vasta bibliografia, em grande parte de caráter proprietário de diversas companhias.

Esses estudos são muito importantes para acelerar e otimizar os trabalhos conduzidos internamente na ANP, criando uma base para a construção de novos conhecimentos. São também essenciais para criar um ambiente competitivo mais equilibrado nas rodadas de licitações, reduzindo as barreiras à entrada de novos competidores e vantagens estratégicas de algumas empresas.

O projeto “Aplicação de Técnicas Especiais em Reprocessamento Sísmico” realizado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), concluído em 2005, foi essencial, por exemplo, para viabilizar a realização de estudos sobre as bacias de Sergipe-Alagoas e Jacuípe e Jequitinhonha. A UNICAMP processou e disponibilizou dados em porções das bacias onde havia carência de dados sísmicos migrados disponíveis, alcançando resultados melhores que os anteriormente obtidos. Pretende-se manter em 2006 o contato com a UNICAMP, visando ao estudo de outras bacias onde os dados existentes, coletados há cerca de 20 anos, requerem um processamento especial, de alta qualidade, utilizando técnicas do tipo desenvolvido pela UNICAMP.

Tiveram andamento os estudos “Mapeamento e Exame Quantitativo dos Sistemas Petrolíferos das Bacias de Jequitinhonha e Jacuípe”, realizado pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (COPPE), e o estudo “Revisão e Reavaliação dos Sis-

temas Petrolíferos da bacia de Sergipe-Alagoas”, a cargo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O estudo das bacias de Jacuípe e Jequitinhonha foi concluído no decorrer de 2005, dando importante contribuição à promoção do setor SJ-AP (Jequitinhonha águas profundas) oferecido na Sétima Rodada e no planejamento de novos estudos sobre a bacia de Jacuípe. O estudo da Bacia de Sergipe-Alagoas está em andamento e deve ser concluído em 2006.

Em 2004, foi contratado um estudo novo, a ser realizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), intitulado “Interpretação e Mapeamento dos Sistemas Petrolíferos da Bacia de Santos”. O estudo desenvolveu-se ao longo de todo ano de 2005 e deverá ser concluído em 2006.

Os recursos governamentais, provenientes da inclusão da Ação de “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospeção de Petróleo” no Plano-Piloto de Investimentos (PPI) permitiram, no final de 2005, a contratação de estudos sobre os sistemas petrolíferos das bacias de Pelotas, Espírito Santo e Cumuruxatiba. A realização desses estudos não havia sido concretizada durante 2004 em função do contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Governo federal, apesar de prevista no Plano Decenal de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica e na dotação orçamentária decorrente da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2004. O atraso na realização desses estudos prejudicou o planejamento integrado da utilização dos recursos potenciais da margem leste brasileira, a melhoria dos estudos internos a respeito dessas áreas e os esforços para promoção dos blocos oferecidos nessas bacias, em futuras rodadas de licitações.

3.2.4. Serviços

No que tange à contratação de serviços, a ANP deu continuidade ao convênio com a USP para a transferência de tecnologias e a capacitação técnica nacional no campo da geofísica aplicada, com ênfase em geofísica aérea. O convênio tem por objetivo a aplicação de dados de métodos potenciais (gravimetria e magnetometria) para a identificação de áreas de ocorrência potencial de hidrocarbonetos, na bacia do Parnaíba, incluindo aquisição, processamento, interpretação e análise geofísica e geológica dos dados coletados e implementação de mecanismos que assegurem a transferência, a absorção, o desenvolvimento de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra.

No ano abrangido por este relatório, o convênio operou cinco aeronaves, três equipadas com sensores magnetométricos e gamaespectrométricos e duas com sensores gravimétricos e magnetométricos. A fase de aquisição de dados, iniciada em 2004, completou cerca

de 70% da cobertura prevista na bacia do Parnaíba, prevendo-se a conclusão dos trabalhos do convênio em novembro de 2006. No início de 2005, em decorrência de um acordo entre o MME, a ANP e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), foram adicionados à área prevista inicialmente mais 220.000 quilômetros lineares de aerolevanteamento, de interesse daquela companhia. No final do ano de 2005, haviam sido completados 160.000 quilômetros lineares deste projeto, cujo término deve ocorrer durante 2006.

No decorrer de 2005, foram complementados os serviços de aquisição de dados geoquímicos de superfície na bacia do Rio do Peixe e de dados geoquímicos de assoalho oceânico na bacia de Pernambuco-Paraíba foram iniciadas em 2004. Este último detectou ocorrências de óleo em algumas das amostras coletadas na bacia de Pernambuco-Paraíba, dando novas perspectivas ao potencial da área. As contratações de ambos os projetos haviam sido iniciadas em 2004, mas sofreram atrasos decorrentes de questionamentos judiciais.

Com recursos do PPI foram contratados, no final de 2005, o processamento de dados sísmicos terrestres da bacia de Sergipe-Alagoas e o processamento de dados sísmicos terrestres das bacias de Amazonas e Recôncavo, dois projetos importantes para o conhecimento dessas regiões.

Ainda com a verba proveniente do PPI foi licitado em dezembro de 2005 o aerolevanteamento de 84.000 quilômetros lineares na bacia de São Francisco, visando obter dados estruturais da bacia. Ela despertou grande interesse dos licitantes na Sétima Rodada. O projeto de aerolevanteamento havia sido planejado dois anos antes, mas fora protelado por contingenciamento orçamentário.

3.2.5. Conclusão

Em 2005, deu-se continuidade aos estudos que estavam em andamento, e ainda foram iniciados ou contratados novos estudos. A disponibilidade dos recursos do PPI para estudos de geologia e geofísica foi fundamental para possibilitar a contratação de novos trabalhos. A possibilidade de um montante idêntico, na mesma ação, para empenho em 2006, permitirá manter o ritmo dos estudos, o que é ainda insuficiente para se adquirir uma massa crítica de conhecimentos que valorizem adequadamente os blocos ofertados nas rodadas futuras.

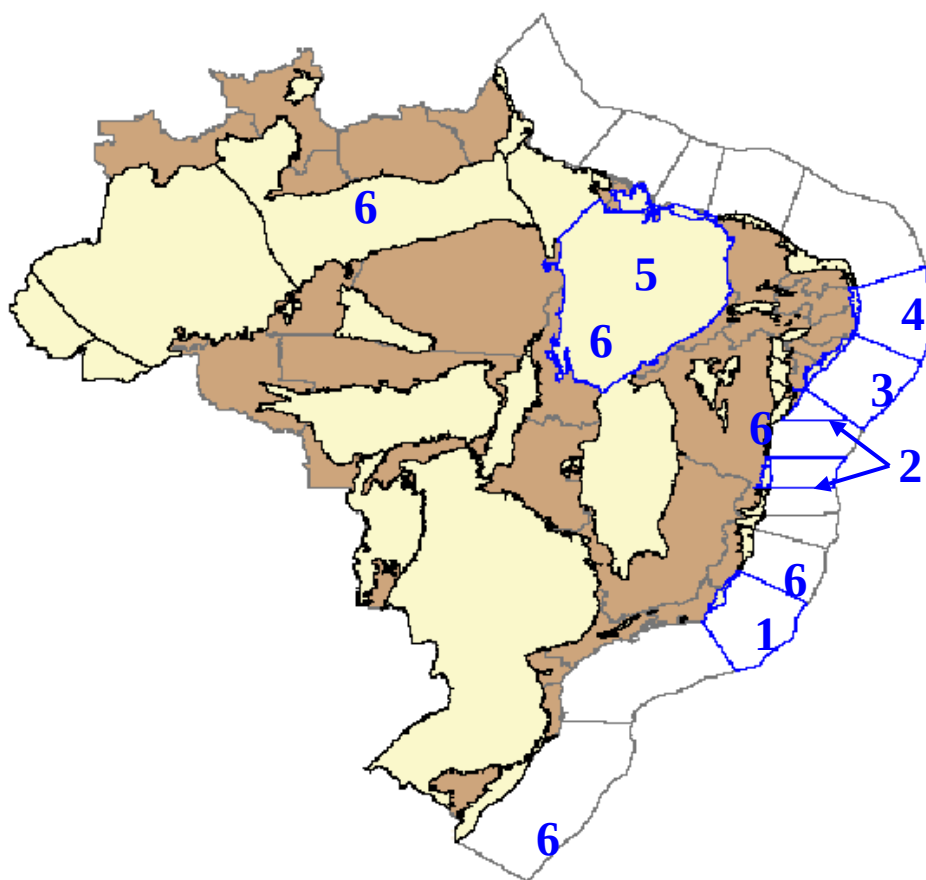
O conjunto dos estudos em andamento é ainda inferior ao que foi concebido no Plano Decenal de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica e proposto para o Plano Plurianual 2004-2007. Essa diferença entre o que foi planejado e o que vem sendo realizado decorre

essencialmente dos reduzidos orçamentos que vêm sendo liberados para a execução dos trabalhos.

O atraso na obtenção de novos dados e na realização de estudos cria condições desfavoráveis à avaliação do potencial petrolífero das diversas bacias sedimentares, o que dificulta sua inclusão em futuras rodadas de licitações e conseqüentemente reduz as chances de atração de investimentos.

Os estudos que foram e estão sendo realizados. Têm todavia escopo e influência geográfica diversificados, decorrentes da solução de problemas identificados em bacias de diversos Estados da União (figura a seguir).

Figura 2 – Mapa da Distribuição dos Estudos de Geologia e Geofísica



Fonte: SDB

(1) Sistemas petrolíferos da bacia de Campos; (2) Sistemas petrolíferos das bacias de Jacuípe e Jequitinhonha; (3) Sistemas petrolíferos da bacia de Sergipe-Alagoas; (4) Dados geoquímicos da bacia de Pernambuco-Paraíba; (5) Dados aerogeofísicos da bacia do Parnaíba e (6) Estudos para a Oitava e Nona Rodadas de Licitações.

3.3. GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

Com a mudança na legislação brasileira sobre a indústria petrolífera a partir da aprovação da Lei nº 9.478, de 1997, foram transferidos à ANP quase todos os dados e as informações disponíveis em meio digital, referentes a poços e levantamentos geofísicos (sísmicos e aerogeofísicos), que foram coletados durante a execução do monopólio conferido a Petrobrás pela Lei nº 2004.

Até 1998, quando foram assinados os primeiros contratos de concessão, aquela empresa, por meio dos levantamentos que realizou, havia coletado 1.155.188 km de dados sísmicos

2D – 165.591 km adquiridos pelas companhias que assinaram contratos de risco – e 45.535 km² de dados sísmicos 3D. Esses levantamentos incluem dados de campo, dados empilhados ou migrados, com várias versões de processamento. Além disso, foram perfurados 5.319 poços exploratórios, 13.165 poços de desenvolvimento, para injeção de água e especiais, excluídos aqueles perfurados, durante a fase de existência do Conselho Nacional do Petróleo.

Para receber e organizar o acervo de dados e informações transferidos, a Agência, por intermédio da sua Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT), implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP). Na sua primeira etapa de viabilização, instalou-se nesse Banco de Dados um Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento, coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias.

Até dezembro de 2005, o acervo de dados geofísicos carregados no Sistema PetroBank do BDEP era constituído por 274 fitas contendo informações e dados sísmicos pós-empilhamento correspondentes a 11,67 terabytes, 178.784 fitas pré-empilhamento correspondentes a 1,7050 petabytes, 21.983 poços com dados carregados, sendo 19.810 poços com perfis; 3.442 perfis compostos de poços exploratórios, 17.510 pastas de poços que se tornaram públicos e 222 programas de métodos potenciais (geofísicos terrestres e aéreos). Nesses totais, estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias detentoras de contratos de concessão. A evolução do acervo pode ser observada na tabela a seguir. Deve-se destacar os acréscimos de dados sísmicos pós-stack: 10,3% , e de perfis compostos, 58,9%, o que permitiu melhor atendimentos a clientes, todos usuários do BDEP.

Tabela 10 - Evolução do Acervo do BDEP em 2005

	Até 12/2004	Até 12/2005	Acréscimo %
Sísmica pós-stack -terabytes	10,58	11,67	10,3%
Sísmica pré-stack-petabytes	1,66	1,705	2,7%
Poços com perfis	19.307	19.810	2,6%
Perfis compostos	2.166	3.442	58,9%
Pastas de poço	17.451	17.510	0,3%
Métodos potenciais- programas	222	245	10,4%

Fonte: Relatórios BDEP jan-dez/2005

Durante o ano de 2005, foram recebidos 43 relatórios de levantamentos geofísicos ou reprocessamento de dados sísmicos, de estudos geológicos ou geoquímicos não-exclusivos,

oito relatórios referentes a dados exclusivos e cinco relatórios de estudos geológicos realizados por iniciativa da ANP e um relatório de impacto ambiental.

No que se refere às autorizações para levantamentos de dados geofísicos não-exclusivos, a ANP outorgou quatro novas autorizações e, para estudos geológicos e reprocessamento de dados, foram concedidas 20 novas autorizações (12 para reprocessamento de dados sísmicos). A aquisição de dados não-exclusivos em 2005 registrou 61.939,00 km de dados magnetométricos e 6.864,94 km² de sísmica 3D. Além desses levantamentos, em 2005 foram realizados 163,64km² de aquisição de dados sísmicos 3D/4C e 1.782,53 km de levantamento de dados eletromagnéticos pelo processo ASES, ainda em fase experimental. A evolução da coleta de dados não-exclusivos pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 11- Levantamentos Geofísicos 1999-2005 Não-Exclusivos

	Gravimetria		Magnetometria	Sísmica 2D	Sísmica 3D
ANO	Km	Km2	Km	Km	Km2
1999	36.968,72	346,22	106.048,02	53.193,79	16.300,50
2000	58.972,81	5.778,87	114.332,47	84.620,63	54.974,30
2001	202.179,83	14.632,55	298.071,30	179.740,61	33.841,47
2002	29.233,93	16.794,57	515.986,62	568,38	35.830,45
2003	9.538,33	5.714,82	299.986,08	565,85	18.362,30
2004			102.658,76	20,00	9.449,04
2005			61.939,00		6.864,94
TOTAL	336.893,62	43.267,03	1.499.022,25	318.709,26	175.623,00

Fonte: SDT

Entre os destaques da Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT) no decorrer do ano está a elaboração dos pacotes de dados para a 7ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios. Os dados fornecidos para os usuários e para a ANP são os seguintes:

Tabela 12- Dados recuperados para atendimento aos usuários e à ANP

Nº Perfis-poços	2.142
Sísmica pós- stack-Gb	343,1794
Nº Pastas de poços	2.386
Nº Perfis compostos	2.466,00
Sísmica pré- stack-Gb	11.145,0054

Fonte: Relatórios BDEP jan-dez/2005

Foram divulgadas em fevereiro as revisões nos padrões ANP1B, ANP2B e ANP4B, referentes respectivamente a dados sísmicos, dados de métodos potenciais e coordenadas e polígonos. As modificações desses padrões imprimiram maior agilidade para o carregamento de dados no BDEP. Em julho, foi publicada a resolução ANP nº 21, que regulamenta o pagamento pelos agentes econômicos para o acesso a amostras públicas, que ainda se encontram na posse direta de empresas concessionárias ou ex-concessionárias. Foi realizada em outubro uma audiência pública com o intuito de rever o padrão ANP6, que trata da coleta de amostras de rochas e fluidos em poços perfurados para a exploração ou produção de petróleo e gás natural. Estão em revisão as portarias nº 114, que trata do acesso a dados públicos, e nº 188, que estabelece as condições para levantamento de dados aplicados à exploração e produção de petróleo e gás natural.

Foi iniciado o desenvolvimento de um sistema para geração automática das minutas de cobranças. Até então, todo o processo era manual e consistia na apuração das remessas por meio de documentos em papel, com o auxílio de calculadoras eletrônicas, para geração de documentos digitais remetidos à ANP/SDT. Espera-se, com a automação do processo, maior confiabilidade e menor tempo de apuração, do que resultará a liberação dos técnicos envolvidos para as atividades de recuperação de dados.

Outro projeto iniciado foi a automação do processo de Controle de Qualidade de Dados Sísmicos, pois além de propiciar o aumento do conjunto de dados avaliados, fornecerá subsídios para o orçamento aos dados sísmicos de campo.

3.4. PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES

Como descreve o inciso IV, do Artigo 8º, da Lei 9.478, de 1997 - Lei do Petróleo -, compete à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) “elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes,”

A ANP promoveu, sob coordenação da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), sete rodadas de licitações de blocos em bacias sedimentares com apoio na Lei do Petróleo e nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

As sete licitações permitiram uma receita de R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura (montante ofertado pelas empresas vencedoras para obtenção da concessão). Os investimen-

tos mínimos esperados – Programa Exploratório Mínimo⁴ (PEM), Programa de Trabalho Inicial⁵ (PTI) e Plano Anual de Trabalho⁶ (PAT) – para o período 2005-2010 são em torno de 21,7 bilhões de dólares.

3.4.1. Sétima Rodada de Licitações

A Sétima Rodada de Licitações deu ênfase na exploração de áreas com grande potencial de descoberta e “oferta de gás natural no País, mesmo considerando as recentes descobertas na bacia de Santos”. Ela foi executada com base na Resolução do CNPE nº 8, de 21 de julho de 2003, que estabeleceu a política energética voltada para a auto-suficiência do País e a intensificação da atividade exploratória crescente de gás natural e de derivados de petróleo; somada à Resolução nº 2, de 8 de dezembro de 2004, que autorizou a realização da Sétima Licitação e a elaboração de estudos, a serem aprovados pelo CNPE, além de iniciar a oferta de “campos considerados marginais pelas empresas de grande porte, mas podendo despertar o interesse de empresas de menor porte”; e à Resolução nº 2, de 13 de abril de 2005, que definiu os blocos exploratórios e os campos marginais a serem ofertados.

A Sétima Rodada foi lançada em 23 de dezembro de 2004, e realizada nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2005, como previsto no calendário inicial. Além dos blocos com riscos exploratórios oferecidos nas seis rodadas anteriores, em 2005, foram ofertados blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, visando à criação e fixação de pequenas e médias empresas, para as atividades de exploração e produção em áreas terrestres que foram devolvidas à ANP.

Por um lado, houve um grande interesse nos blocos com risco exploratório localizados nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, principais focos em gás natural; por outro, registrou-se um número expressivo de pequenas e médias empresas – novas e mesmo sem experiência no setor – concentrando esforços nas oportunidades criadas nas áreas inativas com acumulações marginais.

A introdução de blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais trouxe a necessidade da divisão da Sétima Rodada em duas partes: a Parte A, para os blocos com risco exploratório, e a Parte B, para as áreas inativas com acumulações marginais.

⁴ Investimentos assumidos pelas empresas no ato das licitações para concessões em blocos exploratórios.

⁵ Investimentos assumidos pelas empresas na sétima rodada de licitações para concessões em blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais.

⁶ Conjunto de atividades a serem realizadas pelos concessionários no decorrer de um ano civil qualquer.

Tratadas distintamente, contudo respeitando o cronograma e os procedimentos executados em outras rodadas, a Parte A praticamente repetiu a evolução das licitações anteriores enquanto que a Parte B foi inovadora, dado o perfil diferencial das empresas candidatas aos blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais. Outro detalhe importante foi a diferença entre os critérios da licitação para o cálculo da nota final:

- Parte A - o bônus de assinatura teve peso de 40% (no lugar dos 30% na Sexta Rodada), o Programa Exploratório Mínimo (PEM) valia 40% (no lugar dos 30% na Sexta Rodada) e o conteúdo local com um peso de 20% (5% para a fase de exploração e 15% para a etapa de desenvolvimento, diferente da Sexta Rodada, cujo peso foi de 40%, sendo 15% para a fase de exploração e 25% para a etapa de desenvolvimento).
- Parte B - um peso de 25% para o bônus de assinatura e 75% para o Programa de Trabalho Inicial (PTI). O conteúdo local não foi considerado para fins de apuração da oferta; embora fosse compulsório (mínimo de 70% para a fase de avaliação e etapa de desenvolvimento).

Destacam-se também os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da ANP, de que resultaram as planilhas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP). Este trabalho introduziu critérios para aferição de conteúdo local de serviços e de equipamentos a serem cumpridos pelas empresas concessionárias durante a etapa de avaliação e de desenvolvimento, incluídos nos novos contratos de concessão.

3.4.1.1. Área Concedida⁷

Nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2005, um total de 194.739 km² foram arrematados: 194.651 km² nas áreas com risco exploratório (divididos em 251 blocos), dos quais 186.916 km² em terra, 3.066 km² em águas rasas e 4.669 km² em águas profundas, e 88 km² nas áreas inativas com acumulações marginais (divididos em 16 blocos).

Sobressai a superfície arrematada em duas bacias terrestres: São Francisco, em Minas Gerais, e Solimões, no Amazonas. Do total concedido na rodada (195 mil km²), 88% (166 mil km²) pertencem a essas duas bacias em terra, das quais dois terços (109 mil km²) cabem a São Francisco e um terço (57 mil km²) a Solimões.

Em síntese, 189 mil km² foram arrematados, sendo 170 mil km² em terra e 19 mil km² no mar. Do total da área em terra, 109 mil km² em São Francisco, 57 mil km² em Solimões, e o restante 4 mil km² nas bacias: Potiguar (1,7 mil km²), Sergipe-Alagoas (1,4 mil km²), Recôncavo (1 mil km²), Espírito Santo (0,4 mil km²). Além disso, foram arrematados 87 km² nas áreas com acumulações marginais.

3.4.1.2. Blocos arrematados⁸

Áreas com risco exploratório

Das 1.134 áreas com risco exploratório ofertadas, 251 foram vencidas pelas empresas habilitadas em 380 ofertas. Os setores alvos das grandes empresas foram na bacia do Espírito Santo, Campos e Santos, principalmente focados no gás natural.

Em complemento, vide o item “área concedida”, acima, que identifica os blocos de maior interesse, juntamente com o resumo sobre o bônus proposto pelos vencedores da licitação, mais adiante.

Áreas com Acumulações Marginais

Das 17 áreas inativas com acumulações marginais ofertadas, 16 foram vencidas pelas empresas habilitadas, em 142 ofertas feitas.

Embora não sejam expressivas em comparação aos totais de áreas arrematadas e de bônus de assinatura ofertados da rodada, estas áreas ganharam importância por atrair o interesse e estimular a entrada no setor de petróleo de pequenas e médias empresas (muitas delas originalmente de outros setores da economia), um dos objetivos institucionais da ANP.

É importante notar que em apenas uma das áreas não houve empresa interessada; nas demais, o número de empresas disputando uma área foi superior ao esperado, chegando a 21 ofertantes em uma delas. Como foi descrito no relatório do ano passado: “A grande competição ocorrida em blocos em áreas terrestres e o surgimento de novas empresas justificam a iniciativa destas ofertas, incentivando a presença de pequenas empresas no setor.”

3.4.1.3. Participação de Empresas

⁸ O processo da sétima rodada está ainda em fase de conclusão; portanto, estes resultados são parciais, pois duas empresas foram eliminadas por não cumprirem os prazos para assinatura do contrato e outras empresas desistiram de áreas arrematadas na licitação.

A importância na Sétima Rodada pode ser vista pelo número de empresas que enviaram a documentação para a Manifestação de Interesse⁹, principalmente atraídas pelo lançamento das áreas inativas com acumulações marginais. No total, 146 empresas manifestaram interesse (53 em blocos exploratórios e 113 para os blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, sendo 20 nos dois tipos de blocos). Dessas, 47 pagaram a Taxa de Participação¹⁰ para blocos com risco exploratório (uma desistiu¹¹) e 91 para os blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, das quais 19 pagaram para os dois tipos de blocos (exploratório e acumulação marginal).

Das 118 empresas habilitadas¹², 19 em ambos tipos de blocos (exploratórios e acumulações marginais), 77 apresentaram ofertas isoladamente ou em consórcio (32 em blocos com risco exploratório e 53 em áreas inativas, sendo 8 nos dois tipos de blocos). Desse total, 41 tiveram êxito (30 em blocos com risco exploratório e 16 em áreas inativas com acumulações marginais; das quais cinco em ambos tipos de blocos) e estão assinando os 111 Contratos de Concessão (95 exploratórios¹³, e 16 acumulações marginais).

Tabela 12 – Número de empresas participantes em rodadas de licitações.

	Rodada 1	Rodada 2	Rodada 3	Rodada 4	Rodada 5	Rodada 6	Rodada 7
Manifestação de interesse	58	49	46	35	18	30	146
Pagamento de taxa de participação	42	48	44	33	14	27	119
Habilitadas	38	42	42	29	12	24	118
Apresentando ofertas	14	27	26	17	6	21	77
Vencedoras	11	16	22	14	6	19	41

Fonte: SPL Nota: Na Sétima Rodada incluem-se as empresas inscritas para as áreas inativas com acumulações marginais.

Áreas com risco exploratório

Com relação às empresas que concorreram aos blocos exploratórios, seu comportamento ainda foi superior às rodadas anteriores. Para os blocos com risco exploratório, 53 empresas manifestaram interesse, 46 pagaram a taxa de participação, 44 foram habilitadas, 32 fizeram ofertas e 30 foram vencedoras.

Destaque-se o número de empresas de capital nacional entre as que manifestaram interesse para blocos exploratórios, 26 dentre as 52. Portanto, a metade das empresas que

⁹ Primeira formalização das empresas para participar da rodada.

¹⁰ Esta taxa apenas permite que as empresas retirem documentação referente aos blocos. A autorização para poderem apresentar lances na licitação só é feita com a Habilitação da empresa pela CEL, que constitui, além do pagamento desta taxa, da entrega de toda a documentação constada no edital da rodada para a ANP.

¹¹ Japan Petroleum Exploration Co. Ltd. (Japex) pagou apenas taxa de participação para obter o pacote de dados, não sendo qualificada nem habilitada.

¹² 46 para blocos exploratórios, 91 para acumulações marginais, 19 em ambos os blocos.

¹³ Agrupados quando sendo no mesmo setor e blocos, e empresa ou consórcio de empresas.

entregaram documentação para os blocos exploratórios era brasileira. Este foi um número recorde entre as rodadas realizadas.

Observou-se também que a Sétima Rodada obteve interesse de duas empresas estatais do Estado de Minas Gerais, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), habilitadas para os blocos na bacia do São Francisco.

Do total de 44 empresas habilitadas, 32 apresentaram ofertas (73% das habilitadas), com 30 vencedoras. Isto demonstra a quantidade de empresas fazendo consórcios para os blocos exploratórios, embora fosse observado que para os setores das bacias do Recôncavo, São Francisco e Solimões as empresas se destacassem em apresentar ofertas sozinhas.

É bom enfatizar que na bacia de São Francisco, dos 39 blocos arrematados, 22 blocos foram concedidos à empresa argentina Oil M&S SA; a Geobras ganhou nove blocos também sem parceiros, sendo eliminada pela Comissão Especial de Licitação (com o subsequente processo de chamada dos segundos colocados); tendo a Tamar obtido um bloco. Já em consórcio, seis blocos foram vencidos pela Petrobras e BG Energy; e um bloco pelas empresas Orteng, CODEMIG, Delp e Logos. Na bacia de Solimões, a Oil M&S foi vitoriosa em 22 blocos e a Petrobras em quatro, ambas como operadoras, sem estarem em consórcio.

Áreas Inativas

Verificou-se um grande número de empresas atraídas pelas áreas inativas. Notou-se que isso ocorreu logo após a divulgação na mídia das possibilidades de poucos investimentos para os blocos devolvidos pela Petrobras, o que atraiu instituições que pouco conheciam o setor e nem mesmo tinham lido o Edital e a Minuta do Contrato de concessão. Tal situação trouxe algumas dificuldades para a SPL, que se esforçou em responder a todos os questionamentos (via fax, telefones, correio eletrônico e mesmo pessoalmente); até os mais simples possíveis, como o que era um bloco, uma área inativa e mesmo a diferença entre petróleo e gasolina.

Outras preocupações foram centradas na documentação necessária para que as empresas fossem qualificadas (jurídica, técnica e financeiramente), o que aumentou de forma significativa o trabalho da SPL e o da Comissão Especial de Licitação (CEL), relacionado à necessidade de cumprimento pelas empresas das exigências do edital..

Destaca-se o número de empresas brasileiras inscritas para as áreas inativas. Do total de 113 empresas que enviaram documentação, 107 eram nacionais e seis com origem de capital em outros países.

Considerando as organizações que se inscreveram com nomes diferentes, mas da mesma cadeia de controle e retirando-se uma pessoa física que pagou a taxa de participação (e foi impedida de participar da licitação), um total de 92 empresas foram habilitadas pela CEL.

Com os resultados da licitação, verificou-se que somente 53 empresas habilitadas às áreas inativas apresentaram ofertas (58% das habilitadas, diferente dos 73% encontrados nos blocos exploratórios). Isto pode ser debitado à possibilidade de empresas terem participado do processo de habilitação somente para obter os pacotes de dados e *know-how* para oportunidades futuras, o que pode possibilitar a oferta desses blocos contendo áreas inativas em futuro próximo. Acrescenta-se que das 17 áreas inativas ofertadas, apenas uma não despertou interesse para lances: Curral de Fora, na bacia de Tucano Sul, na Bahia.

Quanto à restrição de no máximo três áreas para cada empresa ou afiliada, mesmo em consórcios diferentes, constatou-se o recebimento de manifestação de interesse de empresas do mesmo grupo financeiro, com formação distinta, mas com o mesmo ou mesmos sócios, pessoa física ou jurídica.

Apesar de muitas empresas recém-criadas dedicadas a este evento desconhecerem o mercado ou serem originárias de outros setores (grande parte de serviços de engenharia), constatou-se o crescimento de empresas que pagavam a Taxa de Participação apenas para terem acesso ao pacote de dados ou *data room* destes blocos.

3.4.1.4. Bônus de Assinatura

O bônus de assinatura teve percentual diferenciado pelo tipo de área em licitação: para os blocos com risco exploratório, passou a valer 40% do peso da nota final¹⁴, contra 30% na Sexta Rodada; e para os blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, ele representava 25%¹⁵.

O total de Bônus de ofertas arrecadado foi R\$ 1.088.848.604,00, sendo R\$ 1.085.802.800,00 nos blocos com risco exploratório, 99,7% do total arrecadado, e R\$ 3.045.804,00 nos blocos que continham áreas inativas com acumulações marginais. Este foi o grande sucesso da Sétima Rodada, com o maior bônus de todas as rodadas: quase o dobro do total da Sexta Rodada (R\$ 665 milhões). Em dólar do dia da licitação, significou

¹⁴ 20% para o Conteúdo Local e 40% para o PEM.

quase o dobro do maior valor arrecadado, ocorrido na Segunda Rodada (US\$ 262 milhões), superando-a em 85% (US\$ 485 milhões).

As áreas com risco exploratório tiveram resultados excelentes - mesmo acima das expectativas - concentrado mais da metade na bacia de Santos (R\$ 507,6 milhões), seguido pela bacia de Campos (29%, R\$ 280,5 milhões) e Espírito Santo (18%, R\$ 172,2 milhões); com foco principalmente no gás natural. Também foi na bacia de Santos que houve o maior bônus, R\$ 160 milhões, bem superior ao mínimo exigido para setor (SM-508), que foi determinado em 15 milhões. O segundo maior bônus foi para a bacia de Campos, R\$ 116 milhões, também bem superior ao mínimo exigido de R\$ 7,5 milhões. Ao contrário, embora incluíssem as maiores áreas, as bacias em terra de São Francisco e Solimões tiveram os menores bônus e mais próximos do mínimo obrigatório.

Embora as acumulações marginais representassem pouco no total do bônus, pode-se destacar que três empresas concentraram a metade do total de oferta de bônus para os blocos com acumulações marginais: Morro do Barro (R\$ 791 mil), Foz do Vaza Barris (R\$ 413 mil) e Araçás Leste (R\$ 401 mil).

3.4.1.5. Compromissos locais

Na Sétima Rodada, apenas para os blocos com risco exploratório, o conteúdo local tinha o peso mínimo de 20% no cálculo da nota final para os blocos exploratórios, valendo 5% para a fase de exploração e 15% para a etapa de desenvolvimento; e tendo valores máximos e mínimos conforme o tipo de área da rodada: terra, águas profundas e águas rasas (até 100 m de profundidade e acima deste valor). Quanto ao percentual – relembrando - até a Quarta Rodada a proposta para participação de bens e serviços nacionais valia 15%, passando a 40% da nota final da oferta vencedora na Quinta e Sexta Rodadas; além disso, os compromissos com fornecedores locais de bens e serviços que tinha um teto máximo até a Quarta Rodada, chegando a um mínimo na Sexta e Sétima Licitação (o máximo poderia atingir os 100%), passou a ter índices mínimos e máximos, conforme o tipo de bloco.

Atente-se para as áreas com acumulações marginais, onde o conteúdo nacional, apesar de não ter sido considerado na apuração da oferta, exigiu um mínimo compulsório de 70% nas duas fases de execução do contrato: avaliação e produção.

¹⁵ 75% para o Programa de Trabalho Inicial (PTI).

A grande novidade desse tema foi a inclusão de critérios novos¹⁶ para efeito de aferição do cumprimento dos percentuais de investimentos locais oferecidos pelo concessionário, com a utilização da metodologia contida na Cartilha do Conteúdo Local de Bens, Sistemas e Serviços Relacionados ao Setor de Petróleo e Gás Natural. Esta cartilha foi criada num trabalho conjunto da ANP, BNDES e PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo e Gás Natural), com a colaboração de órgãos do setor (ONIP, IBP) e associações de empresas (ABRAPET, ADEMI, ABDIB, ABRACE). Ele fez parte do anexo do contrato de concessão.

Considerando os percentuais apresentados pelas empresas vencedoras para blocos com riscos exploratórios, verificou-se que os resultados não foram tão diferentes das rodadas anteriores, apesar das limitações de mínimos e máximos a serem oferecidos pelas empresas na licitação: as áreas em terra tiveram ofertas maiores que as áreas em mar e as ofertas ficaram próximas dos limites máximos.

A média ponderada de conteúdo nacional para a fase de exploração (peso 5) e etapa de desenvolvimento (peso 15) da Sétima Rodada foi 79%, na qual as áreas terrestres obtiveram maiores índices – 83% - do que aquelas em mar – 62%. Para o caso das médias simples oferecidas na fase de exploração e etapa de desenvolvimento, como esperado, os blocos em terra também foram maiores – 78% para exploração e 84% em desenvolvimento -, uma vez que os blocos em mar foram inferiores – 54% para exploração e 65% em desenvolvimento.

Comparando-se esses resultados com os das duas rodadas anteriores – quando não havia teto máximo para oferta de conteúdo local, os compromissos ficaram próximos a 100%, tanto na fase de exploração, quanto na etapa de desenvolvimento -, observou-se que as ofertas novamente estiveram próximas ao limite máximo imposto no edital: nas áreas terrestres, 80% para exploração (78% oferecido) e 85% para o desenvolvimento (84% oferecido); e nas áreas marítimas (águas rasas e profundas), 55% para exploração (54% oferecido) e 65% para o desenvolvimento (65% oferecido), e para água rasa com profundidade inferior a 100 metros, 60% para exploração (78% oferecido) 70% para o desenvolvimento (84% oferecido).

Portanto, pode-se concluir que os compromissos com aquisição de bens e serviços nacionais e o estabelecimento de conteúdos locais máximos para as áreas em terra - onde existe uma boa quantidade e qualidade de empresas parapetrolífera nacionais – são superior-

¹⁶ Até a Sexta Rodada as empresas apenas “declaravam” o conteúdo nacional aplicado ao bloco; a ANP fiscalizava a “declaração” dividindo o procedimento em três fases: declaratória (verificação das informações da concessionária), auditoria (investigação da documentação citada pela empresa) e aplicação das penalidades (quando cabível).

res às áreas em mar. Além disso, as empresas tendem a ofertar sempre no limite superior de conteúdo local, seja ele determinado (como na Sétima Rodada), seja sem limite (como na Quinta e na Sexta Rodada).

3.4.1.6. Programa Exploratório Mínimo

O Programa Exploratório Mínimo (PEM), constituindo uma oferta do solicitante, não participava da metodologia de pontuação das licitações anteriores à Quinta Rodada – era obrigatório, igual para todas as empresas e incluso nos contratos. Ele passa a ter peso de 30% na Quinta e Sexta Rodada; valendo na Sétima Rodada a 40% no cálculo da nota final para os blocos exploratórios.

Para os blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, esse programa exploratório foi nomeado de Programa de Trabalho Inicial (PTI) e passou a ter um peso de 75% na nota final, sendo avaliado também em termos de unidades de trabalho (UT).

Os valores ofertados em UTs servem para estimar os investimentos mínimos que os concessionários farão durante o período exploratório (blocos exploratórios) ou de avaliação (acumulações marginais).

É importante salientar que até a Sexta Rodada as UTs eram calculadas com valores em dólares americanos, variando conforme o bloco ofertado; na Sétima Rodada, tanto para o PEM, quanto para o PTI, o montante foi fixado em reais, guardando as unidades correspondentes a cada bloco específico, como anteriormente.

Fazendo a correspondência entre as UTs e os valores em real para os investimentos, pode-se constatar um total em torno de um bilhão e oitocentos milhões de reais. Desse total, 97% serão aplicados aos blocos exploratórios nos próximos seis anos (2006-12), em que quase dois terço (59%) se refere a participação dos blocos em águas profundas, um quarto em terra (25%, dos quais 9% para São Francisco e Solimões, e 16% nas demais áreas terrestres) e 16% em águas rasas. Apenas 3% - R\$ 61,8 milhões - se referem às acumulações marginais, cujos investimentos ocorrerão nos próximos 2 anos¹⁷ (2006-08); destes, três empresas irão aplicar 60% do valor em PTI: Panergy-ERG (22%), Construtora Pioneira (22%) e Severo&Vilares (16%).

Considerando o programa exploratório como uma das maneiras em se avaliar os resultados da licitação (o bônus ofertado seria um segundo critério), pois seus valores movimentam o setor e a economia, a Sétima Rodada pode ser classificada como a mais bem exe-

cutada pela ANP, resultando em compromissos garantidos dos concessionários – caso contrário as garantias financeiras dos contratos afiançam os valores declarados na licitação.

3.4.2. Eventos que contribuíram para o êxito nas ações da SPL

As mudanças no edital e no contrato, respeitando os resultados das reuniões e palestras com o setor, facilitaram grandemente o sucesso da sétima rodada.

Os procedimentos comuns às rodadas, como audiência pública, seminários jurídicos fiscais e técnicos, reuniões e palestras com empresas e representantes do mercado, somados ao lançamento dos blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais e o maior conhecimento das empresas nacionais e internacionais sobre a importância do País na oferta de áreas com risco exploratório, colocou o Brasil no portfólio de grandes e pequenas companhias petrolíferas, e mesmo investidores de outros setores.

Em contrapartida, isso trouxe um trabalho maior para a SPL. Em decorrência da quantidade de empresas inscritas na sétima licitação, houve a necessidade de prazos maiores para o acompanhamento da documentação e divulgação do evento. Entretanto, o número de funcionários era insuficiente. A fim de suprir essa dificuldade, foram utilizados os recursos disponíveis no contexto dos convênios do Programa de Recursos Humanos da ANP (P-RH/ANP), abrindo caminho para uma nova opção de treinamento e utilização, pela ANP, em seu benefício, de profissionais cuja formação é apoiada por recursos financeiros oriundos dos contratos de concessão.

3.4.3. Conclusão

A realização da Sétima Rodada foi um desafio vencido, destacado pelo maior quantidade monetária em bônus arrecado – mais de um bilhão de reais -, maior número de UTs para programas mínimos de exploração e avaliação com investimento de quase dois bilhões de reais para os próximos seis anos e um maior número de empresas inscritas.

Esses resultados excelentes põem destaques para a Sétima Rodada e para a continuidade das licitações, como as previstas para o ano de 2006: segunda rodada de licitações para os blocos com acumulações marginais e oitava rodada de licitações para as áreas exploratórias.

¹⁷ Fase denominada de avaliação.

Esses passos, com o apoio do MME e CNPE, além da configuração dos critérios para a avaliação do conteúdo local ressaltam o papel preponderante da ANP num processo que confere ao País amplo reconhecimento no setor e garante continuidade ao processo licitatório, entendido como fundamental para a identificação de novas áreas para investimentos, bem como do aumento das reservas e da produção nacional de petróleo e gás natural, tudo voltado para a manutenção sustentada da auto-suficiência.

Tais resultados proporcionam elevados investimentos em terra e mar, com grande comprometimento com fornecedores locais, bem como o aumento considerável de investidores pequenos nas áreas com acumulações marginais.

3.5. *CONTRATOS DE CONCESSÃO*

A Lei nº 9.478, de 1997, define em seu art. 21 que “todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem a União, cabendo sua administração à ANP”, e explica em seu art. 23 que “as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.”

Os contratos de concessão, que atenderem aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, deverão prever duas fases: a de exploração e a de produção.

Na fase de exploração, estão incluídas as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade.

A fase de produção incluirá as atividades de desenvolvimento.

3.5.1. Exploração

Os contratos assinados de concessões para exploração de petróleo e gás natural estão sob controle da Superintendência de Exploração (SEP). Ao final de 2005, a SEP contava com 14 contratos oriundos da primeira concessão à Petrobras – Bid 0 (reflexo da Lei nº 9.478/97), quatro contratos originados pela Primeira Rodada de Licitação de áreas, 13 da Segunda, 22 da Terceira, 18 da Quarta, 24 da Quinta e 58 da Sexta, totalizando 153 contratos, assim como 95 (Edital A) e 16 (Edital B) contratos da Sétima Rodada, em fase de assinatura no início de 2006.

Somando-se os ingressos proporcionados pelas cessões de direitos àqueles gerados pelos resultados dos leilões de áreas, 34 empresas estiveram envolvidas em atividades de explo-

ração de petróleo no País. Ao final de 2005, dos 153 contratos ativos e assinados, 60 eram operados por empresas outras que não a Petrobrás, totalizando 24 empresas distintas responsáveis por condução de operações no País, e 55 contratos controlados por operadores que atuam em consórcio. No ano de 2005, foram realizadas 76 notificações de descoberta de hidrocarbonetos, divididas em 31 diferentes blocos em seis bacias distintas. Como resultado dessas novas descobertas, foram aprovados 21 novos Planos de Avaliação de Descoberta. Esses planos, assim como outros associados a descobertas ocorridas em anos anteriores, foram tecnicamente aprovados (mediante pareceres técnicos) e apresentavam previsões de encerramento entre 2005 e 2008, a depender do cronograma de atividades e das particularidades operacionais de cada um.

Em 2005, foram perfurados 447 poços no País, sendo 36 poços pioneiros (categoria 1), 10 poços pioneiros adjacentes (categoria 4), 46 poços de extensão/avaliação (categoria 3), cinco poços exploratórios de jazida mais profunda (categoria 6), um poço de jazida mais rasa (categoria 5), 281 poços de produção (categoria 7), 34 poços de injeção (categoria 8) e 34 poços especiais (categoria 9). Foram executados 15 programas geofísicos de caráter exclusivo, sendo dois deles realizados dentro de áreas de produção e o restante em blocos exploratórios. Esses levantamentos somam 195,14 km de linhas sísmicas 2D e 2836,70 km² de sísmica 3D, cujos dados foram acompanhados, cadastrados e fiscalizados pelos técnicos da SEP.

Se comparado com o ano de 2004, pode-se observar um aumento das atividades exploratórias realizadas pelas concessionárias quanto ao número de poços e sísmica 3D, reflexo da mudança de fase de diversos contratos ativos.

Ao longo do ano, deu-se intenso processo de discussão sobre aprovação de planos de avaliação de descobertas, ajustes de Programas Exploratórios Mínimo (PEM) e outros. As reuniões ocorreram nas dependências da SEP/ANP, nos quais os concessionários apresentavam propostas para a avaliação da comercialidade de diferentes prospectos e as discussões abordavam principalmente a negociação dos compromissos (firme e contingente) e os cronogramas das atividades. Quanto aos PEM's, as propostas de ajuste foram tecnicamente discutidas entre o corpo técnico da Agência e os operadores.

Como resultado de planos de avaliação de descobertas em 12 diferentes blocos, foi declarada a comercialidade de 18 novos campos, o que representou um aumento de reservas de óleo da ordem de 1,4 bilhões de barris e 38,5 bilhões de m³ de gás.

Do ponto de vista de suporte, fiscalização e monitoramento de atividades exploratórias, foram realizadas 12 visitas técnicas a órgãos governamentais como IBAMA e MME, aos

campos-escola, a áreas devolvidas e a poços diversos, bem como participação em uma audiência pública para licenciamento ambiental de aquisição sísmica, e uma visita a uma sonda de perfuração.

A principal dificuldade foi o aumento expressivo de contratos para um contingente cada vez menor de analistas. No final do ano, a SEP contava com dois geólogos e dois engenheiros (incluindo a Superintendente). O problema deve ser resolvido em 2006 com a contratação e o treinamento dos novos funcionários concursados.

3.5.2. Desenvolvimento e Produção

As prioridades da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) ao longo de 2005 foram:

- a) estabelecer e fazer cumprir a regulamentação técnica e as melhores práticas de engenharia relativas às operações de produção de petróleo e gás natural e à preservação ambiental e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento e produção relacionadas ao controle da produção de petróleo e gás natural e à preservação dos recursos petrolíferos;
- b) analisar o desempenho técnico-operacional dos concessionários, buscando estabelecer referências para o controle da produção, tanto no que se refere aos padrões operacionais quanto aos benefícios resultantes a serem auferidos pela sociedade;
- c) fomentar mecanismos de estímulo ao aumento da produção de áreas de rentabilidade marginal.

Controle da Produção de Petróleo e Gás Natural

O controle da produção de petróleo e gás natural é efetuado pela SDP por meio da análise dos Programas Anuais de Produção (PAP) e dos Boletins Mensais de Produção (BMP) encaminhados pelos concessionários.

A produção de petróleo aumentou, quando comparada com o ano anterior. Em 2004 foram produzidos 540,72 milhões de barris, enquanto em 2005 a produção foi de 596,25 milhões de barris, representando um incremento de cerca de 10,3 %. Esse aumento foi fundamental para que em 2006 venha a ser alcançada a meta de auto-suficiência na produção de petróleo no País.

A produção de gás natural também aumentou, porém num ritmo inferior à do petróleo, elevando-se de 16,97 bilhões de metros cúbicos em 2004 para 17,7 bilhões de metros cúbicos em 2005, um aumento de aproximadamente 4,3 %.

Controle de Atividades e Investimentos

O acompanhamento das atividades e dos investimentos a serem realizados nos campos produtores de petróleo e gás natural é efetuado por meio dos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento (PAT), apresentados pelos concessionários à Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP).

Acompanhamento da situação de licenciamento ambiental de instalações e atividades

No processo de licenciamento ambiental de novos desenvolvimentos, foram atendidas as consultas do IBAMA para análise dos estudos ambientais. A ANP, por intermédio da SDP, participou das respectivas audiências públicas.

Com base em informações solicitadas dos concessionários, foi elaborada base de dados com a situação atualizada de licenciamento de todas as instalações de produção e das atividades previstas nos programas anuais.

Campos Marginais

Considerando, dentre outros, como princípios e objetivos da Política Energética Nacional a promoção do desenvolvimento e a valorização dos recursos energéticos do País, a ANP vem atuando no sentido de propiciar a reativação da produção de campos marginais sob sua responsabilidade que não mais atraem o interesse econômico de grandes empresas, porém que se constituem em boas oportunidades para pequenas e médias empresas. Assim, durante o ano de 2005, a ANP/SDP integrou um grupo de trabalho para reanálise dos campos marginais devolvidos nos estados da Bahia e de Sergipe, o que culminou na oferta de 17 áreas de acumulações marginais na Sétima Rodada de Licitações, das quais 16 foram arrematadas. Esse resultado não só superou as expectativas, como também demonstrou o enorme potencial de crescimento futuro da atividade de pequenas e médias empresas na área do petróleo.

O Projeto Campo-Escola

Com objetivo de formação de mão-de-obra local, difusão de tecnologia para uso em pequenas e médias empresas e incubação de empresas petrolíferas, o Projeto Campo-

Escola ampliou-se ao longo de 2005, quando foram complementadas as operações relativas à produção do campo da Fazenda Mamoeiro, que deverá iniciar produção no primeiro quartil de 2006 e será adicionado ao já produtor campo de Quiambina, ambos situados no Recôncavo Baiano.

Recursos Humanos

Em dezembro de 2005, foram incorporados ao quadro funcional da SDP, como resultado do concurso público realizado em março do ano corrente, seis especialistas e um técnico em regulação de petróleo e gás natural, o que possibilitará considerável melhoria no acompanhamento e controle de todas as atividades realizadas.

Cabe relatar a dificuldade que representou para a mobilidade e eficiência da equipe o baixo valor da diária, nem sempre suficiente para pagamento de locomoção, estada e alimentação durante as viagens para visitas técnicas de inspeção.

3.5.3. Fiscalização da Produção

A ANP, por meio do Núcleo de Fiscalização da Produção (NFP), procura controlar e fiscalizar a medição da produção de petróleo e gás natural visando, prioritariamente, promover condições ótimas para que a Superintendência de Participações Governamentais (SPG) possa controlar a arrecadação das Participações Governamentais, bem como a preservação dos recursos petrolíferos do País.

O Núcleo, mediante as inspeções das Unidades de Produção para verificação da adequação dos sistemas de medição ao Regulamento Técnico de Medição (RTM), tem conseguido estabelecer maior controle e confiabilidade das informações da produção de petróleo e gás natural.

Em sua constante busca por reduzir a queima de gás, o Núcleo, em parceria com a SDP, vem colaborando ativamente no controle do percentual de queima. Os resultados alcançados pelo programa de otimização do aproveitamento do gás (POAG), conduzido pela Petrobras nas instalações da bacia de Campos, conseguiu excelentes resultados, fazendo baixar a queima do patamar de 6.400 mil m³/d, no início de 2001, para valores médios de 3.622 mil m³/d realizados em 2005. Nesse período, o Índice de utilização do gás (IUGA) na bacia de Campos, subiu de 61 % em 2001 para 82,9 % em 2005.

Inspeções de Medição

O Núcleo de Fiscalização da Produção continuou com o programa de inspeção dos sistemas de medição de produção de petróleo e gás em todos os campos do País. Com o objetivo de verificar se os pontos de medição estão em conformidade com a portaria conjunta ANP/INMETRO nº 01/2000, as ações de medição foram divididas por três áreas, conforme citado anteriormente.

Em 2005, as inspeções foram realizadas até o mês de março, quando venceram os contratos com as instituições contratadas. Em virtude de dificuldades encontradas na licitação dos contratos de apoio à atuação do Núcleo, às ações de fiscalização foram suspensas entre os meses de abril e dezembro, sendo retomadas a partir de 9/12/2005, quando foram assinados novos contratos entre as instituições e a ANP/NFP. Durante o ano de 2005, foram realizadas 12 inspeções na área 1 (AM, RN e CE), 36 inspeções na área 2 (AL, SE e BA) e 10 inspeções na área 3 (ES, RJ SP e PR), totalizando 58 ações em todo o país.

Desse total de inspeções realizadas no ano de 2005, 28 pontos foram considerados aprovados, de acordo com o Regulamento, e 30 reprovados. Na soma dos pontos vistoriados desde o começo das inspeções em 2000, alcança-se um total de 259 vistoriados, sendo 132 unidades aprovadas (51%) e 127 reprovadas (49%).

Contratos Firmados

Para que os objetivos e metas fossem alcançados, em dezembro de 2005 foram firmados três novos contratos para apoio às ações de fiscalização da produção, organizados da seguinte forma:

- Área 1 (AM, CE e RN): CEFET-RN e UFRN;
- Área 2 (BA, SE ,AL): CEFET-SE e UNIFACS;
- Área 3 (RJ, ES, SP, PR): PUC – RJ.

O valor dos contratos aumentou em relação a 2004 e foi de R\$ 4.681.916,00 por ano, pagos mensalmente a cada uma das instituições. Essas instituições contratadas, além de executarem as verificações dos sistemas de medição, terão que ministrar cursos de especialização e atualização na área de medição da produção para os novos servidores da ANP, contribuindo para a capacitação dos técnicos e especialistas da Agência.

Recursos Humanos

Em busca de um serviço de maior qualidade e um planejamento das ações de inspeção em campo, a ANP procurou compensar a saída de alguns profissionais ao longo de 2005 com a admissão de novos profissionais concursados especializados em regulação do mercado de petróleo.

Dessa forma, o Núcleo ganhou seis novos profissionais para a atividade de fiscalização da produção: três especialistas em regulação e três técnicos em regulação.

Com a assinatura dos novos contratos e o ingresso dos servidores concursados, foi possível criar uma estrutura mais eficiente no que diz respeito às atividades de fiscalização do NFP, observando-se a possibilidade de um número maior de ações ocorridas simultaneamente, inclusive com a presença de servidores da ANP.

Também aqui, cabe relatar a dificuldade apresentada com o baixo valor da diária, nem sempre suficiente para pagamento de locomoção, estada e alimentação durante as viagens para visitas técnicas de inspeção.

Revisão do Regulamento Técnico de Medição (RTM)

Por outro lado, à medida que o NFP procurava atingir suas metas relacionadas com o alcance dos objetivos do Plano Plurianual (PPA), buscava-se melhorar os resultados a serem alcançados. A partir de um diagnóstico da situação existente, decidiu-se por uma melhoria do RTM em vigor (aprovado pela Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 01/2000). Para tanto, foi importante a participação de várias entidades envolvidas, direta ou indiretamente, com as atividades de produção de petróleo e gás natural. Mereceu destaque a participação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP), instituições que, ao longo do ano, juntamente com a ANP, discutiram a necessidade de aperfeiçoamentos em vários pontos do Regulamento.

3.5.4. Segurança Operacional

Regulamentação

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional das instalações de produção de petróleo e de gás natural que operam em águas jurisdicionais brasileiras, em dezembro de 2003 a ANP disponibilizou em consulta pública a resolução que instituirá o Regime de Segurança Operacional para as instalações de produção, estabelecendo as atribuições da

Agência nas ações de fiscalização e as responsabilidades dos concessionários para garantia da segurança operacional das instalações. A mesma resolução aprovará o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional, que introduz requisitos e diretrizes para implementação e operação de um sistema de gestão visando à garantia da Segurança Operacional das Instalações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural, a ser aplicado durante todo o ciclo de vida dessas instalações.

Durante o ano de 2005, os técnicos do Núcleo de Segurança Operacional (NSO), em conjunto com um grupo de trabalho formado pelo IBP, obtiveram relevante avanço na consolidação dos comentários advindos da consulta pública, trabalho este que se encontra em fase final e deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2006.

Auditorias e inspeções para garantia da integridade estrutural da planta de processo

Para efetuar o controle da Segurança Operacional das Instalações de Produção de Petróleo e Gás Natural, terrestres e marítimas, a ANP desenvolveu um procedimento para acompanhar o estado da integridade estrutural dessas instalações, mediante execução de inspeções e auditorias periódicas. Com a ajuda de consultoria especializada, foi desenvolvida a metodologia de verificação da integridade estrutural de instalações de produção e seu respectivo manual de procedimentos, que tem como finalidade estabelecer as ações a cumprir antes, durante e após as inspeções e as auditorias, definir critérios para execução dessas atividades, tratar as não-conformidades identificadas pela inspeção, bem como atribuir classificação à instalação através da auditoria. As verificações são realizadas rotineiramente, obedecendo a programação estabelecida de comum acordo entre a ANP/NSO e as instituições contratadas para apoio à atividade. Os relatórios emitidos pelas instituições são analisados pela equipe do NSO, antes de serem encaminhados ao concessionário.

Em 2005, foram realizadas 13 inspeções até o final do mês de março, quando venceu o contrato firmado entre o Instituto Tecnológico da PUC-RJ (ITUC/PUC) e a ANP/NSO. Em virtude das dificuldades encontradas na licitação dos contratos de apoio às ações de fiscalização, as atividades foram suspensas entre os meses de abril e dezembro, sendo retomadas a partir de 19/12/2005, após a assinatura de novos contratos de apoio firmados entre ANP/NSO e ITUC/PUC para as regiões Sudeste e Sul; Universidade Salvador / Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (UNIFACS/CEFET-SE) para os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe; e Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEFET-RN/UFRN) para os estados do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

Convênio com a Marinha para a execução de perícias técnicas

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP firmou um convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), do Comando da Marinha, para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de Declarações de Conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pelo Núcleo de Segurança Operacional da ANP, por meio da análise dos relatórios das perícias e das Declarações de Conformidade emitidas pela Marinha, em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, no seu sítio na Internet, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas.

O convênio, em vigência entre os meses de janeiro a setembro de 2005, previa 20 perícias mensais. Foram executadas em média 28 perícias por mês.

No mês de setembro, um novo convênio, com vigência até dezembro de 2008, foi assinado, elevando em 50% o número de perícias a serem realizadas mensalmente, em virtude do considerável aumento do número de unidades marítimas em operação. No último trimestre do ano, foram executadas 33 perícias mensais, superando a meta de 30 perícias por mês.

Em 2005, foram emitidas 430 Declarações de Conformidade, sendo 345 provisórias e 85 permanentes.

Convênio com a Marinha para o monitoramento do tráfego marítimo

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas Bacias do Espírito Santo e Campos, a verificação da presença e abordagem de barcos de pesca dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, dentro das restrições logísticas e orçamentárias da ANP, foi firmado um convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Em dezembro de 2005 foi assinado entre a ANP e a DPC um novo convênio, o que possibilitou a continuidade das ações pertinentes à manutenção do controle do tráfego marítimo nas áreas de interesse da ANP, até dezembro de 2008.

Controle de Acidentes

As comunicações de acidentes encaminhadas pelos concessionários, em conformidade com a Portaria ANP n.º 03/2003, são analisadas e cadastradas pela Agência. No caso de acidentes com conseqüências graves, tais como grandes vazamentos, ocorrência de vítimas, interrupção da produção por mais de 48 horas, a ANP/NSO acompanha as investigações e a implementação das medidas corretivas decorrentes.

Recursos Humanos

A entrada de três Especialistas e dois Técnicos em Regulação, egressos do concurso público, fato ocorrido ao final de 2005, possibilitará ao Núcleo de Segurança Operacional considerável melhoria no acompanhamento e controle de todas as atividades realizadas.

Entretanto, cabe relatar a dificuldade apresentada com o baixo valor da diária, nem sempre suficiente para pagamento de locomoção, estada e alimentação durante as viagens para visitas técnicas de inspeção.

3.6. PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

As participações governamentais: (i) bônus de assinatura; (ii) *royalties*; (iii) participação especial e (iv) pagamento pela ocupação ou retenção de área estão previstas no contrato de concessão, ficando a cargo da Superintendência de Controle das Participações Governamentais (SPG), o controle, o cálculo, a fiscalização e a distribuição do pagamento das participações governamentais, garantindo assim o atendimento às leis, portarias e regulamentos vigentes.

Em 2005, a SPG continuou se dedicando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e distribuição das participações governamentais previstas na legislação específica.

Mediante ações efetivas de fiscalização a cargo da Superintendência, foram detectadas algumas não-conformidades de procedimentos por parte dos responsáveis pelo recolhimento das participações governamentais relacionadas a preços de referência, tratamentos inadequados sobre recuperação de investimentos, classificação de custos operacionais e provisionamentos indevidos, o que possibilitou a recuperação de cerca de R\$ 258 milhões a título de recolhimentos adicionais de *royalties* e participação especial.

A relevância das participações governamentais tem sido crescente. Em 2005, dados disponíveis na Superintendência de Controle das Participações Governamentais mostram que o total da arrecadação de *royalties* (R\$ 6.206.086.090,81) e da participação especial (R\$ 6.966.997.606,98) cresceu, em comparação ao ano de 2004, cerca de 23,1% e 32,2%, respectivamente.

A elevação acima deveu-se ao aumento da produção de petróleo – média de 1.633.574 barris por dia – e de gás natural – média de 48,49 milhões de metros cúbicos por dia – no período, como também à elevação dos preços de referência dos petróleos brasileiros – média de R\$ 709,77 por metro cúbico, ao passo que em 2004 essa média foi de R\$ 541,07 por metro cúbico – aumento de aproximadamente 31% em função primordialmente da variação positiva nas cotações do *Brent Dated*.

Com base nos mecanismos implantados, de fiscalização e controle, foram também realizadas auditorias para a aferição do cumprimento do compromisso contratual referente ao Conteúdo Local de bens e serviços.

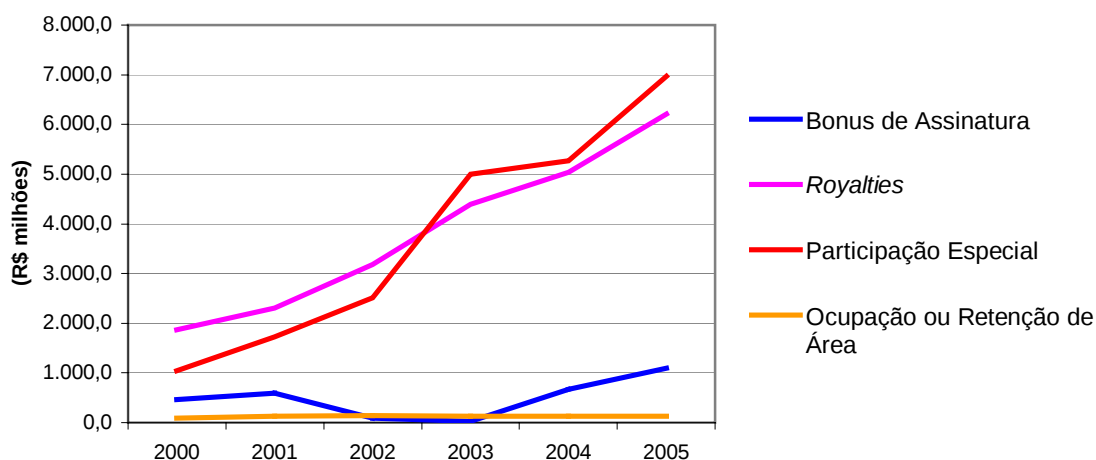
Na tabela e no gráfico seguintes, são apresentados respectivamente os valores das participações governamentais arrecadadas no período de 2000 a 2005 e a evolução dessas participações:

Tabela 12 -Participações Governamentais de 2000 a 2005

Ano	Em R\$ milhões					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bônus de Assinatura	468,3	594,9	92,4	27,4	665,4	1.088,8
Royalties	1.867,8	2.303,3	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1
Participação Especial	1.038,7	1.722,0	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0
Ocupação/Retenção de Área	91,2	124,7	146,5	126,2	124,3	130,1

Fonte: SPG

Gráfico 21- Evolução das Participações Governamentais



Fonte: SPG

Em 2005, a arrecadação dos *royalties* foi distribuída a 825 municípios, a 10 estados, além dos outros beneficiários: Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

O [Anexo 1](#)T deste Relatório apresenta os valores dos *royalties* e da participação especial creditados a municípios brasileiros no exercício de 2005.

A fiscalização da produção de petróleo e gás natural constitui a base para apurações dos *royalties* e das participações especiais eventualmente devidas. Essas fiscalizações visam garantir para a sociedade o justo benefício da lavra de hidrocarbonetos, de propriedade da União, por terceiros. A restrição de verbas orçamentárias inviabiliza a realização do trabalho essencial, contribuindo para a produção de limitações às tarefas de fiscalização, o que pode implicar perdas de arrecadação.

A Superintendência de Controle das Participações Governamentais vem realizando esforços no sentido de implementar os mecanismos de fiscalização e controle dos recolhimentos e distribuição das participações governamentais previstas em lei, além de realizar outras atribuições com objetivos de preservar a arrecadação dessas exações.

Todas essas atribuições, consideradas as prioridades da Superintendência, exigem permanentemente o aprimoramento dos seguintes trabalhos e necessitam de um número razoável de pessoal técnico capacitado:

- desenvolvimento do banco de dados das participações governamentais;

- desenvolvimento de programas que atendam à complexidade no cálculo dos *royalties* e da participação especial;
- estabelecimento de normas e procedimentos de auditoria e fiscalização das participações governamentais;
- acompanhamento e controle dos investimentos realizados pelos concessionários, para fins de dedutibilidades no cálculo da participação especial;
- realização de auditorias permanentes nos recolhimentos da participação especial;
- visitas técnicas necessárias para estudos de enquadramento de municípios para os efeitos da distribuição dos *royalties* e elaboração dos relatórios técnicos
- emissão de pareceres técnicos destinados aos ministérios, estados e municípios sobre assuntos relacionados às participações governamentais.

3.7. *TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

A atuação da Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos (CTC), atende atribuição indicada na alínea X do art. 8º da Lei nº 9478, de 1997 - Lei do Petróleo qual seja: *“estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento”*.

Para cumprir essa atribuição, as ações da CTC foram organizadas nas atividades abaixo, que formam Plano de Trabalho, quais sejam:

- Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás (PRH-ANP) ;
- fiscalização da cláusula contratual – “Investimentos Pesquisa e Desenvolvimento”; e
- apoio técnico ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) / Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CTPETRO).

No ano de 2005, apesar das restrições orçamentárias, foram logrados resultados positivos, sendo as principais realizações apresentadas a seguir.

3.7.1 Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás (PRH-ANP).

O Programa implementado, desde 1999, é iniciativa da ANP e abrange duas vertentes: uma de nível técnico e outra de nível superior (graduação, mestrado e doutorado), cujo objetivo é a concessão de:

- a) bolsas de estudo a estudantes, para os níveis técnico, graduação, mestrado e doutorado;
- b) bolsas de pesquisa para coordenadores, um por programa;
- c) bolsas para pesquisadores visitantes, sendo um por programa, com o objetivo de desenvolver estudos sobre as demandas profissionais e as tendências tecnológicas e estruturais do mercado. Tais estudos subsidiam a permanente orientação das atividades dos cursos e suas atualizações curriculares; e
- d) taxa de bancada, recursos financeiros que apoiam a implementação dos cursos, usados para a aquisição de materiais, livros, assinaturas de periódicos, apoio aos trabalhos de pesquisa dos bolsistas, participações em eventos e outras necessidades específicas.

O PRH-ANP referente ao nível superior (graduação, mestrado e doutorado), é financiado com recursos do MCT-CTPETRO, por intermédio de convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao MCT, gestora dos recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (CTPETRO), conhecido como Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural. Como contrapartida, a ANP aloca recursos para a coordenação, gerenciamento e avaliação do Programa.

No que se refere ao nível técnico, financiado com recursos da ANP, este abrange oito programas, implantados em 2001 em sete Centros Federais de Educação Tecnológica – (CEFETs) localizados próximos às principais regiões produtoras de petróleo (Campos e Macaé-RJ, Vitória-ES, Salvador-BA, Aracaju e Lagarto-SE, Maceió-AL, Natal e Mossoró-RN, Manaus-AM) e no Centro de Tecnologias do Gás (CTGÁS) em Natal-RN, compreendendo cursos técnicos para atender às demandas regionais do setor.

No ano de 2005, foram investidos cerca de R\$ 15 milhões no nível superior. O investimento total, nos últimos cinco anos, soma a mais de R\$ 93,9 milhões e foram concedidas mais de 3.800 bolsas de estudo, conforme mostra o quadro de evolução dos recursos.

Quanto à gestão do Programa, em 2005 foram realizadas reuniões de avaliação com a participação de técnicos da ANP, convidados do MCT e profissionais das empresas do setor.

No que se refere ao objetivo maior de atender à demanda de profissionais para o setor de petróleo, ressalta-se que uma das empresas do setor, a Petrobrás, contratou cerca de 28% dos ex-bolsistas (2003-2005), além do aproveitamento dos alunos no concurso da própria ANP e das entidades de ensino.

A seguir, são apresentados os quadros evolutivos do Programa PRH/ANP.

Tabela 13- Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006(*)	TOTAIS
TEC			672		141			813
GRA	74	179	201	322	322	360	355	1.813
MSc	52	101	108	162	162	166	160	911
DSc	18	37	44	57	57	59	57	329
TOTAIS	144	317	1025	541	682	585	572	3.866

Fonte: CTC

(*) Previsão

Tabela 14 - PRH-ANP – Investimentos Realizados – 1999-2005

ANO	PRH-ANP/MCT (Superior)	PRH- ANP/MEC Técnico	RECURSOS ANP	RECURSOS CTPETRO	TOTAIS
1999	538.777,98		538.777,98		538.777,98
2000	8.325.050,26			8.325.050,26	8.325.050,26
2001	13.031.344,91	3.412.648,80	3.412.658,80	13.031.344,91	16.444.003,71
2002	18.075.749,14	643.360,00	643.360,00	18.075.749,14	18.719.109,14
2003	11.153.738,00	873.840,00	873.840,00	11.153.738,39	12.027.578,39
2004	22.476.978,00	417.340,00	417.340,00	22.476.978,00	22.894.318,00
2005	15.000.000,00			15.000.000,00	15.000.000,00
TOTAIS	88.601.638,29	5.349.198,80	5.885.976,78	88.062.860,70	93.948.837,48

Fonte: CTC

Tabela 15 - Profissionais formados pelo PRH-ANP em seis anos

Técnico	Graduação	Mestrado	Doutorado	Total
558	988	469	77	2.092

Fonte: CTC

3.7.2 Fiscalização da Cláusula Contratual – Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Com o objetivo de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias no setor de petróleo e gás natural, conforme disposto no item X do artigo 8º da Lei do Petróleo, a ANP incluiu, desde 1998, nos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural, cláusula sobre Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

O disposto nessa cláusula abrange duas regras básicas, quais sejam:

- os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são obrigatórios para os concessionários e correspondem ao percentual de, no mínimo, 1% da receita bruta proveniente dos campos, para os quais haja incidência de Participação Especial; e
- até 50 % (cinquenta por cento) do valor dos investimentos poderão ser aplicados em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e o restante deve ser aplicado em instituições de P&D credenciadas pela ANP para esse fim.

A CTC, em 2005, concluiu a proposta de regulamentação da referida cláusula, que foi aprovada pela Diretoria em novembro de 2005.

Os valores a serem investidos, desde a Rodada Zero, isto é de 1998 até 2004, somam montante da ordem de R\$1,2 bilhões.

Tendo em vista o aumento da produção de petróleo e o alto custo do barril de petróleo, os valores que devem ser investidos, de 2005 a 2007, estão em torno de R\$800 milhões por ano.

Midlestream

O *midlestream* compreende as atividades de refino e comercialização e movimentação de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, suas unidades organizacionais atuam regulando, autorizando e fiscalizando essas atividades. Após a entrada em vigor da Portaria ANP nº 160, de 2004, as unidades organizacionais envolvidas são a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) e a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM). As seções a seguir descrevem as ações dessas unidades, no ano de 2005.

3.8. REFINO E PROCESSAMENTO

O ano de 2005 foi para a ANP e, em especial, para a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP), um ano atípico, visto que diversos dos antigos servidores dessa Superintendência deixaram a ANP em diferentes momentos de 2004 e 2005, o que fez com que a SRP ficasse ao longo do ano de 2005 com o seu corpo técnico muito reduzido. Essa contingência certamente prejudicou a programação de ações de fiscalização que deveriam ser realizadas em refinarias, unidades de processamento de gás natural e plantas produtoras de solventes e de biocombustíveis. Ela não impediu, no entanto, que um considerável número de trabalhos fossem realizados, dentre o que se destaca a quantidade expressiva de autorizações outorgadas.

A SRP também realizou uma importante revisão no marco regulatório do setor sob a sua responsabilidade, propondo minutas de duas novas Resoluções para regular as atividades de Refinarias de Petróleo e de Unidades de Processamento de Frações de Petróleo (UPFP) que, quando aprovadas, irão substituir os demais instrumentos de regulação do setor.

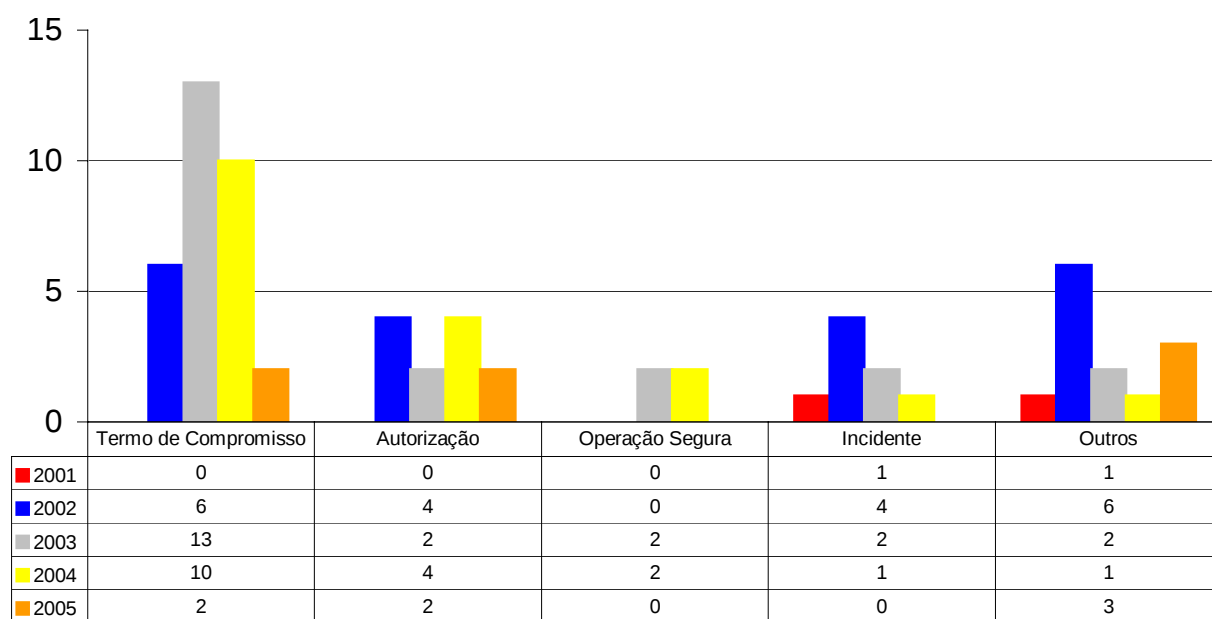
2005 foi um ano de muita reflexão acerca da tarefa de regular os setores de refino de petróleo e seus derivados, de processamento de gás natural e de produção de biocombustíveis, tendo sido também um ano de ações incisivas no sentido de impulsionar as atividades de empresas públicas e privadas atuantes nesses setores. No mês de novembro e dezembro de 2005, a SRP recebeu nove novos especialistas em regulação, aprovados no primeiro concurso público realizado pela ANP, e desenvolveu, em curto espaço de tempo, um programa de treinamento desses novos técnicos em atividades da Superintendência, preparando-os para enfrentar eficazmente os desafios futuros da ANP.

3.8.1.Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

A SRP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

No ano de 2005, a SRP realizou sete visitas de fiscalização, direcionadas aos processos de autorização de novas instalações, aos acompanhamentos da Segurança Operacional das instalações autorizadas por meio do cumprimento dos termos de compromisso, e às novas instalações produtoras de biodiesel.

Gráfico 22 – Fiscalizações por Ação



Fonte: SRP

Definições:

- Termo de Compromisso: documento a ser firmado entre a ANP e a empresa ou consórcio de empresas requerente, como parte integrante da Autorização, estabelecendo prescrições para as atividades de operação, manutenção, inspeção, treinamento de pessoal e desativação de Refinarias de Petróleo e Unidades de Processamento de Gás Natural e exigências quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações vizinhas a estas instalações.
- Operação Segura: verificação, *in loco*, de itens de segurança, tais como: análise de risco e o gerenciamento destes; procedimentos operacionais; relacionamento e procedimentos com as contratadas; e plano de emergência e gerenciamento ambiental.

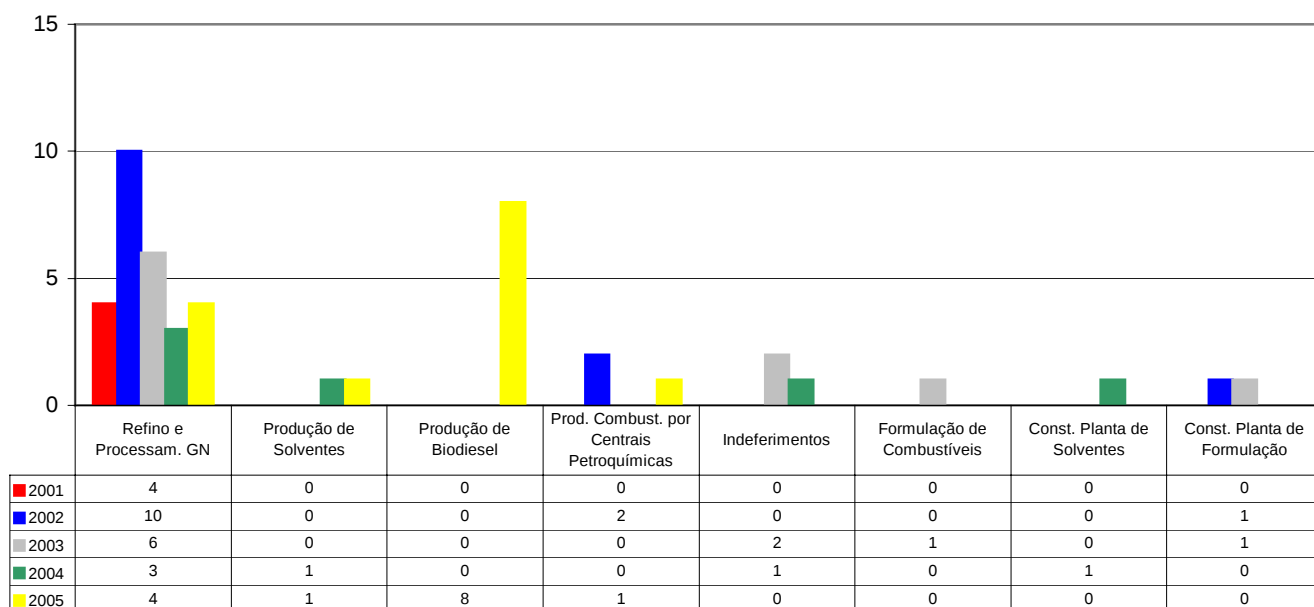
Analisando o gráfico 1, percebe-se que houve uma grande concentração de visitas entre 2003 e 2004, para verificação do cumprimento dos Termos de Compromisso assinados. Após esse período, pôde-se concluir que, pela análise de vários relatórios de vistoria, as instalações produtoras de derivados têm progredido em seus indicadores de segurança operacional, em especial, nos itens de gestão.

A SRP recebe as comunicações de incidentes das empresas produtoras autorizadas pela ANP a exercer suas atividades, a saber: refino de petróleo e seus derivados, processamento de gás natural, formulação de combustíveis, produção de biocombustíveis e produção de derivados de petróleo e gás natural pelas centrais petroquímicas. Em 2005, foram recebidas duas comunicações, averiguadas e devidamente acompanhadas, mas que não geraram a necessidade de verificação *in loco* do evento.

3.8.2. Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

Foram outorgadas 14 autorizações, referentes aos processos analisados pela ANP, da área de refino e processamento de gás natural, de produção de solventes, de produção de biodiesel e de produção de combustíveis por centrais de matérias-primas petroquímicas.

Gráfico 22 – Autorizações Outorgadas



Fonte: SRP

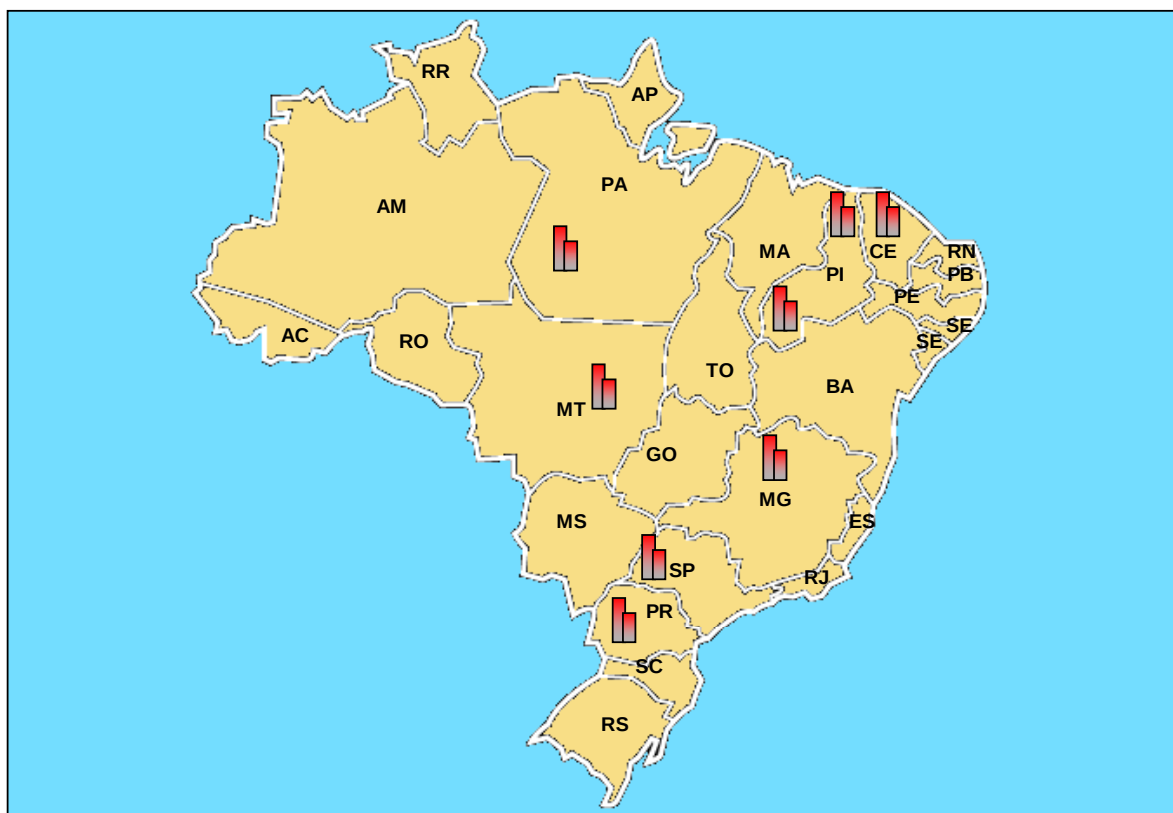
Analisando o Gráfico 22, percebe-se que houve uma grande concentração de autorizações para refinarias e unidades de processamento de gás natural (instalações reguladas pela Portaria nº 28/1999), entre 2002 e 2003, pois nesse período as refinarias começaram a se adaptar para dar seqüência ao seu plano de modernização e ampliação com vistas ao processamento em maior quantidade de petróleos nacionais e à produção de derivados mais limpos. Ou seja, tais projetos estiveram focados na melhoria da qualidade de produtos e no aumento da capacidade de processamento de petróleos pesados, em harmonia com o maior aproveitamento dos petróleos nacionais e com as determinações da legislação ambiental.

Em 2005, destacam-se as oito autorizações para produção de biodiesel, o que deu início efetivo à introdução desse combustível na matriz energética nacional. A capacidade total autorizada é de 86,84 milhões de litros por ano. As grandes motivações para a produção

de biodiesel, de acordo com o objetivo do Governo federal, são os benefícios sociais e ambientais que esse novo combustível pode trazer. Estudos desenvolvidos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Integração Nacional e das Cidades mostram que a cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel produzido com a participação da agricultura familiar podem ser gerados cerca de 45 mil empregos no campo, com uma renda média anual de aproximadamente R\$ 4.900,00 por emprego. A produção de oleaginosas em lavouras familiares faz com que o biodiesel seja uma alternativa importante para a erradicação da miséria no País, pela possibilidade de ocupação de enormes contingentes de pessoas.

No mapa reproduzido a seguir, em que estão localizadas as plantas de biodiesel autorizadas em 2005, pode-se observar que a diretriz básica do Governo federal, de favorecer a inclusão social e os aspectos de regionalização, está sendo alcançada:

Figura 3 – Mapa da Localização das Plantas de Biodiesel autorizadas em 2005



Fonte: SRP

3.8.3. Proposição de Resoluções

A atual arquitetura regulatória da ANP para autorizações das unidades de refino e processamento da indústria de petróleo e gás natural tem como pilares a Portaria nº 28, de 5/2/1999, que trata da Construção, Ampliação de Capacidade e Operação de Refinarias e de Unidades de Processamento de Gás Natural, e a Portaria nº 318, de 27/12/2001, que trata do exercício da atividade de Produção de Solventes.

Uma reflexão com base na experiência adquirida na aplicação desses instrumentos regulatórios, e a necessidade de revisão e atualização de alguns conceitos, motivada pela dinâmica do mercado e dos agentes econômicos, levou a SRP a encaminhar para a apreciação da Diretoria colegiada minutas de propostas de novas Resoluções que, implantadas, revogariam as atuais Portarias 28/99 e 318/01.

Com o parecer favorável da Diretoria, e deferida a Proposta de Ação nº 567/2004 (17/9/2004), foi deflagrado, em 2005, o necessário processo de Consulta Pública, realizada de 17/1/2005 a 15/2/2005, para obter os comentários e sugestões dos diversos agentes econômicos e de outros setores da sociedade, ao que se seguiria o também necessário processo de Audiência Pública, realizado em 9/3/2005, para esclarecimentos da ANP e pronunciamento de qualquer outra parte interessada inscrita e presente na Audiência.

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos. 17 e 19 da Lei nº 9.478, de 1997, e as medidas dispostas na Resolução ANP nº 05/2004, os comentários e sugestões apresentados nos processos citados acima foram analisados criticamente e definido o acolhimento ou não das novas contribuições às minutas, resultando na proposta das seguintes Resoluções:

- Resolução que “Estabelece a regulação para as atividades de Construção ou Ampliação de Capacidade e Operação de Refinaria de Petróleo”;
- Resolução que “Estabelece a regulação para as atividades de Construção ou Ampliação de Capacidade e Operação de Unidades de Processamento de Frações de Petróleo.”

3.9. COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

A Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM) foi criada em 2004, a partir da fusão da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e Derivados (SCP) e a Superintendência Comercialização e Movimentação de Gás Natural (SCG).

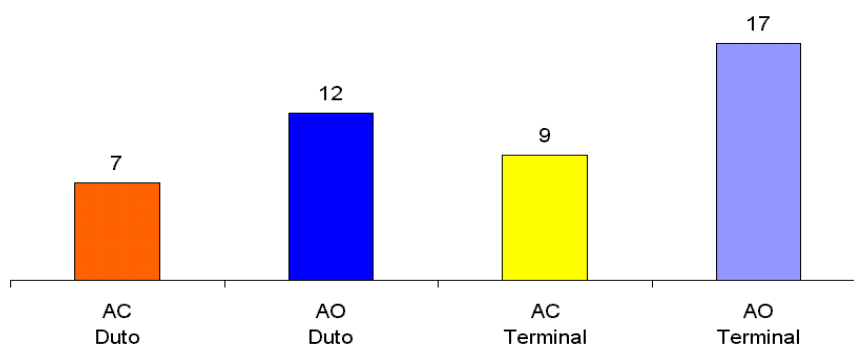
A SCM tem por finalidade realizar estudos destinados a viabilizar a ampliação da participação do gás natural na matriz energética brasileira, gerir as atividades relacionadas com a importação, exportação e movimentação do petróleo, seus derivados e gás natural, propor os requisitos a serem atendidos pelos proponentes interessados em exercer essas atividades, bem como desempenhar outras funções correlatas.

As atividades executadas pela SCM em 2005 foram assim agrupadas: (i) autorizações concedidas; (ii) inspeções técnicas realizadas; (iii) resoluções emitidas; e (iv) atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do gás natural, sendo cada uma delas detalhada a seguir.

3.9.1. Autorizações Concedidas

Uma das competências da SCM é propor a outorga de autorização para: (i) importação e exportação de gás natural; (ii) os proponentes qualificados na construção ou ampliação de instalações destinadas ao transporte de petróleo, seus derivados e gás natural; (iii) as atividades de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Segue-se um resumo das autorizações outorgadas no ano de 2005.

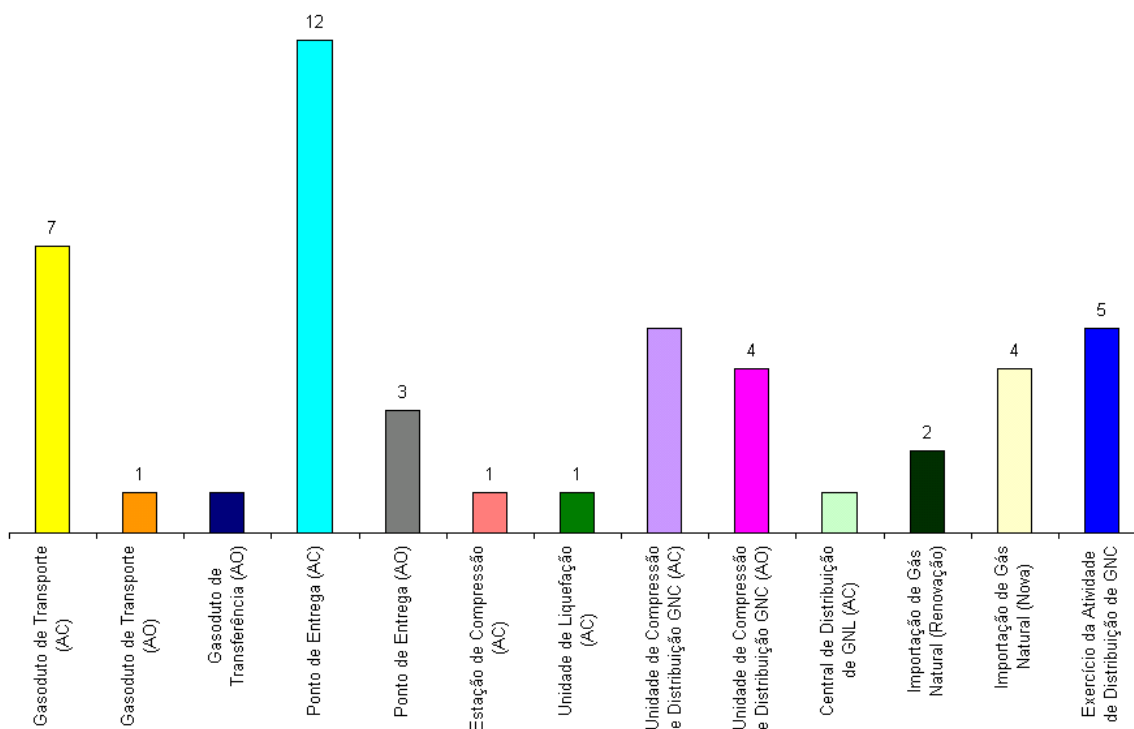
Gráfico 23 - Autorizações Concedidas - Petróleo e Derivados



Fonte: SCM

Nota: AC = Autorização de Construção / AO = Autorização de Operação

Gráfico - Autorizações Concedidas - Gás Natural



Fonte: SCM

Nota: AC = Autorização de Construção / AO = Autorização de Operação

A ação de Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural, restrita à atribuição da SCM, é sempre de iniciativa do agente econômico interessado. Portanto, a realização acima ou abaixo da expectativa por parte da SCM/ANP para a meta estabelecida não significa o comportamento da ANP frente ao sucesso ou fracasso da ação..

3.9.2. Inspeções Técnicas Realizadas

No que diz respeito às ações relativas às inspeções técnicas a serem realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, estas podem ser classificadas como: (i) vistorias técnicas para concessão de autorização de operação; (ii) vistorias relacionadas com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes e (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, estas realizadas mediante convênio com o

Departamento de Portos e Costas (DPC), da Marinha do Brasil. Segue, abaixo, um resumo das inspeções realizadas no ano de 2005.

Tabela 15 – Inspeções Realizadas em 2005¹⁸

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
117	94	69	135	112	140	109	89	99	34	22	69

Fonte: SCM & DPC

Os dados referentes aos meses de outubro a novembro são provisórios, tendo em vista a defasagem de envio de dados por parte da DPC.

No tocante aos dados apresentados, deve-se salientar que a maior parte das ações acima destacadas referem-se às atividades executadas mediante convênio com o Departamento de Pontos e Costas (DPC), da Marinha do Brasil. No que tange às ações fiscalizatórias realizadas no ano de 2005 pela equipe da SCM, destacaram-se como principais entraves para o seu desenvolvimento: (i) falta de pessoal técnico especializado para a realização da ação de fiscalização *in loco*, devido ao desligamento da ANP dos analistas técnicos responsáveis pela atividade na SCM e o tardio ingresso dos servidores aprovados no concurso público; (ii) corte/redução dos recursos orçamentários para a ação de inspeção que pode ser executada internamente na ANP.

Os fatos expostos, portanto, apontam para inviabilidade de a área técnica ter atingido suas metas físicas e para grande dependência de renovação do convênio com o DPC para que essa atividade seja realizada, garantindo o cumprimento de umas das principais atribuições da Agência.

3.9.3. Resoluções Emitidas

O artigo 58 da Lei n.º 9.478, de 1997, estatui que

“Facultar-se-á a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

§ 1º A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor é compatível com o mercado.

¹⁸ Os dados referentes aos meses de outubro à novembro são provisórios, tendo em vista a defasagem de envio de dados por parte da DPC

§ 2º A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis.”

Tendo em vista a relevância do supracitado dispositivo legal para o desenvolvimento da indústria brasileira de gás natural e objetivando sua regulamentação, a SCM/ANP elaborou três Resoluções, que, em 17 de outubro de 2005, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

Tais atos normativos são de suma importância, uma vez que, ao regulamentarem o artigo 58, buscam garantir o livre acesso não-discriminatório ao sistema dutoviário de transporte de gás natural, com vistas a possibilitar a inserção de novos agentes no suprimento do energético como preconizado pela Lei n.º 9.478/97, estimulando, assim, a competição nesse segmento e, em última instância, o desenvolvimento pleno do mercado brasileiro de gás.

É importante ressaltar que tais Resoluções passaram por Consulta e Audiência Públicas, processos mediante os quais os agentes integrantes do setor gasífero nacional tiveram a oportunidade de posicionarem-se a respeito.

Por fim, cabe destacar que com a publicação dessas normas, constituiu-se o marco regulatório mínimo para a indústria do gás natural.

3.9.4. Atividades que Visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural

Os setores de infra-estrutura em geral, e de gás natural em particular, passaram por um recente processo de transformações. Tais indústrias foram incluídas nas reformas implementadas pelo Governo federal passado, visando à redefinição do papel do Estado na economia (de gestor e operador para regulador). Essas mudanças alteraram a estrutura setorial de cada uma das indústrias – muitas originalmente constituídas sob a forma de monopólio estatal – e levaram à criação de novos organismos, com o objetivo de regular as ações dos operadores do mercado, em especial nas atividades que possuem natureza monopólica e garantir os interesses dos consumidores: as agências reguladoras.

No caso específico do segmento de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, destaca-se a prioridade na execução de ações relacionadas à indústria de gás natural, visando à eliminação das barreiras institucionais à entrada, propiciando a inserção de novos agentes no mercado.

Lei do Gás

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade de existência de uma legislação específica para a indústria de gás natural. Tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo entenderam a real necessidade da mesma e em ambos os Poderes foram elaboradas propostas de Projeto de Lei do Gás Natural. A do Legislativo foi apresentada pelo Senador Rodolpho Tourinho (PLS 226/05) e a do Executivo encontra-se, no momento em que se encerra este relatório, em processo de elaboração na Casa Civil. Para a discussão desta última, a ANP participou ativamente de inúmeras reuniões no Ministério de Minas e Energia, na presença tanto de agentes privados operadores da indústria como de representantes do governo.

Participação no Grupo de Trabalho (GT) sobre a Rede de Gasodutos do Sul

Em junho de 2005, os Ministros de Economia e de Energia da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Peru decidiram constituir um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e analisar a viabilidade da integração gasífera por meio da constituição de uma rede de gasodutos a partir de Camisea (Peru). O Grupo de Trabalho foi criado com a presença de representantes do MME. Em agosto de 2005, aquele ministério solicitou a criação de um subgrupo de trabalho com a participação do MRE, Petrobras, Repsol, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) e ANP, para analisar a Minuta de Acordo de Integração Energética encaminhada ao MME por consultores contratados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nos meses subseqüentes, foram encaminhados para análise por parte da ANP novas versões da minuta supracitada, bem como o Termo de Referência, elaborado pelo Banco Mundial, para a realização de estudos técnicos, econômicos, ambientais e financeiros da Rede de Gasodutos do Sul. A ANP sempre analisou os documentos remetidos pelo MME, enviando seus comentários a esse Ministério. Em setembro do mesmo ano, o MME solicitou à ANP a nomeação de representante oficial da instituição para acompanhar o desenvolvimento do projeto, do que resultou, no mês subseqüente, a indicação de dois representantes, entre eles o superintendente da SCM. A Agência remeteu uma série de dados e informações a respeito da indústria gasífera nacional aos consultores contratados pelo Banco Mundial, a fim de subsidiar o estudo referente a este empreendimento.

Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC)

Diante do contexto de crescimento da demanda por gás natural no Brasil, paralelo ao déficit de oferta do energético, derivado este último, principalmente, da existência de

gargalos no sistema de transporte dutoviário, tornou-se premente o empreendimento de ações efetivas para a ampliação da capacidade de transporte de gás, visando ao suprimento do mercado nacional.

Por essa razão, em 1º de dezembro de 2005, a ANP remeteu ofícios à Gasocidente do Mato Grosso Ltda., à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), à Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), à Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) e à Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), nos quais sugeria que tais empresas avaliassem a possibilidade de apresentar à Agência seus respectivos Regulamentos do Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC), procedimento público de oferta e alocação de capacidade para o serviço de transporte firme (STF), cujas regras constam da Resolução ANP nº 27/2005 (que revogou a Portaria ANP nº 98/2001).

Em atendimento à mencionada solicitação, no dia 21 de dezembro de 2005, a TBG submeteu à apreciação da ANP uma minuta de Regulamento de CPAC para o Gasoduto Bolívia-Brasil que, após alguns ajustes propostos pela autarquia, deverá ser publicado no primeiro trimestre de 2006, de modo a dar andamento ao mencionado processo.

Quanto às demais empresas transportadoras referidas, há a expectativa de que algumas delas iniciem seus respectivos procedimentos de CPAC nos primeiros meses de 2006.

Grupo de Trabalho Inmetro/ANP sobre Gás Natural Veicular (GT-GNV/GNC)

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul responsável por aprovar resoluções que, ao serem internalizadas pelos Estados-Partes, possibilitam que o bloco rume à União Aduaneira. Para realizar seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum (GMC) conta com 14 subgrupos de trabalho, divididos por assuntos temáticos.

Neste sentido, os Coordenadores Nacionais do Subgrupo de Trabalho nº3 (SGT n.º3) decidiram criar o GT sobre Gás Natural Veicular (GT-GNV/GNC), com vistas a facilitar o livre trânsito de veículos movidos por este combustível, regulamentar os sistemas de abastecimento e instalação dos conjuntos automotivos de gás natural. Esse GT é composto pela ANP, pelo Inmetro e pelo Denatran (entes que possuem atribuições legais relacionadas à regulação de todo o segmento automotivo de gás natural).

Ao longo de 2005, foram realizadas quatro reuniões ordinárias e uma extraordinária. Nesses encontros, foram desenvolvidas atividades relacionadas: (i) à montagem de uma base de dados compartilhada que permita assegurar o controle eficiente dos veículos abastecidos com GNV que circulam pelos Estados-Partes; e (ii) determinação de requisitos míni-

mos que deverão ser cumpridos para permitir o abastecimento de GNV dos veículos em qualquer Estado-Parte. Para este último, a SCM/ANP vem participando da elaboração do Marco Regulatório Comum (denominado de Esquema Único de Controle para a utilização de GNV, no âmbito Mercosul), este estruturado em 10 sessões e oito anexos.

Portanto, espera-se que os primeiros projetos de resolução oriundos desse GT sejam encaminhados, no ano de 2006, à aprovação pelo GMC, o que os incorporará ao ordenamento jurídico de cada Estado-Parte.

3.9.5. Atividades Realizadas com outras Superintendências e/ou Instituições

Ao longo de 2005, houve diversas solicitações de outras áreas da ANP e de outras instituições do Governo para colaboração da SCM na execução de alguns projetos ou atividades. Segue, abaixo, breve resumo dessas contribuições:

A SCM respondeu a aproximadamente 194 consultas efetuadas através do Centro de Relações com o Consumidor da ANP;

A SCM manteve a Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) atualizada no que se refere a informações sobre as instalações autorizadas para movimentação de gás natural, além de colaborar: (i) na elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural; (ii) no projeto contratado para retratar a tributação na indústria petrolífera nacional; (iii) no projeto contratado para elaborar cenários de demanda de combustíveis; (iv) na elaboração do Anuário Estatístico da Indústria do Petróleo e Gás Natural; e (v) no projeto de desenvolvimento do banco de dados de incidentes;

A SCM participou de grupo de trabalho interinstitucional, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para desenvolvimento de estudo de Projeção de Demanda (2006-2015) de gás natural;

A SCM integra o ambiente colaborativo do Ministério de Minas e Energia para acompanhamento do desenvolvimento da construção de gasodutos e conversão de térmicas à gás natural para bicomcombustível, estes considerados essenciais pelo Governo federal;

A SCM faz parte da comitiva brasileira no grupo de trabalho para tratar do Acordo de Integração Gasífera na América do Sul;

A SCM participou de inúmeras reuniões junto ao MME colaborando com a elaboração do Projeto de Lei do Gás a ser concebido pelo Poder Executivo Federal.

Downstream

O *downstream* compreende o grupo de atividades que está vinculado de forma direta ao abastecimento dos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis, sejam eles empresas ou consumidores finais. Por essa razão, o número de agentes envolvidos é mais diverso e amplo e se apresenta como a face mais visível do setor petróleo. A ANP regula, autoriza, monitora e fiscaliza os agentes econômicos do setor, além de manter canais de comunicação com agentes e consumidores para prestar esclarecimentos e receber denúncia e sugestões. Atuam sobre este setor a Superintendência do Abastecimento, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), a Superintendência de Qualidade dos Produtos, o Centro de Relações com o Consumidor (CRC) e a Coordenadoria de Defesa da Concorrência. As ações dessas unidades em 2005 passam a ser descritas a seguir.

3.10. DO ABASTECIMENTO

O exercício de 2005 foi fortemente marcado pela ampliação do escopo de atuação da ANP, em função da Lei nº 11.097, de 2005, que lhe conferiu atribuições relacionadas com os biocombustíveis, notadamente, a inserção do biodiesel na matriz energética e a prerrogativa para regular a comercialização de álcool combustível.

Com isso, a Agência consolidou a sua posição como agente regulador da indústria do petróleo e dos combustíveis renováveis, inseridas nos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, com o propósito de participar do desenvolvimento econômico da nação.

Em razão da relevância e premência da matéria, e de acordo com a Resolução CNPE nº 3, de 23/9/05, que atribui à ANP providências para realização de leilão público de biodiesel, foi efetivado, com sucesso, em 23/11/05, no auditório do Escritório Central da ANP no Rio de Janeiro, o primeiro leilão público de compra de biodiesel pelo sistema eletrônico do Banco do Brasil (licitações-e). Na ocasião, foram arrematados 70.000 m³ de biodiesel a serem entregues pelos fornecedores de biodiesel em tancagem própria ou de terceiros, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006.

Ainda na esfera dos biocombustíveis, com o objetivo de proporcionar um ambiente regulatório que possibilite condições justas e estáveis de competição às empresas, com práticas saudáveis de concorrência, a Agência pretende aprimorar o mecanismo de controle e de acompanhamento do volume de álcool etílico combustível comercializado no País.

Nesse sentido, foi elaborada minuta de Resolução que regula os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos com o propósito de identificar e acompanhar as movimentações das pessoas jurídicas, integrantes do sistema de abastecimento nacional de combustíveis, fornecedoras de álcool etílico combustível aos distribuidores e consumidores finais.

Esse monitoramento é fundamental não só por se constituir numa ação de orientação e acompanhamento do mercado, mas também por gerar subsídios que permitam fiscalizar e reprimir condutas violadoras da legislação vigente, voltada à proteção dos interesses do mercado como um todo e dos consumidores em particular.

De outro lado, a preocupação da Superintendência de Abastecimento (SAB) em consolidar e atualizar a regulação do Abastecimento Nacional de Combustíveis tem sido constante para assegurar a efetivação de atribuições legais da ANP *vis-à-vis* políticas de Governo e transformações ocorridas no mercado. O resultado desse trabalho foi refletido na edição, ao longo de 2005, de Resoluções que abordam, dentre outros assuntos: o exercício da atividade de distribuição de asfaltos; o exercício da atividade de importação de asfaltos; o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e a adoção de normatização para base de armazenamento, envasamento e distribuição de GLP.

Foram ainda elaboradas minutas de resoluções que não tiveram o processo de edição, de acordo com os procedimentos regimentais, concluídos em 2005, conforme discriminadas a seguir:

I - minuta de Resolução que regula os requisitos necessários à outorga da autorização para o exercício da atividade de posto revendedor escola por distribuidor de combustíveis automotivos;

II – minuta de resolução que regulamenta o exercício da atividade de distribuição de solventes;

III – minuta de resolução que regulamenta o exercício da atividade de distribuição de combustíveis de aviação;

IV – minuta de resolução que regulamenta o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação;

V – minuta de resolução que regula a operação e a desativação do Ponto de Abastecimento - audiência pública realizada em 21/11/05;

VI - minuta de resolução que regula os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos (audiência pública realizada em 12/12/05).

A SAB, em suma, além de propor regulamentações relativas às atividades relacionadas com o abastecimento de derivados de petróleo e biocombustíveis, cabendo-lhe fazer cumprir os atos editados, é responsável por autorizar, mediante delegação de competência, o exercício das atividades de distribuição, Transportador Revendedor Retalhista (TRR), revenda varejista de combustíveis automotivos e de GLP, importação e exportação de petróleo e seus derivados, com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos na Lei nº 9.478, de 1997. Quais sejam:

- a) maximização da quantidade de produto ofertado no território nacional;
- b) manutenção da qualidade dos produtos especificados;
- c) estímulo à competição eficiente;
- d) promoção do suprimento em áreas remotas;
- e) segurança e preservação do meio ambiente;
- f) uso racional dos insumos energéticos;
- g) monitoramento do mercado; e
- h) suprimento de informações ao mercado e à sociedade.

Os principais números que traduzem o comportamento do setor de distribuição de combustíveis, em 2005, podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 15 – Venda de Combustíveis

Total de Vendas de Combustíveis (m³), por ano				
Produto	2003	2004	2005	Variação % (05/04)
Gasolina	21.774.095	23.130.996	23.520.313	1,68
Diesel	36.804.567	39.147.989	39.101.880	(0,12)
Álcool Hidratado	3.241.883	4.298.667	4.627.560	7,65
Querosene Iluminante	177.296	115.799	58.537	(49,45)
Querosene de Aviação	3.972.402	4.209.401	4.426.027	5,15
Gasolina de Aviação	58.897	61.427	53.937	(12,19)
Gás Liquefeito de Petróleo	11.406.616	11.681.143	11.476.065	(1,76)
Óleo Combustível	6.200.356	5.412.332	5.143.636	(4,96)
TOTAL	83.638.115	88.057.754	88.407.954	0,40

Fonte: SAB

Na esteira das informações oficiais que dão conta da redução do dinamismo da economia brasileira em 2005, relativamente a 2004, o mercado de combustíveis registra pequena variação positiva no volume agregado de vendas (0,4%).

Responde por esse quadro um recuo significativo no consumo de óleo diesel, reflexo provável da quebra da safra agrícola.

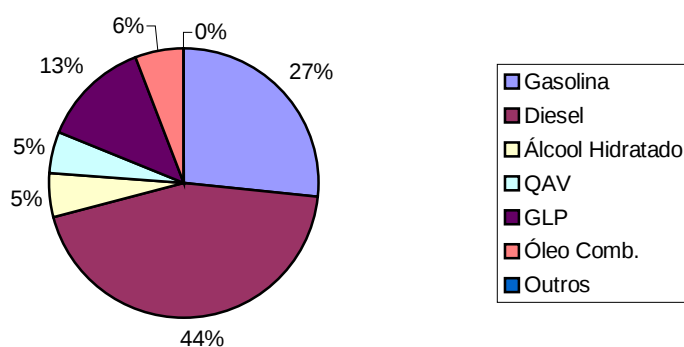
No global, os maiores percentuais de queda nas vendas foram registrados para querosene iluminante e gasolina de aviação, com 49,45% e 12,19%, respectivamente.

O recuo no consumo industrial de óleo combustível, de 4,96%, confirma tendência de sua substituição por fontes de energia mais limpas, como o gás natural (GN).

A queda de 1,76% no consumo de GLP muito provavelmente é também indicativo do avanço do GN, tanto no uso residencial como industrial.

A estrutura da demanda por combustíveis (Gráfico 23), em 2005, mantém o mesmo padrão histórico do País, com predomínio do óleo diesel (44%), seguido pela gasolina C (27%) e GLP (13%).

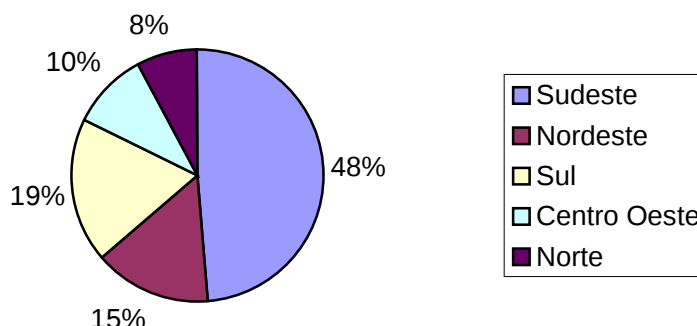
Gráfico 23 - Participação nas vendas de combustíveis, 2005



Fonte: SAB

Vista sob a perspectiva das regiões (Gráfico 24), a estrutura das vendas de combustíveis mantém o mesmo padrão histórico, com forte predomínio da região Sudeste (48%), seguida pela região Sul (19%).

Gráfico 24 – Estrutura de vendas de combustíveis por Região, 2005



Fonte SAB

Em linhas gerais, o mercado nacional de combustíveis foi plenamente suprido em 2005. Apesar disso, diversas intervenções se fizeram necessárias para que não houvesse desabastecimento localizado.

A situação mais representativa de risco para o abastecimento de combustíveis foi provocada pela pior seca registrada na região Norte nos últimos 40 anos, que teve seu ápice em setembro, afetando diretamente o nível das águas do rio Madeira, um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas.

Esse evento pôs em risco o abastecimento na Amazônia ocidental, no Acre e Rondônia de diversos produtos como combustíveis, cereais, cimento, além de muitos outros itens essenciais que utilizam o modal fluvial como principal meio de suprimento da região.

O caso mais crítico nesse episódio, no entanto, ocorreu para evitar encalhes, em função da redução do volume de carga das barcaças que suprem Manaus de álcool anidro para ser adicionado à gasolina e, posteriormente, a distribuição desta por toda a região.

A ANP, por intermédio da SAB, visando atenuar os reflexos para o abastecimento de gasolina naquelas circunstâncias, propôs ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em caráter excepcional, por 60 dias, a redução do percentual de mistura do álcool anidro à gasolina, de 25% para 20%.

Essa medida afastou o risco de desabastecimento até que, em meados de novembro, o regime de chuvas elevou o volume de água em toda a bacia amazônica normalizando, assim, o transporte hidroviário da região.

Quanto às autorizações concedidas aos agentes que integram os diversos setores que compõem o mercado nacional de abastecimento de combustíveis, e tendo em vista a necessidade constante de tornar esse mercado mais saudável e eficiente, a SAB praticou em 2005, conforme se verifica na tabela a seguir, os seguintes atos:

Tabela 15 – Atos Administrativos 2003/2005

Ato Administrativo	2003	2004	2005	Variação (%) 05/04
Licença de Importação – LI	25.442	30.971	30.173	(2,58)
Registro de Exportação - RE	9.324	10.841	9.580	(11,63)
Autorização para Distribuição de Combustível	27	24	22	(8,33)
Revogação para Distribuição de Combustível	10	11	27	145,45
Autorização para Distribuição de GLP	1	1	1	0,00
Autorização para Distribuição de Asfalto	1	-	-	-
Autorização para Distribuição de Solvente	2	4	6	50,00
Autorização para T R R	6	59	24	(59,32)
Revogação para T R R	15	13	21	61,54
Autorização para Revenda de Combustível	4.077	3.192	2.927	(8,30)
Revogação para Revenda de Combustível	2.504	1.011	1.180	16,72
Autorização para Revenda de GLP	-	2.377	2.843	19,60
Revogação para Revenda de GLP	-	-	4	-
Importação e Exportação de Combustíveis e Solventes	-	48	23	(52,08)
Importação e Exportação de Lubrificantes	-	30	30	0,00
Refino de Lubrificantes	-	-	1	-
Produção de Lubrificantes	-	24	16	(33,33)
Coleta de Lubrificantes	-	4	5	25,00
Total	41.409	48.610	46.883	(3,55)

Fonte: SAB

Destacam-se, nesse quadro, o aumento considerável de revogações de autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustível (145,45%) e de transportador revendedor retalhista (61,54%), comparando-se com os atos praticados em 2004.

Esse aumento significativo justifica-se pelo número de processos administrativos instaurados e instruídos com o objetivo de verificar, de acordo com o devido processo legal, condutas irregulares de agentes econômicos que possuem autorização para exercer atividades reguladas de relevante interesse público.

O segmento de revenda de GLP apresentou, em 2005, significativo incremento no volume de autorizações outorgadas para o exercício da atividade (19,6%) em comparação com o ano anterior.

A atividade tem sua regulamentação tratada na Portaria ANP nº 297/03, de 18/11/03, que estabelece os requisitos necessários à autorização para ingresso e permanência de agentes econômicos.

No art. 17 desse ato está previsto que a ANP designará entidade cadastradora para realizar o cadastramento dos revendedores em operação em todo o País. Estes permaneceram provisoriamente com seu cadastro vinculado ao distribuidor com o qual mantinha relação comercial, até o recadastramento a ser promovido pela ANP.

Entendeu-se, à época da edição da Portaria, ser impossível proceder, no âmbito da ANP, ao cadastramento dos mais de 71.000 estabelecimentos de revenda de GLP estimados em operação no País, fato que ensejou a concepção da prestação de serviços por entidade cadastradora.

Ao redefinir o escopo do trabalho e estabelecer diretrizes e procedimentos mais abrangentes para a prestação dos serviços, foi obtido, por consulta ao mercado, preço médio de 8,4 milhões de reais, montante incompatível com as restrições orçamentárias da Agência, ocorridas em 2005.

Com isso, a SAB, após apresentar o assunto à deliberação da Diretoria colegiada, em agosto de 2005, obteve a autorização para assumir, a partir de 17/10/05, com os recursos humanos e materiais disponíveis e em razão da urgência a alcance social da medida, mesmo com eventual sacrifício em outras atividades do Superintendência, o processo de cadastramento e autorização dos revendedores que já se encontravam em operação antes da publicação da Portaria ANP nº 297/03, ou seja, aqueles revendedores antigos, que permaneceram operando e aguardando a designação da entidade cadastradora para o integral atendimento à norma vigente.

Importante ressaltar que, em face da exiguidade dos recursos humanos e materiais disponíveis, optou-se por implementar esse processo no ritmo possível, de forma gradual, por unidade da Federação iniciado pelo estado do Rio Grande do Sul. Ressalte-se que está previsto para 2006 a implementação desse processo nos estados de São Paulo, Maranhão, Piauí e Pará.

Quanto à interlocução com agentes e sociedade em geral, estruturada pelo CRC, a SAB participou com cerca de 50% das demandas encaminhadas para resposta dos diversos setores da ANP. Na tabela a seguir, pode-se observar que, apesar de o volume de manifestações recebidas em 2005 tenha sido menor que no ano anterior (16,2%), houve significativa diminuição daquelas manifestações pendentes de resposta (75,3%).

Tabela 16 – Manifestações Recebidas no CRC e Destinadas à SAB

Manifestação	2003	2004	2005	Variação (%) 05/04
Recebida	3.496	5.509	4.616	(16,2)
Atendida	3.459	5.436	4.598	(15,4)
Pendente	37	73	18	(75,3)

Fonte: CRC

Em resumo, o presente relatório evidencia, de forma inequívoca, ter a SAB cumprido a contento as atribuições que lhe são cometidas legalmente.

Os êxitos alcançados decorreram, em síntese, da produção criteriosa de atos de autorização para o exercício de atividades do *downstream* reguladas pela Agência, sem que, para tanto, tenham se observado reclamações de vulto dos interessados quanto a entraves burocráticos; do volume expressivo de minutas de normas infralegais produzido, as quais, como é sabido, são precedidas de inúmeras tratativas com agentes de mercado e órgãos de governo envolvidos; da atuação decisiva para a introdução do biodiesel na matriz energética; da normalidade de suprimento de combustíveis verificada em todo o território nacional, para o que várias intervenções no mercado se fizeram necessárias; e, por último, do esforço para reduzir, pela via administrativa, demandas entre a ANP e agentes regulados, o que mitigou o esforço dispensado pela Agência em contenciosos.

Finalmente, a questão da perda continuada de recursos humanos sem a devida reposição somente foi equacionada com a posse e lotação, na SAB, de 27 funcionários concursados, em dezembro de 2005. Os efetivos resultados do incremento serão sentidos apenas a partir de 2006.

3.11. QUALIDADE DE PRODUTOS

A Lei nº 9.478, de 1997, que criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelece, no seu artigo 8º, inciso I, a ênfase que esta Agência Reguladora deve dar à garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus deriva-

dos, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e à proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta desses produtos.

Em 2005, o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) tomou abrangência nacional, cobrindo 26 estados e o Distrito Federal. Executado por 23 instituições, entre universidades e centros de pesquisas, contratadas pela ANP mediante processo licitatório. Na execução do Programa, foram visitados 35.262 postos revendedores e realizadas análises físico-químicas em 149.696 amostras de combustíveis coletadas.

Os resultados obtidos em 2005, embora com índice inferior, mantiveram a tendência constatada em 2004, ou seja, a incidência de não-conformidade mais acentuada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ressaltam-se como principais usuários dos dados do PMQC, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) e os Ministérios Públicos federal e estadual.

A Resolução que determinou a obrigatoriedade de adição de corante ao Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC) pelo produtor foi passo importante para coibir a adulteração conhecida como álcool molhado, resultante da hidratação indevida do produto para comercialização como álcool etílico hidratado combustível (AEHC), que vinha causando problemas de qualidade no combustível e prejuízos aos cofres públicos.

Foi estabelecida a obrigatoriedade de adição de marcador ao Biodiesel – B100, em atendimento ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

O Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), entre outras atividades, desenvolveu o projeto do Laboratório de Biodiesel, em processo de licitação, quando da conclusão deste relatório, e concluiu o projeto piloto de Monitoramento da Qualidade dos Óleos Lubrificantes.

A área de Preços teve como destaque a inclusão de novos produtos no monitoramento de preços de produtores. Foi realizada, após licitação, a contratação da nova empresa prestadora de serviço de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis.

Foram publicadas oito Resoluções, sendo seis de especificações de produtos, uma determinando a obrigatoriedade da marcação do biodiesel e a última sobre marcação de solventes.

Apesar do contingenciamento orçamentário durante parte do ano e da falta de recursos humanos durante o período, a SQP realizou as atividades planejadas.

3.11.1. Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis

Este programa, criado em 1999, tem como objetivos principais a avaliação sistemática da qualidade dos combustíveis (gasolina, óleo diesel e AEHC) comercializados no País e a identificação de eventuais focos de não-conformidade, visando orientar e aperfeiçoar a atuação da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, bem como disseminar a cultura da qualidade, formar mão-de-obra especializada e desenvolver tecnologia.

Em razão das dimensões nacionais, da impossibilidade logística de avaliar a qualidade dos combustíveis num único laboratório e da existência de um número expressivo de laboratórios em universidades e centros de pesquisa, a ANP estabeleceu contratos de prestação de serviços técnicos com 23 instituições, que atuam em 26 estados e no Distrito Federal.

Inicialmente, o PMQC avaliava a qualidade dos combustíveis em 11 estados, além do DF: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. Em 2001, foram incluídos os mais seis estados: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Piauí e Sergipe. No ano seguinte, 2002, o estado do Tocantins. Em 2004, foram concluídos os processos licitatórios para contratação de instituições visando à prestação de serviços nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. Com isso o PMQC passou a ter abrangência em todo território nacional.

No período de 2000 a 2005, a elevação dos índices de conformidade às especificações confirmam a melhoria da qualidade dos combustíveis comercializados no País.

Tabela 17 – Amostras Analisadas e Índice de Conformidade

Período	Número de amostras analisadas	Índice de Conformidade às Especificações (%)
set-dez/00	24.455	89,3
jan-dez/01	114.731	91,3
jan-dez/02	129.840	92,4
jan-dez/03	134.000	93,3
jan-dez/04	132.984	95,0
jan-dez/05	146.243	96,0

Fonte: SQP

Esta constante melhoria pode ser atribuída ao PMQC, que proporciona ações mais eficientes da área de fiscalização tanto da ANP quanto dos conveniados, como Ministério Público federal e estadual.

3.11.2. Qualidade de Produtos

O estabelecimento das especificações dos combustíveis é responsabilidade da ANP, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 8º da Lei nº 9.478, de 1997, que atribui à Agência a garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional e a defesa dos interesses consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Essa responsabilidade também decorre do inciso XVIII da Lei nº 11.097 de 2005.

Encontram-se destacadas a seguir as especificações que sofreram alterações no ano de 2005, bem como ações regulamentadas que com o objetivo de inibir a adulteração dos combustíveis.

Cimento Asfáltico de Petróleo

A especificação brasileira do cimento asfáltico de petróleo (CAP), era estabelecida pelo regulamento técnico nº. 01/92- Ver. 02, anexo à portaria DNC nº 5 de 11/3/93 cuja classificação era por viscosidade e penetração. O motivo para haver duas classificações era decorrente da existência, na época, de restrições tecnológicas do parque de refino para o processamento dos diversos tipos de petróleo do País.

Com vistas a acompanhar a evolução das especificações européia e americana, que atualmente avaliam a qualidade do CAP orientada pelo clima e tráfego e atendem às exigências ambientais por meio de limites rígidos de perda de massa, procedeu-se à discussão da revisão da especificação brasileira do CAP juntamente com a Comissão de Asfalto do Instituto Brasileiro de Petróleo, que é, por delegação, representante da Organização Setorial 34 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conseqüentemente, ficaram estabelecidas, com a Resolução ANP nº 19, de 11/7/05, as especificações do CAP comercializado pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional, consoante às disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 3/2005, de 11/7/2005, parte integrante desta Resolução.

Óleo Mineral Isolante

O óleo mineral isolante é um derivado de petróleo utilizado em transformadores e chaves elétricas, sendo a sua qualidade essencial ao bom desempenho desses equipamentos,

permitindo assim o suprimento contínuo e em condições seguras de energia elétrica às residências, comércio e indústria.

As especificações dos óleos minerais isolantes tipo A e tipo B estão estabelecidas na Portaria DNC nº 46, de 2/12/94, e na Resolução CNP nº 09, de 1/11/88, respectivamente. Vigentes antes da revisão, eram muito antigas e se encontravam desatualizadas.

A ABNT solicitou a revisão dessas especificações à ANP, pois recentes projetos de transformadores apresentavam menor volume de óleo isolante e uma maior potência do equipamento, o que aumentava o grau de severidade a que o óleo é submetido em operação, sendo, em alguns casos, requerido um óleo com características distintas das atualmente especificadas no Brasil.

Diante disso, a ANP coordenou uma ampla discussão com os representantes dos produtores de óleos isolantes, dos fabricantes de equipamentos, dos usuários, e da ABNT, e revisou as especificações publicadas na Resolução ANP nº 25, de 9/9/05. Quanto a essa revisão, podem ser destacados os seguintes itens:

- atualização dos métodos de ensaio;
- inclusão dos ensaios de teor de inibidor de oxidação e de estabilidade à oxidação para o óleo inibido. Estas características são relevantes em aplicações com maiores temperaturas de operação ou quando requerido óleo isolante de maior vida útil;
- alteração do limite máximo do ensaio de teor de inibidor de oxidação do óleo não inibido, em conformidade com o método de análise adotado;
- inclusão do ensaio de teor de bifenilas policloradas (PCB) também para o óleo isolante tipo B, com o objetivo de assegurar a ausência do mesmo;
- alteração do valor da tendência a evolução de gases, por ser uma característica importante do óleo isolante tipo A em algumas aplicações específicas, o que propiciará melhor atendimento das necessidades do usuário pelo fabricante do óleo;
- exclusão dos ensaios de ponto de anilina e índice de refração, pois estas características indicam uma medição indireta do teor de carbono aromático presente no produto, o qual já está considerado nesta especificação e também teve seu valor revisado.

O principal objetivo do estabelecimento das novas especificações brasileiras de óleos minerais isolantes tipo A e tipo B, tendo em vista a evolução dos projetos de transformadores,

o desempenho requerido aos óleos minerais isolantes e os aspectos de meio ambiente, foi o de atualizar os critérios de controle de qualidade dos óleos minerais isolantes tipo A e tipo B comercializados pelos produtores e importadores no País, além de substituir legislação datada de 1988 e 1994.

Óleo Diesel

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criado pela Lei nº 6.938, de 31/8/81, tem entre as suas atribuições a de “estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.”

De modo a dar cumprimento ao estabelecido pela lei, o CONAMA instituiu, por meio da Resolução CONAMA nº 18, de 6/5/86, o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), com diversos objetivos, entre outros, o de “reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores visando o atendimento aos Padrões de Qualidade do Ar, especialmente nos centros urbanos.”

O PROCONVE desenvolve-se desde então por meio do estabelecimento de metas de melhoria de qualidade do ar, negociadas entre os órgãos ambientais, produtores de combustíveis e da indústria automobilística e de equipamentos, cabendo à ANP o desenvolvimento das especificações dos combustíveis que viabilizem o cumprimento das metas.

A Resolução CONAMA nº 315, de 29/10/02, instituiu entre outras providências, as novas etapas para o PROCONVE por meio do estabelecimento de novos limites de emissões de veículos automotores a serem atendidos nas homologações dos veículos novos. Os parágrafos primeiro e segundo do art. 18 da Resolução mencionada estabelecem as questões relativas aos combustíveis de referência e comerciais, como se segue:

“Art. 18. Os combustíveis necessários para atendimento ao disposto nesta Resolução deverão estar disponíveis conforme estabelecido no Art. 7º, da Lei nº 8.723, de 29 de outubro de 1993.

§ 1º Para fins de desenvolvimento de produtos, testes de certificação e homologação, os combustíveis de referência deverão estar disponíveis, conforme a Lei citada no caput deste artigo.

§ 2º Os combustíveis comerciais deverão possuir características adequadas e compatíveis com as tecnologias a serem adotadas e estarem disponíveis nas datas previstas nesta Resolução.”

A modificação da Portaria ANP nº 310, de 2001, editada por meio da Resolução ANP nº 12 de 22/3/2005, antecipou as novas etapas estabelecidas pelo PROCONVE, procedendo a seguinte principal alteração: a obrigatoriedade da comercialização do óleo diesel S500 (500 ppm máximo de enxofre) nas regiões metropolitanas dos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, nas quais era comercializado o óleo diesel metropolitano ou D (2.000 ppm máximo de enxofre).

A introdução desse novo tipo de óleo diesel na especificação permitiu beneficiar as regiões citadas.

Sob coordenação da SQP, foram criados dois grupos de trabalho, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente, produtores e distribuidores de combustíveis, indústria automobilística e de equipamentos, com a finalidade de discutir novas metas de melhoria de qualidade do óleo diesel, tendo como linhas mestras: adequação ao uso, distribuição do combustível, controle e práticas de manutenção da qualidade.

Combustíveis para Ensaio de Consumo de Combustível e Emissões Veiculares

Ainda na mesma Resolução CONAMA nº 315, de 29/10/02, o artigo 27, é referente a atribuição do estabelecimento das especificações à ANP dos combustíveis utilizados como padrões nos ensaios de consumo de combustível e emissões veiculares.

Assim, a Agência coordenou uma ampla discussão com os órgãos do meio ambiente e agentes econômicos representantes de diversos segmentos – produtores de veículos, equipamentos e combustíveis, de modo a estabelecer as características necessárias ao combustível padrão para ensaios de consumo e emissões. Foram publicadas em 2005 duas revisões de combustíveis padrão: Resoluções ANP nº 5 e 6, de 24/2/05 pertinentes às especificações dos álcoois combustíveis e gasolina, respectivamente, utilizados como padrões nos ensaios de consumo de combustível e emissões veiculares.

Álcool Etílico Combustível

Em abril de 2005, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) informou à ANP a ocorrência de uma grande quantidade de defeitos nos novos veículos flexfuel, defeitos esses atribuídos à má qualidade do AEHC comercializado nos postos revendedores de combustíveis.

Esse problema foi constatado pela ANP por meio dos índices de não-conformidade do AEHC apurados no PMQC, provavelmente decorrentes da adição ilegal de água ao AEAC, produto esse que se convencionou chamar “álcool molhado”.

A questão tributária é relevante na análise desse problema, apesar de não ser área de atuação direta da ANP, e foi considerada como um componente na condução do problema de adulteração de AEAC.

Pela legislação atual, o AEAC comercializado pelos produtores somente pode ser utilizado pelas distribuidoras para mistura à gasolina, na proporção no ano 2005 de 25%. Já o AEHC (que tem cerca de 7% de água na sua composição) é comercializado puro. Como o AEAC somente pode ser misturado à gasolina, os estados transferiram toda a incidência do ICMS ST para a gasolina, como forma de evitar a sonegação e garantir a arrecadação. Já o AEHC continuou com a tributação normal de ICMS, incidindo tanto nos produtores como nas distribuidoras de combustíveis.

Por conseguinte, a atual sistemática de incidência de tributos na mistura e comercialização do AEAC contribui para a elevada possibilidade de sonegação, pois a tributação diferenciada de ICMS entre o AEAC e o AEHC abriu uma brecha para a sonegação de ICMS, cuja fraude é denominada de “álcool molhado”, e que consiste no fato da distribuidora adquirir do produtor o AEAC (sem ICMS ST), adicionar 7% de água e comercializá-lo como AEHC, sonegando assim a parcela de ICMS incidente.

Os prejuízos advindos dessa irregularidade - tais como, sonegação de impostos (ICMS, PIS e COFINS), estimada em mais de um bilhão de reais por ano - implicam a utilização de um produto fora de especificação o que ocasiona dano potencial aos veículos e ao meio ambiente, além de acarretar distorções no mercado, por problemas de concorrência desleal. Tais ocorrências tendiam a ser cada vez mais graves em razão do aumento progressivo das vendas dos veículos flexfuel, que totalizavam na época cerca de 50% das vendas efetuadas no País.

A ANP considera a adição de corante ao AEAC comercializado no país uma medida eficaz, de rápida implementação, baixo custo e fácil operação para coibir esta fraude.

Para operacionalizar a adição de corante laranja ao AEAC comercializado internamente pelos produtores (usinas e destilarias) e dispensada a adição de corante ao AEAC destinado à exportação em razão de limitações contratuais com clientes, fez-se necessário revisar a legislação vigente na época que estabelecia as especificações dos álcoois combus-

tíveis e definia as obrigações dos agentes sobre o controle de qualidade. Isso foi feito por meio da Resolução ANP n° 36, de 6/12/05.

Com a intenção de evoluir e atualizar as normas brasileiras que tratam dos métodos de ensaio que avaliam a qualidade do álcool etílico combustível previsto na sua especificação, foi criado junto à ABNT uma Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET), por solicitação da ANP. A comissão, da qual a Agência participa, iniciou em 2005 a revisão de três métodos de ensaio: pH, condutividade, acidez e massa específica.

3.11.3. Autorizações de Novos Combustíveis

A Lei n° 9.478, de 1997, que instituiu a ANP, dá ênfase, como um dos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, à utilização das fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Portaria ANP n° 240, de 25/8/2003 (que estabelece a regulamentação para a utilização de combustíveis não-especificados), sujeita a utilização de combustíveis líquidos ou gasosos não especificados no País à autorização prévia da ANP. Essa Portaria abrange todos os novos combustíveis cujo consumo mensal seja superior a 2.000 kg, destinados a testes ou simples uso.

Foram concedidas cinco autorizações em 2005 para uso e teste de novos combustíveis que se encontram descritas na tabela a seguir.

Tabela 18 - Autorizações de novos combustíveis concedidas em 2005

Requerente	*Combustível	Tipo/ Frota/ Processo	Usuário	Local	Autorização
O ₂ diesel	MAD 7,5	Testes - frota veicular: Júlio Simões- 20 caminhões VW c/ motores Cummins 5,9 Turb, 2004; Comlurb- 16 veículos- 14 caminhões Ford (9 fab. 2001, 1 caminhão fab. 2002 e 4 caminhões do ano 2003) c/ motores Cummins 5,9 e 1 Renault van 2002, 1 caminhão VW 2002 motor Cummins 5,9	Comlurb, Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda.	RJ	Nº 28/2005, DOU de 31/01/2005
Ladetel	Biodiesel - B5	Uso e testes- frota veicular (13 caminhões- 4 motores MWM, 5 Cummins, 4 Fiat)	Cia de Bebidas Ipiranga	SP	Nº 293/2005, DOU de 10/08/2005
Ladetel	B5, B10, B20, B50, B100	Testes frota veicular :1 caminhão CAT 777 C, 1 trator CAT D6E, 1 caminhão VW 16170	RPM Mineração	MG	Nº 224/2005, DOU de 21/06/2005
Ladetel	B5, B20	5 tratores Valtra BH 180	Usina Catanduva	SP	Nº 281/2005, DOU de 02/08/2005
B100 Participações Ltda.	MAD 10 + B2	1.572 ônibus	Viação Itaim Paulista	SP	Nº 435/2005, DOU de 23/11/2005

*LEGENDA COMBUSTÍVEIS:

MAD- misturas álcool-diesel

MAD 7,5- mistura 7,7% de álcool em volume, 0,5% aditivo , com 91,8% de óleo diesel diesel, em volume

MAD 10- mistura 10% de álcool em volume com 90% de óleo diesel diesel, em volume

B100- biodiesel puro

B5- mistura biodiesel/diesel 5% biodiesel em volume e 95% óleo diesel em volume

B10- mistura biodiesel/diesel 10% biodiesel em volume e 90% óleo diesel em volume

B20- mistura biodiesel/diesel 20% biodiesel em volume e 80% óleo diesel em volume

B50- mistura biodiesel/diesel 50% biodiesel em volume e 50% óleo diesel em volume

Fonte: SQP

3.11.4. Biodiesel

O Brasil, pela sua imensa extensão territorial, associada às excelentes condições edafoclimáticas para a produção de biomassa para fins alimentares, químicos e energéticos, apresenta condições estratégicas para produção de biodiesel. Esse fato, se traduzidos em projetos eficazes, pode significar uma mudança no campo, gerando emprego, renda e desenvolvimento para todo o País.

O biodiesel é um combustível renovável que pode ser produzido a partir de diversas oleaginosas, como mamona, soja, dendê, palma e girassol. A adição de 2% de biodiesel ao diesel não exigirá alterações nos motores movidos a diesel.

A ANP integrou a comissão interministerial encarregada de desenvolver o plano de trabalho Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Em 2005, a Agência, por intermédio de sua Superintendência de Qualidade de Produtos, participou do grupo coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia que tratou do desenvolvimento tecnológico do biodiesel para definição dos testes em motor com teores superiores a 2% de biodiesel, quando misturado ao diesel. As autorizações concedidas para testes em frotas veiculares previstas a partir desse Grupo foram avaliadas ao longo do ano. Uma autorização, a de nº 293/2005, foi concedida e publicada no DOU de 10/8/05. Ela está descrita na tabela anterior. Já os demais solicitantes foram informados dos documentos pendentes que devem ser enviados para a continuidade do processo de análise de concessão de autorização.

Com vistas a criar as normas brasileiras que tratam dos métodos de ensaio que avaliam a qualidade do biodiesel previstos na especificação desse produto, Resolução ANP nº42/04, foi criado junto à ABNT uma Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET), por solicitação da ANP, de qual a Agência Participa. Em 2005, foram encaminhados para consulta quatro métodos de análise para determinação de:

- glicerina livre em biodiesel por cromatografia em fase gasosa;
- monoglicerídeos, diglicerídeos e ésteres totais em biodiesel de mamona por cromatografia em fase gasosa;
- concentração de metanol e/ou etanol em biodiesel por cromatografia em fase gasosa;
- glicerina total e do teor de triglicerídeos em biodiesel de mamona.

Em 2005, foi inicializada a licitação para compra de equipamentos com o objetivo de permitir ao laboratório de Brasília a análise de biodiesel.

Ademais, em 2005 a ANP trabalhou em parceria com o INMETRO na realização do Painel Setorial de Biodiesel, o que aconteceu no dia 29/11/05, na sede daquele Instituto. No Painel Setorial foram levantadas necessidades do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel naquele momento para fornecer apoio às diretrizes técnicas e ao estabelecimento de procedimentos técnicos e metrológicos a serem seguidos em suas demais etapas, permitiu a participação dos diferentes segmentos da sociedade no debate. As sugestões dos participantes permitiram à ANP e ao INMETRO ampliarem os rumos e definições técnicas a serem aplicadas nas suas políticas de controle da utilização desse novo combustível no País.

3.11.5. Marcação de Biodiesel

Previsto pela Medida Provisória nº 227, de 2004, a ANP deverá marcar o biodiesel com o objetivo de identificar quantitativamente o seu teor na mistura óleo diesel-biodiesel. A ANP avaliou marcador e metodologia associada que permitem identificar o teor de 2% atualmente permitido de biodiesel na mistura, com erro admitido de $\pm 0,1\%$, bem como identificar o produtor de biodiesel.

A Agência, por meio da Resolução ANP nº 37, de 22/12/05, definiu o marcador como: substância que permite, por meio dos métodos analíticos estabelecidos pela ANP, a identificação de sua presença no B100 e que, ao ser adicionada, em concentração não superior a 1 ppm, não altere suas características físico-químicas e não interfira no grau de segurança para manuseio e uso desses produtos.

E para efetuar um melhor controle, também foi estabelecida, por esta Resolução, a obrigatoriedade de adição de marcador ao B100, tanto pelos produtores nacionais como pelos importadores, sendo que a adição de marcador no B100 será realizada pelo produtor e a adição de marcador no biodiesel importado deverá ocorrer no local e no momento de sua internação no País.

3.11.6. Marcação de Solventes

O Programa de Marcação de Solventes (PMS), iniciado em dezembro de 2001, tem por objetivo reduzir os problemas de adulteração de gasolina, que é feita com a mistura de solventes de menor custo e cuja adição à gasolina não é permitida e constitui-se fraude fiscal. O PMS consiste na adição de um produto químico – marcador - a todos os solventes não destinados à produção de combustíveis por ocasião da sua saída dos produtores, o que permite identificar por meio de uma análise especial, de forma inequívoca, a adição irregu-

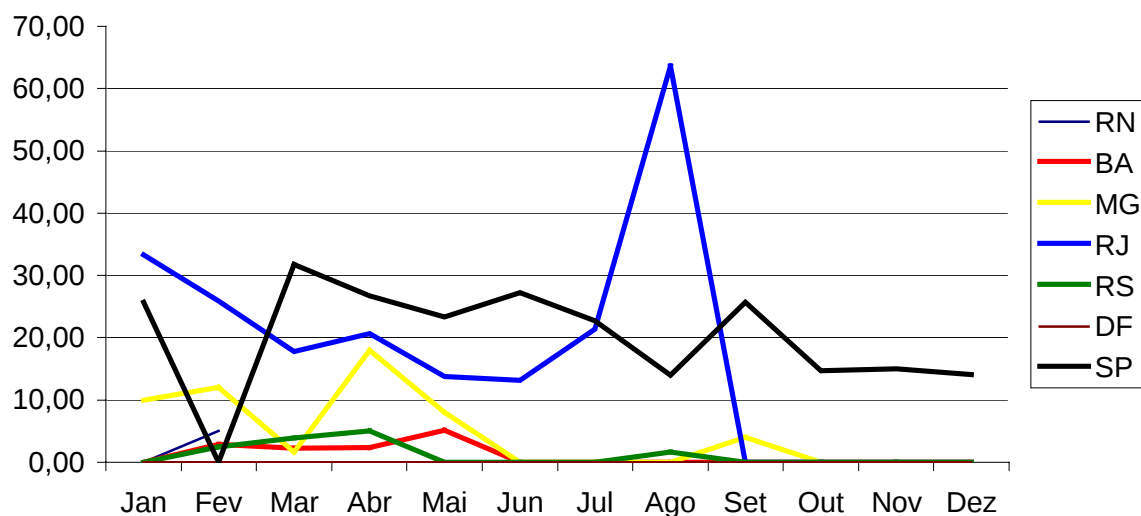
lar de solventes à gasolina mesmo quando essa adição não compromete a qualidade, ou seja, quando a gasolina adulterada continua atendendo aos padrões da especificação.

Cabe destacar que as análises de marcador em todas as amostras de gasolina coletadas pela Superintendência de Fiscalização do Abastecimento continuaram sendo feitas normalmente, pois é o único instrumento capaz de identificar gasolina adulterada quando a adulteração não compromete as propriedades especificadas.

O gráfico a seguir mostra os índices de adulteração identificados com o programa. A incidência de adulteração é mais grave nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, obtêm-se valores mais discretos nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, enquanto nas demais unidades da Federação a adulteração se tem mostrado pouco significativa, ocorrendo esporadicamente e não de forma rotineira.

É importante observar que, atualmente, as amostragens estão sendo feitas aleatoriamente e, portanto, mais bem representam o percentual de gasolina adulterada em cada região.

Gráfico 25 - Evolução Mensal - Presença de Marcador



Fonte: SOP

Mais uma vez, os resultados do PMS mostraram-se eficientes para o diagnóstico e localização do problema, permitindo identificar as regiões onde a adulteração é mais grave.

3.11.7. Atividades do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT)

No decorrer de 2005, além do monitoramento da qualidade dos combustíveis no Distrito Federal, Goiás e Tocantins, o CPT desenvolveu atividades de controle de qualidade de

produtos derivados de petróleo, concluiu o projeto-piloto de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes, bem como participou de ações conjuntas com a SFI.

Foram analisadas 383 amostras de óleos lubrificantes, demonstrando um aumento em relação às 144 analisadas em 2004. Das 383, 57,3% apresentaram não conformidades referentes à qualidade, rotulagem e falta de registro na ANP.

No ano compreendido por este relatório, foram analisados e autorizados 826 registros de produtos, dentre aditivos, óleos e graxas lubrificantes, enquanto em 2004 esse número totalizou 394 registros.

De um montante de 16048 processos de registros de lubrificantes que ficaram acumulados entre 2001 e 2003, por problemas de falta de acesso ao Fluxo de Registros de Produtos, 8202 processos foram analisados, finalizados e publicados no DOU em 2005, e 5462 em 2004, totalizando 13.664 processos, sendo que 883 estão em tramitação no Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro.

No momento, existem 1501 processos a serem finalizados no CPT. Destes a metade refere-se a solicitações de empresas não-cadastradas e os demais se encontram em análise.

Entre as atividades desenvolvidas no período, destacam-se a pesquisa e implantação do corante no AEAC, a identificação da presença do aditivo nos combustíveis, bem como a implantação dos ensaios especificados pela ANP para o biodiesel.

A Superintendência de Qualidade de Produtos coordenou os Programas Interlaboratoriais de Combustíveis (PIC) e Marcação de Solventes (PIM) com as instituições contratadas pela ANP e realizou vistorias técnicas nos laboratórios dos contratados, cujos equipamentos portáteis incumbiu-se de calibrar.

3.11.8. Acompanhamento de Preços

A ANP deu continuidade aos sistemas de acompanhamento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível A1, A2, B1 e cimento asfáltico 50/60. Em 2005, foram incluídos no sistema de acompanhamento o asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30.

A ANP continuou monitorando o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, com a realização do programa de Levantamento de Preços e de Margens de Combustíveis (LPMC). Ressalta-se que, em 2005, a ANP, por

meio de pregão amplo, contratou a nova empresa Polis Pesquisa Ltda para prestar os serviços, que anteriormente eram prestados pela Análise & Síntese Pesquisa e Marketing Ltda. Nas duas primeiras semanas de prestação de serviços pela nova empresa, que compreenderam os períodos de 14/8/05 a 20/8/05 e de 21/8/05 a 27/8/05, os resultados da pesquisa não foram publicados, pois os arquivos disponibilizados não puderam ser processados, em função de erros de formatação e de conteúdo dos dados.

Atualmente, o LPMC abrange gasolina comum, AEHC, óleo diesel não-aditivado, gás natural veicular (GNV) e GLP, produtos que são pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% municípios brasileiros, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP Nº 202, de 15/8/00. Os resultados das pesquisas são disponibilizados semanalmente à sociedade, possibilitando ao consumidor conhecimento dos preços praticados no mercado e melhor opção de compra. Essas pesquisas destinam-se também a orientar a ANP na identificação de indícios de infrações à ordem econômica, como alinhamento de preços e formação de cartel, que são comunicadas à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgãos do Ministério da Justiça, integrantes do Sistema de Defesa da Ordem Econômica responsáveis pela investigação e a aplicação das penalidades previstas em lei para esses tipos de infrações.

A tabela 19 mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de revenda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2005.

Tabela 19- Evolução da Coleta de Preços

Ano	Pontos de revenda Pesquisados	
	combustíveis automotivos	GLP
2000	73.951	
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967
2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013

Fonte: SQP

O acompanhamento diário das cotações internacionais do petróleo e seus principais derivados nos mercados internacionais continuou sendo realizado ao longo do ano, baseado em informações do sistema *Standard & Poors - Platt's*, da bolsa de mercadorias de Londres e Nova York, além das cotações da cesta da Organização dos Países Exportadores

de Petróleo (OPEP). Essas análises são de circulação interna. Além disso, são também desenvolvidos estudos comparativos de preços e margens.

3.12. DA FISCALIZAÇÃO

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) tem como atribuição a fiscalização dos agentes do setor de abastecimento quanto à autorização para funcionamento, à adequação de instalações, à qualidade do produto ofertado e à regularidade do fluxo comercial de distribuição e revenda de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível carburante, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gás natural veicular (GNV).

Atualmente, a área de atuação da SFI compreende cerca de 120.000 agentes econômicos espalhados por todo o território nacional.

Tabela 20 - Mercado Alvo da Ação da Fiscalização

Agentes do Abastecimento - 2005	Total
<i>Distribuidoras de Combustíveis Líquidos</i>	<i>276 (143 em operação)</i>
<i>Revendedores de Combustíveis</i>	<i>35.357</i>
<i>Revendedores de GLP</i>	<i>75.000</i>
<i>Distribuidoras de GLP</i>	<i>20</i>
<i>Agentes do Setor de Solventes</i>	<i>95</i>
<i>Distribuidoras de Asfalto</i>	<i>30</i>
<i>Agentes do Setor de Lubrificantes</i>	<i>163</i>
<i>Revendedores de GLP 297/2003</i>	<i>4.157</i>
<i>Importadores e Exportadores (Gasolina e Diesel)</i>	<i>114</i>
<i>Importadores e Exportadores (Outros Derivados)</i>	<i>145</i>
<i>Transportadores-Revendedores-Retalhistas</i>	<i>598</i>

Fonte: SFI

Em 2005 a SFI continuou sendo desafiada principalmente pela grande disparidade entre o número reduzido de servidores disponíveis (sobretudo de fiscais, que passaram de 53 para 49) e o número de agentes econômicos que constituem o mercado alvo de fiscalização. Por outro lado, restrições de ordem orçamentária dificultaram a implementação de tecnologias mais avançadas e melhoria significativa nas condições materiais de trabalho.

O programa de trabalho desenvolvido em 2005 seguiu quatro diretrizes básicas:

- redução dos índices de não-conformidade dos combustíveis comercializados no País mediante intensificação das ações fiscalizadoras principalmente dirigidas as áreas críticas do território nacional;
- maior visibilidade do papel institucional e do funcionamento da própria Superintendência perante entidades públicas, agentes de mercado de abastecimento de combustíveis e da sociedade como um todo;
- efetividade em todo o processo de fiscalização acelerando as resoluções de processos administrativos;
- melhor utilização de convênios e parcerias no sentido de promover um número maior de fiscalização em todos os estados da Federação.

Tabela 21 - Histórico das Ações da Fiscalização

Ano	Ação	Autuação	Interdição	Aut. Qual.
1999	10.022	2.385	514	383
2000	15.672	4.614	604	603
2001	16.042	5.308	713	1.091
2002	22.374	7.196	1.122	1.795
2003	26.087	8.583	1.302	1.472
2004	24.946	7.824	1.667	1.157
2005	14.200	4.017	636	1.043

Fonte: SFI

A estratégia adotada de se intensificar as ações de fiscalização nos estados onde foram detectados os maiores índices de desvio da qualidade do combustível, otimizou recursos e produziu como resultado a retirada do mercado de percentual considerável de produto fora das especificações regulamentadas. Tal estratégia, incluindo a realização de operações especiais de maior complexidade, buscou compensar o ainda reduzido número de fiscais e de demais servidores necessários ao exercício das atividades compreendidas em todo o processo de fiscalização, desde o planejamento das ações até o julgamento dos processos administrativos decorrentes de autuações efetuadas. Apesar do número de fiscalizações ter sido inferior ao de 2004, graças ao direcionamento das operações, dobrou-se a incidência de ações, autuações e interdições nos mercados problemáticos como São Paulo e Rio de Janeiro. Conseqüentemente, a média dos índices de não-conformidade regrediu em todo o Brasil e, além disso, o volume de combustíveis fora das especificações da ANP retirado do mercado em 2005 ultrapassou o do ano passado em 119%.

Tabela 22 - Histórico das Ações por Convênio

<i>Fiscalizações</i>	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Total CBM	2.213	6.217	365
M. Público	2.381	1.917	851
<i>Total Sefaz</i>	350	243	134
Total Convênio	4.944	8.377	1.350
Total ANP	21.386	16.569	12.850
Total Final	26.330	24.946	14.200

Fonte: SFI

As ações de fiscalização efetuadas através de parcerias integrando a ANP a outros órgãos públicos, sobretudo por convênios de cooperação técnica e operacional, seguiram a estratégia de buscar dinamizar ações coordenadas. Assim, celebraram-se pela primeira vez convênios com os estados de São Paulo, por meio da sua Secretaria de Fazenda, e com os municípios de São Paulo e de Salvador e renovaram-se os convênios com as Secretarias de Fazenda de Mato Grosso e Ceará. Além disso, foi aprovado um Termo de Convênio de Cessão de Espaço, negociado com a Prefeitura de Paulínia, que permitirá a criação de um escritório de apoio à fiscalização da ANP. Quanto aos convênios com os Corpos de Bombeiro, a restrição orçamentária ocorrida no primeiro semestre de 2005 dificultou significativamente a renovação de parcerias e concorreu para a diminuição do número de ações, uma vez que implicavam repasse de recursos financeiros da ANP. Ainda assim, foi assinado convênio com o CBM de Mato Grosso do Sul e estão em fase de assinaturas os convênios com os CBM de Goiás e Ceará.

Tabela 23- Processos Julgados e Multas

	2001	2002	2003	2004	2005
Processos Julgados	1.786	6405	5463	5161	7.713
<i>Multas Recebidas</i>	687.993,73	5.806.978,37	4.968.371,99	6.712.350,23	10.567.051,49
Multas Vencidas Acumuladas	12.233.905,55	24.207.807,80	49.414.866,64	47.816.169,02	155.091.928,49

Fonte: SFI

Com o fito de fortalecer a credibilidade do mercado no poder coercitivo da ANP, implicando sustentabilidade às ações de fiscalização, a SFI concentrou esforços para a celeridade na resolução dos Processos Administrativos, possibilitando sua execução até a cobrança das multas e diminuindo significativamente o estoque de processos acumulados nos anos anteriores, inclusive aqueles herdados ainda do extinto Departamento Nacional de Combustíveis (DNC). Diante de um passivo de cerca de 16 mil processos, além dos já instaurados em 2005, estabeleceu-se uma nova estratégia, com novas metas. Passou-se de 600 para 800 decisões mensais e o número de despachos aumentou de 300 para 1300, em alguns meses. Em 2005, diminuiu-se o tempo de julgamento dos processos, que podiam durar de três a quatro anos a partir do auto de infração. Eles passaram a ser julgados num prazo que varia entre de 90 a 150 dias. A meta de 2005 foi alcançada na medida em que todos os processos antigos (1999 a 2003) receberam primeiro despacho, contando o setor com 6 mil processos prontos para decisão. Com mais um novo julgador, a SFI conseguiu aumentar o número de julgamentos, maior arrecadação de multas e redução no passivo até então existente. Foram julgados até novembro de 2005 6.110 processos. Até o mesmo período de 2004, havia 5.161 processos julgados. Resta como desafio para 2006 finalizar o resíduo de 2004.

Imagem da SFI

Em 2005, foi cumprida, com a participação do próprio Superintendente de Fiscalização, uma extensa agenda de audiências, palestras, seminários, encontros e debates com representantes de órgãos públicos e de segmentos do mercado de abastecimento de todo o País. Eles objetivaram a aproximação requerida na busca compartilhada de soluções para a implementação de práticas adequadas à comercialização regular e ao combate a crimes cometidos contra o interesse público. A incisiva divulgação da SFI das perspectivas de desempenho adequado - considerando os fatores favoráveis, os negativos, os riscos enfrentados e a disposição demonstrada para o debate e a formação de uma rede de órgãos públicos em defesa dos interesses do cidadão - contribuíram para a imagem positiva da ação fiscalizadora da ANP, por meio da SFI.

Pontos Positivos

Dentre os pontos positivos a serem destacados em 2005 podemos incluir também os seguintes:

- a rapidez no julgamento dos processos teve como consequência um aumento significativo dos valores recebidos a título de multa e trouxe uma maior credibilidade no merca-

do do trabalho de fiscalização realizado pela superintendência de Fiscalização do Abastecimento;

- a admissão de novos servidores concursados em termos não somente quantitativos, mas também qualitativos, contribuirá para significativa melhora na estrutura de pessoal para o cumprimento da missão institucional da Agência;
- a participação de técnicos da SFI em grupo de trabalho na ANP para elaboração de sugestões ao Código Brasileiro de Combustíveis e em grupos integrados por outras superintendências para elaboração de regulamentação pertinente ao *downstream*;
- a realização de seminários voltados para o público interno contribuiu em primeiro momento para o maior conhecimento das atividades desenvolvidas pelos diversos segmentos da própria SFI e, em seguida, para a interação com as equipes de outras superintendências do *downstream* e da Procuradoria Geral;
- a contratação de nova empresa para serviços de transporte para a equipe de fiscalização foi fator crucial que melhorou o apoio logístico às ações de fiscalização em campo, em todo o território nacional. A empresa contratada a partir de setembro sanou os problemas existentes com a empresa anterior, o que garantiu rapidez e disponibilidade imediata de veículos e motoristas para servir às operações e vem garantindo, até o momento, a segurança necessária a este tipo de apoio.

Pontos Críticos

As restrições orçamentárias e os recursos humanos insuficientes são pontos críticos que afetaram a significativamente as ações de fiscalização, assim como outras áreas de atuação da Agência.

Os seguintes problemas também afetaram a atuação da SFI no Ano de 2005:

- falta de solução definitiva da situação funcional dos fiscais (criação do Quadro Especial) gerou uma greve trabalhista que acarretou um atraso no cumprimento das fiscalizações.
- deficiente sistema integrado de informação e geração de dados que dificulta o fluxo de trabalho.
- insuficiência de equipamentos de telefonia e informática – telefones fixos, celulares, computadores, impressoras e *notebooks* - tanto para os novos servidores, quanto para

os fiscais que atuam externamente e não possuem meio eletrônico de trabalho em campo, o que retarda enormemente os procedimentos operacionais de fiscalização.

3.13. DO CENTRO DE RELAÇÕES COM O CONSUMIDOR

O atendimento ao cidadão é o principal foco das atividades do Centro de Relações com o Consumidor (CRC). Por meio de uma central de atendimento terceirizada, constituída por dois canais de comunicação – telefônico (0800 900 267) e correio eletrônico (Fale com a ANP, disponível no sítio da Agência na *internet*) – são registradas demandas de agentes econômicos, consumidores, órgãos da administração pública, de proteção dos interesses e defesa dos direitos do consumidor, entre outros. Todas as manifestações são classificadas de acordo com o teor da demanda e a necessidade do manifestante: pedidos de informação, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e agradecimentos.

No ano de 2005 o CRC passou por grandes e importantes mudanças visando melhoria na qualidade do atendimento prestado:

- no final de maio, a central de atendimento que funcionava em São Paulo foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro, na procura pela maior integração com as unidades da ANP;
- o horário de atendimento foi ampliado em duas horas, passando de 8 às 18 horas. (10 horas diárias) para 8 às 20 horas (12 horas diárias).

Com a manutenção da tendência de crescimento anual e também devido ao aumento do horário de funcionamento, em 2005 houve um aumento de 11,8 % no total de manifestações recebidas pelo CRC, como se pode verificar na tabela a seguir:

Tabela 24 - Total de Manifestações Atendidas pelo CRC

Canal de Comunicação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Telefone – Central de Atendimento 0800	28.575	47.876	46.972	51.612	52.564	57.101
Correio Eletrônico – Fale com a ANP	2.103	4.749	4.950	7.207	8.334	10.990
TOTAL	30.678	52.625	51.922	58.819	60.898	68.091

Fonte: CRC

Analisando separadamente cada canal de comunicação, observa-se que enquanto o meio telefônico teve um crescimento de 8,6% sobre o total do ano anterior. No canal eletrônico (Fale com a ANP) esse crescimento foi de 31,9%. O aumento significativo das nas demandas recebidas pelo Fale com a ANP reflete a maior utilização da *internet*, pelo cidadão, especificamente o sítio da ANP, além da intensificação da Agência na busca da melhoria da qualidade do serviço prestado por esse canal.

O perfil das manifestações manteve-se bastante similar ao dos anos anteriores, o que pode ser verificado pela distribuição dessas manifestações na tabela a seguir:

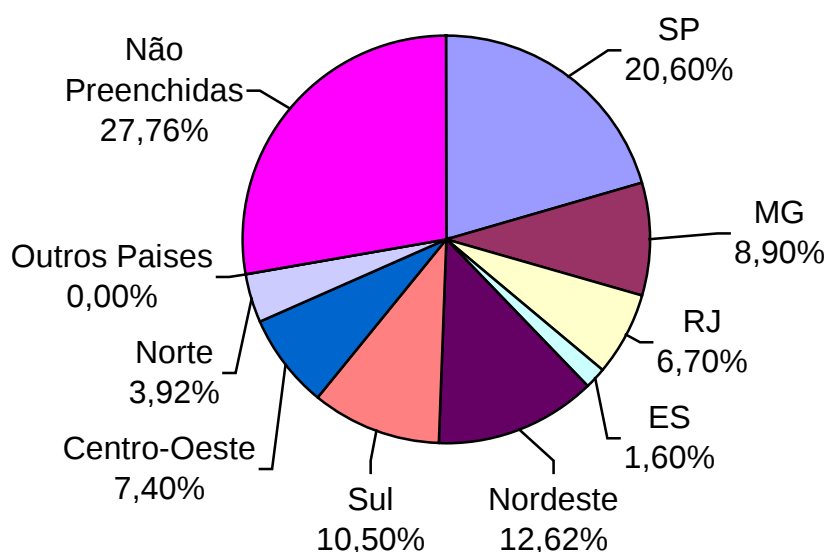
Tabela 25 - Perfis de Manifestações Atendidas pelo CRC

Perfil da Manifestação	Percentual
Pedidos de Informação	81,6%
Denúncias/ Reclamações	18,1%
Sugestões	0,2%
Elogios/ Agradecimentos	0,1%

Fonte: CRC

A distribuição geográfica das manifestações registradas na central de atendimento indica a participação dos cidadãos de cada unidade da Federação no uso dos serviços telefônico (0800) e correio eletrônico (Fale com a ANP). Devido à própria natureza do canal de comunicação, através do Fale com a ANP também são recebidas mensagens de outros países. O gráfico a seguir apresenta os dados apurados em 2005:

Gráfico 26 – Distribuição Geográfica das Manifestações do CRC



Fonte: CRC.

* As manifestações "Não Preenchidas" são referentes aos manifestantes Anônimos, ou seja, aqueles que preferem não fornecer os seus dados

Considerando os perfis do público que utiliza o serviço do CRC, quem mais interagiu com a ANP em 2005 foram os agentes econômicos, que representaram 39,7% dos contatos. Com uma diferença de pouco mais de um ponto percentual, vêm os consumidores e órgãos públicos ou privados que os representam, responsáveis por 38,1% dos contatos.

Como a central de atendimento é operada por empresa terceirizada, o Centro de Relações com o Consumidor avalia periodicamente a qualidade do serviço, nesse sentido usando pesquisas periódicas de avaliação da satisfação do consumidor com o serviço recebido. Em dezembro de 2005, foram realizadas duas pesquisas: uma com os usuários do atendimento telefônico (7ª pesquisa realizada desde 2002) e outra com os usuários do Fale com a ANP (3ª pesquisa realizada desde 2004), cujos resultados podem ser conferidos na tabela a seguir:

Tabela 26 - Avaliação Global da Qualidade do Atendimento da ANP ao Cidadão
Atendimento Telefônico – 0800 900 267

Pesquisa	Ótimo/ Bom	Ruim/ Péssimo	Não sabe/ Não respondeu
Junho/ 2002	94,9%	4,5%	0,6%
Dezembro/ 2002	90,0%	7,1%	2,9%
Junho/ 2003	94,7%	5,3%	-
Dezembro/ 2003	96,6%	3,4%	-
Junho/ 2004	95,3%	4,7%	-
Dezembro/ 2004	96,4%	3,6%	-
Dezembro/ 2005	95,3%	4,7%	-

Fonte: CRC

Tabela 27 - Avaliação Global da Qualidade do Atendimento da ANP ao Cidadão
Atendimento por Correio Eletrônico

Pesquisa	Ótimo/ Bom	Ruim/ Péssimo	Não sabe/ Não respondeu
Agosto/ 2004	73,0%	1,9%	5,1%
Dezembro/ 2004	76,7%	22,4%	0,9%
Dezembro/ 2005	78,8%	18,3%	2,9%

Fonte: CRC

No ano de 2005, o índice de aprovação dos usuários do atendimento telefônico (conceitos ótimo e bom) teve uma pequena queda de 1,1% em relação à última pesquisa realizada em 2004. No entanto manteve-se acima dos 95%, que é meta do serviço.

Quando se verificam os dados apontados nas pesquisas realizadas com os usuários do atendimento por meio de correio eletrônico (Fale com a ANP), nota-se que esse público possui um perfil diferenciado e bem mais exigente em relação àquele que o faz por meio da central de atendimento telefônico. Como o atendimento por ambos os canais seguem o mesmo padrão, sendo realizados de acordo com os mesmos parâmetros e procedimentos, o CRC acredita que os índices de aprovação menores entre os usuários do Fale com a ANP indicam que estes possuem um grau de expectativa maior em relação aos serviços prestados pela agência.

A partir dessa constatação, foram desenvolvidas medidas que contribuíssem para o aprimoramento do atendimento realizado pelo Fale com a ANP, quanto ao preparo dos atendentes e disponibilização de mais informações e ferramentas de trabalho. A partir de pesquisa de satisfação realizada em 2005, verifica-se que o Centro conseguiu elevar esse índice de satisfação, que aumentou 5,9%, chegando a 81,2% de manifestantes que consideraram o atendimento ótimo ou bom.

O Centro de Relações com o Consumidor envia mensalmente, em nome da ANP, uma carta de agradecimento pelo contato realizado com a Agência e com informações das principais ações e os resultados alcançados no combate a adulteração de combustíveis. Durante o ano de 2005, foram enviadas 34.462 dessas cartas, totalizando 117.892 correspondências encaminhadas desde 2002, ano em que esta ação teve início.

A nova empresa operadora de serviço da central de atendimento, que venceu a licitação em novembro de 2004, começou suas atividades da nova central no final de maio de 2005, data a partir da qual iniciou-se a operação com novo horário de atendimento.

3.14. DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA

A atribuição da ANP na defesa da ordem econômica está definida no art. 10 da Lei nº 9.478, de 1997, que determina que a Agência, no exercício de suas atribuições, comunique à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei nº 8.884, de 1994, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelece mecanismos que visam a uma maior celeridade nos procedimentos de prevenção e de repressão de infrações da ordem econômica no setor de petróleo, seus derivados e gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e um novo está sendo negociado pelas partes.

Os acordos de cooperação técnica já firmados entre a ANP e os órgãos de defesa da concorrência estão em consonância com o art. 15 do Projeto de Lei nº 3.337/04, em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto prevê que os órgãos de defesa da concorrência e as agências reguladoras “devem atuar em estreita cooperação, privilegiando a troca de

experiências”, com vistas à promoção da concorrência e à eficácia na implementação da legislação de defesa da concorrência nos mercados regulados.

Dessa forma, a área de defesa da concorrência na ANP, por meio da atuação da CDC, abrange dois aspectos: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado; e a repressão de condutas anticoncorrenciais. A atuação da Agência no que tange à primeira vertente consiste em emitir, quando solicitada pela SDE, pareceres econômicos acerca das operações de fusão e aquisição de empresas submetidas à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), pela SDE e pelo CADE.

Desde 2002, por intermédio da Coordenadoria de Defesa da Concorrência, a Agência disponibiliza os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, álcool hidratado e GLP, no seu sítio na Internet. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para GNV e óleo diesel. O relatório analisa o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Anualmente, são também disponibilizados relatórios que analisam a trajetória dos preços desses combustíveis.

A Coordenadoria também elabora estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONS e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anticompetitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis. As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Nos casos em que há elementos para caracterizar indícios de infração contra a ordem econômica, os estudos são também

enviados à SDE e ao CADE, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884/94, conforme prevê o art. 10 da Lei do Petróleo.

A tabela a seguir compara em números os processos e atendimentos realizados pela Agência nos últimos quatro anos, no campo da defesa da concorrência.

Tabela 28 – Processos e Atendimentos Realizados no Campo da Defesa da Concorrência 2002- 2005

Descrição	2002	2003	2004	2005
Pareceres SDE ¹⁹	10	3	13	3
Notas Técnicas ²⁰	81	90	80	71
Ofícios	195	157	146	112
Relatórios de Acompanhamento de Mercado ²¹	27	44	60	60

Fonte: CDC

Em 2005, a Coordenadoria participou dos seguintes Grupos de Trabalho:

- Mercado Aberto de Combustíveis: CDC e Superintendência de Abastecimento - SAB;
- A Contribuição Tributária Do Setor de Óleo e Gás: Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP e Associação Nacional de Pós Graduação em Economia - ANPEC.

As participações nesses grupos de trabalho atendem à atribuição da Coordenadoria no que se refere à cooperação com as diversas Superintendências e unidades da ANP para desenvolver atividades relacionadas com a defesa da concorrência. A CDC pode orientar propostas para novas regulamentações com o intuito de compatibilizar os critérios da regulação setorial com o objetivo de promoção da competição nos diversos mercados da indústria de petróleo, seus derivados e gás natural.

¹⁹ Referem-se a Atos de Concentração

²⁰ Referem-se a estudos de práticas anticompetitivas.

²¹ Os Relatórios referem-se a análises do comportamento dos preços de gasolina comum, álcool hidratado, óleo diesel, GLP e GNV.

ANEXO 1 - VALORES DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL CREDITADOS EM 2005²²

TABELA A – ROYALTIES CREDITADOS AOS ESTADOS

ESTADO	UF	Em R\$ ACUMULADO
ALAGOAS	AL	34.824.135,24
AMAZONAS	AM	143.045.522,15
BAHIA	BA	148.110.842,26
CEARA	CE	13.950.026,37
ESPIRITO SANTO	ES	57.283.546,37
PARANA	PR	8.687.952,91
RIO DE JANEIRO	RJ	1.318.598.335,87
RIO GRANDE DO NORTE	RN	181.023.305,03
SAO PAULO	SP	4.147.896,64
SERGIPE	SE	74.657.859,01
TOTAL		1.984.329.421,85

TABELA B – ROYALTIES CREDITADOS AOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	UF	Em R\$ ACUMULADO
ANADIA-AL	AL	9.432,36
ATALAIA-AL	AL	12.183,48
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	8.253,32
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	7.860,29
BOCA DA MATA-AL	AL	10.611,42
BRANQUINHA-AL	AL	8.253,32
CAJUEIRO-AL	AL	9.825,41
CAMPESTRE-AL	AL	7.860,29
CAMPO ALEGRE-AL	AL	12.183,48
CAPELA-AL	AL	9.825,41
CHA PRETA-AL	AL	7.860,29
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	9.432,36
COQUEIRO SECO-AL	AL	25.556,57

²² Fonte: Superintendência de Participações Governamentais

CORURIBE-AL	AL	14.407.015,61
FELIZ DESERTO-AL	AL	676.302,95
FLEXEIRAS-AL	AL	8.253,32
IBATEGUARA-AL	AL	9.039,35
IGREJA NOVA-AL	AL	10.218,39
JACUIPE-AL	AL	7.860,29
JAPARATINGA-AL	AL	7.860,29
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	47.674,01
JOAQUIM GOMES-AL	AL	10.218,39
JUNDIA-AL	AL	7.860,29
JUNQUEIRO-AL	AL	10.218,39
MACEIO-AL	AL	1.233.779,00
MARAGOGI-AL	AL	10.218,39
MARECHAL DEODORO-AL	AL	3.115.152,52
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	10.611,42
MESSIAS-AL	AL	8.253,32
MURICI-AL	AL	10.611,42
NOVO LINO-AL	AL	8.253,32
PARIPUEIRA-AL	AL	102.248,00
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	8.646,35
PENEDO-AL	AL	12.969,53
PIACABUCU-AL	AL	9.432,36
PILAR-AL	AL	4.050.416,31
PINDOBA-AL	AL	7.860,29
PORTO CALVO-AL	AL	10.218,39
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	8.253,32
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	9.825,41
RIO LARGO-AL	AL	228.083,94
ROTEIRO-AL	AL	11.033,08
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	7.860,29
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	8.253,32
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	10.218,39
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	11.004,44
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	4.427.422,95
SAO MIGUEL DOS MILAGRES- AL	AL	7.860,29

SATUBA-AL	AL	560.640,69
TEOTONIO VILELA-AL	AL	11.790,47
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	12.969,53
VICOSA-AL	AL	10.611,42
TOTAL - AL		29.266.157,44
ANAMA-AM	AM	27.619,01
ANORI-AM	AM	27.619,01
AUTAZES-AM	AM	70.868,84
BERURI-AM	AM	27.619,01
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	70.868,84
CAREIRO-AM	AM	27.619,01
COARI-AM	AM	46.608.715,17
CODAJAS-AM	AM	27.619,01
IRANDUBA-AM	AM	70.868,84
ITACOATIARA-AM	AM	70.868,84
ITAPIRANGA-AM	AM	70.868,84
MANACAPURU-AM	AM	27.619,01
MANAQUIRI-AM	AM	27.619,01
MANAUS-AM	AM	11.012.051,93
PARINTINS-AM	AM	70.868,84
SILVES-AM	AM	70.868,84
URUCARA-AM	AM	70.868,84
URUCURITUBA-AM	AM	70.868,84
TOTAL - AM		58.451.919,73
LARANJAL DO JARI-AP	AP	70.868,84
MACAPA-AP	AP	70.868,84
MAZAGAO-AP	AP	70.868,84
TOTAL - AP		212.606,52
ACAJUTIBA-BA	BA	1.000,65
ADUSTINA-BA	BA	1.000,65
AGUA FRIA-BA	BA	1.000,65
AIQUARA-BA	BA	870,11
ALAGOINHAS-BA	BA	4.831.915,23
AMARGOSA-BA	BA	1.218,21
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.174,66
ANAGE-BA	BA	1.218,21

ANGUERA-BA	BA	870,11
ANTAS-BA	BA	1.000,65
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	913,64
APORA-BA	BA	1.044,15
APUAREMA-BA	BA	870,11
ARACAS-BA	BA	3.893.629,56
ARACI-BA	BA	1.348,71
ARAMARI-BA	BA	870,11
ARATUIPE-BA	BA	870,11
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.131,16
BANZAE-BA	BA	913,64
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.348,71
BARROCAS-BA	BA	957,14
BELO CAMPO-BA	BA	1.044,15
BIRITINGA-BA	BA	9.335,59
BOA NOVA-BA	BA	1.131,16
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	1.087,66
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	913,64
BREJOES-BA	BA	1.000,65
CAATIBA-BA	BA	1.000,65
CABACEIRAS DO PARAGUACU- BA	BA	1.000,65
CACHOEIRA-BA	BA	1.218,21
CAEM-BA	BA	957,14
CAETANOS-BA	BA	957,14
CAMACARI-BA	BA	8.600,06
CANDEAL-BA	BA	913,64
CANDEIAS-BA	BA	5.749.228,85
CANDIDO SALES-BA	BA	1.218,21
CANSANCAO-BA	BA	1.218,21
CANUDOS-BA	BA	957,14
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	913,64
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.131,16
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	2.132.105,53
CASTRO ALVES-BA	BA	1.174,66
CATU-BA	BA	3.842.806,97

CICERO DANTAS-BA	BA	1.218,21
CIPO-BA	BA	1.000,65
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	1.044,15
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	1.087,66
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.435,73
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.174,66
CONDE-BA	BA	2.420,59
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.131,16
CORONEL JOAO SA-BA	BA	1.087,66
CRAVOLANDIA-BA	BA	870,11
CRISOPOLIS-BA	BA	1.087,66
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.392,22
DARIO MEIRA-BA	BA	1.000,65
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.374,06
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	870,11
ELISIO MEDRADO-BA	BA	870,11
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.261,69
ENTRE RIOS-BA	BA	4.673.896,66
ESPLANADA-BA	BA	8.338.768,73
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.392,22
FATIMA-BA	BA	1.087,66
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	1.740,28
GAVIAO-BA	BA	870,11
GLORIA-BA	BA	1.000,65
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	1.044,15
HELIOPOLIS-BA	BA	957,14
IACU-BA	BA	1.218,21
IBIQUERA-BA	BA	870,11
ICHU-BA	BA	870,11
INHAMBUPE-BA	BA	23.909,95
IPECAETA-BA	BA	1.087,66
IPIRA-BA	BA	1.435,73
IRAJUBA-BA	BA	870,11
IRARA-BA	BA	1.174,66
ITABERABA-BA	BA	1.435,73

ITAGI-BA	BA	1.000,65
ITAMBE-BA	BA	1.218,21
ITANAGRA-BA	BA	1.215.811,60
ITAPARICA-BA	BA	1.762.149,22
ITAPETINGA-BA	BA	1.435,73
ITAPICURU-BA	BA	1.174,66
ITAQUARA-BA	BA	870,11
ITARANTIM-BA	BA	1.044,15
ITATIM-BA	BA	957,14
ITIRUCU-BA	BA	957,14
ITIUBA-BA	BA	1.261,69
JACOBINA-BA	BA	1.522,75
JAGUAQUARA-BA	BA	1.348,71
JAGUARIBE-BA	BA	957,14
JANDAIRA-BA	BA	913,64
JEQUIE-BA	BA	1.740,28
JEREMOABO-BA	BA	1.261,69
JIQUEIRICA-BA	BA	957,14
JITAUNA-BA	BA	1.131,16
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	870,11
LAJE-BA	BA	1.087,66
LAJEDINHO-BA	BA	870,11
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	870,11
LAMARAO-BA	BA	870,11
LAURO DE FREITAS-BA	BA	1.653,28
MACAJUBA-BA	BA	913,64
MACARANI-BA	BA	1.000,65
MADRE DE DEUS-BA	BA	21.988.782,69
MAIQUINIQUE-BA	BA	870,11
MAIRI-BA	BA	1.131,16
MANOEL VITORINO-BA	BA	1.044,15
MARACAS-BA	BA	1.218,21
MARAGOGIPE-BA	BA	1.348,71
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	913,64
MATA DE SÃO JOAO-BA	BA	2.845.814,75
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.218,21

MILAGRES-BA	BA	957,14
MIRANTE-BA	BA	957,14
MONTE SANTO-BA	BA	1.392,22
MUNDO NOVO-BA	BA	1.131,16
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	870,11
MURITIBA-BA	BA	1.218,21
MUTUIPE-BA	BA	1.131,16
NAZARE-BA	BA	1.174,66
NORDESTINA-BA	BA	913,64
NOVA CANAA-BA	BA	1.000,65
NOVA FATIMA-BA	BA	870,11
NOVA ITARANA-BA	BA	870,11
NOVA SOURE-BA	BA	1.174,66
NOVO TRIUNFO-BA	BA	957,14
OLINDINA-BA	BA	1.131,16
OURICANGAS-BA	BA	870,11
OUROLANDIA-BA	BA	1.000,65
PARIPIRANGA-BA	BA	1.174,66
PAULO AFONSO-BA	BA	1.609,78
PE DE SERRA-BA	BA	957,14
PEDRAO-BA	BA	870,11
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	1.044,15
PINTADAS-BA	BA	913,64
PIRITIBA-BA	BA	1.087,66
PLANALTINO-BA	BA	870,11
PLANALTO-BA	BA	1.131,16
POCOES-BA	BA	1.348,71
POJUCA-BA	BA	14.101.422,67
QUEIMADAS-BA	BA	1.174,66
QUIJINGUE-BA	BA	1.174,66
QUIXABEIRA-BA	BA	870,11
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.131,16
RETIROLANDIA-BA	BA	913,64
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.218,21
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	957,14
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.348,71

RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	1.000,65
RIO REAL-BA	BA	1.261,69
RUY BARBOSA-BA	BA	1.218,21
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	1.757.333,11
SALVADOR-BA	BA	1.780.209,65
SANTA BARBARA-BA	BA	1.044,15
SANTA BRIGIDA-BA	BA	1.044,15
SANTA INES-BA	BA	913,64
SANTA TERESINHA-BA	BA	870,11
SANTALUZ-BA	BA	1.218,21
SANTANOPOLIS-BA	BA	870,11
SANTO AMARO-BA	BA	1.771.781,46
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	1.522,75
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.348,71
SAO DOMINGOS-BA	BA	870,11
SAO FELIPE-BA	BA	1.131,16
SAO FELIX-BA	BA	957,14
SAO FRANCISCO DO CONDE- BA	BA	16.674.315,67
SAO GONCALO DOS CAMPOS- BA	BA	1.174,66
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	870,11
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	913,64
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	5.430.881,10
SAPEACU-BA	BA	1.044,15
SATIRO DIAS-BA	BA	294.159,87
SAUBARA-BA	BA	1.757.333,11
SERRA PRETA-BA	BA	1.044,15
SERRINHA-BA	BA	1.479,24
SERROLANDIA-BA	BA	957,14
SIMOES FILHO-BA	BA	1.029.206,48
SITIO DO QUINTO-BA	BA	1.044,15
TANQUINHO-BA	BA	870,11
TAPIRAMUTA-BA	BA	1.044,15
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	870,11
TEOFILANDIA-BA	BA	1.131,16

TERRA NOVA-BA	BA	1.862,48
TUCANO-BA	BA	1.392,22
UAUA-BA	BA	1.174,66
UBAIRA-BA	BA	1.131,16
VALENTE-BA	BA	1.087,66
VARZEA DA ROCA-BA	BA	957,14
VARZEA DO POCO-BA	BA	870,11
VARZEA NOVA-BA	BA	1.000,65
VARZEDO-BA	BA	870,11
VERA CRUZ-BA	BA	1.218,21
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	1.740,28
TOTAL - BA		106.102.304,74
ACARAU-CE	CE	36.839,34
ALCANTARAS-CE	CE	23.024,55
AMONTADA-CE	CE	1.803.591,97
APUIARES-CE	CE	25.327,04
AQUIRAZ-CE	CE	55.656,82
ARACATI-CE	CE	6.689.748,47
ARARENDA-CE	CE	24.175,79
BARROQUINHA-CE	CE	25.327,04
BELA CRUZ-CE	CE	32.234,43
CAMOCIM-CE	CE	36.839,34
CANINDE-CE	CE	39.141,80
CARIDADE-CE	CE	26.478,27
CARIRE-CE	CE	28.780,71
CARNAUBAL-CE	CE	26.478,27
CATUNDA-CE	CE	23.024,55
CAUCAIA-CE	CE	55.656,82
CHAVAL-CE	CE	25.327,04
COREAU-CE	CE	28.780,71
CRATEUS-CE	CE	39.141,80
CROATA-CE	CE	27.629,50
CRUZ-CE	CE	28.780,71
FORQUILHA-CE	CE	27.629,50
FORTALEZA-CE	CE	4.012.693,47
FRECHEIRINHA-CE	CE	24.175,79

GENERAL SAMPAIO-CE	CE	23.024,55
GRACA-CE	CE	26.478,27
GRANJA-CE	CE	36.839,34
GROAIRAS-CE	CE	23.024,55
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	33.385,66
HIDROLANDIA-CE	CE	27.629,50
IBIAPINA-CE	CE	29.931,95
ICAPUI-CE	CE	1.256.145,57
INDEPENDENCIA-CE	CE	31.083,19
IPAPORANGA-CE	CE	24.175,79
IPU-CE	CE	34.536,88
IPUEIRAS-CE	CE	34.536,88
IRAUCUBA-CE	CE	28.780,71
ITAPAGE-CE	CE	35.688,11
ITAPIPOCA-CE	CE	1.831.692,90
ITAREMA-CE	CE	1.333.232,07
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	25.327,04
MARCO-CE	CE	29.931,95
MARTINOPOLE-CE	CE	23.024,55
MASSAPE-CE	CE	32.234,43
MERUOCA-CE	CE	24.175,79
MIRAIMA-CE	CE	24.175,79
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	27.629,50
MORAUJO-CE	CE	23.024,55
MORRINHOS-CE	CE	27.629,50
MUCAMBO-CE	CE	25.327,04
NOVA RUSSAS-CE	CE	32.234,43
NOVO ORIENTE-CE	CE	31.083,19
PACUJA-CE	CE	23.024,55
PARACURU-CE	CE	2.053.524,32
PARAIPABA-CE	CE	74.763,88
PARAMOTI-CE	CE	24.175,79
PENTECOSTE-CE	CE	33.385,66
PIRES FERREIRA-CE	CE	23.024,55
PORANGA-CE	CE	24.175,79
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	28.780,71

RERIUTABA-CE	CE	29.931,95
SANTA QUITERIA-CE	CE	35.688,11
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	31.083,19
SAO BENEDITO-CE	CE	34.536,88
SAO GONCALO DO AMARATE-	CE	33.385,66
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	24.175,79
SENADOR AS-CE	CE	23.024,55
SOBRAL-CE	CE	46.049,18
TAMBORIL-CE	CE	31.083,19
TEJUCUOCA-CE	CE	25.327,04
TIANGUA-CE	CE	37.990,57
TRAIRI-CE	CE	1.943.236,83
TURURU-CE	CE	24.175,79
UBAJARA-CE	CE	31.083,19
UMIRIM-CE	CE	27.629,50
URUBURETAMA-CE	CE	27.629,50
URUOCA-CE	CE	24.175,79
VARJOTA-CE	CE	27.629,50
VICOSA DO CEARA-CE	CE	35.688,11
TOTAL - CE		23.080.846,98
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	50.705,71
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	38.466,38
AGUIA BRANCA-ES	ES	34.969,43
ALEGRE-ES	ES	48.957,25
ALFREDO CHAVES-ES	ES	38.466,38
ALTO RIO NOVO-ES	ES	34.969,43
ANCHIETA-ES	ES	578.753,22
APIACA-ES	ES	34.969,43
ARACRUZ-ES	ES	6.335.329,83
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	34.969,43
BAIXO GUANDU-ES	ES	47.208,77
BARRA DE SAO FRANCISCO-		
ES	ES	52.454,20
BOA ESPERANCA-ES	ES	38.466,38
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	34.969,43
BREJETUBA-ES	ES	36.717,93

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-		
ES	ES	69.938,94
CARIACICA-ES	ES	47.806,97
CASTELO-ES	ES	50.705,71
COLATINA-ES	ES	64.735,02
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	1.127.417,05
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	36.717,93
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	34.969,43
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	48.957,25
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	34.969,43
ECOPORANGA-ES	ES	45.460,28
FUNDAO-ES	ES	38.466,38
GOVERNADOR LINDENBERG-		
ES	ES	34.969,43
GUACUI-ES	ES	47.208,77
GUARAPARI-ES	ES	62.945,04
IBATIBA-ES	ES	43.711,81
IBIRACU-ES	ES	36.717,93
IBITIRAMA-ES	ES	34.969,43
ICONHA-ES	ES	36.717,93
IRUPI-ES	ES	36.717,93
ITAGUACU-ES	ES	40.214,87
ITAPEMIRIM-ES	ES	3.071.874,80
ITARANA-ES	ES	36.717,93
IUNA-ES	ES	47.208,77
JAGUARE-ES	ES	6.729.338,33
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	36.717,93
JOAO NEIVA-ES	ES	40.214,87
LARANJA DA TERRA-ES	ES	36.717,93
LINHARES-ES	ES	19.249.745,32
MANTENOPOLIS-ES	ES	38.424,88
MARATAIZES-ES	ES	394.936,81
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	38.466,38
MARILANDIA-ES	ES	34.969,43
MIMOSO DO SUL-ES	ES	47.208,77
MONTANHA-ES	ES	41.963,32

MUCURICI-ES	ES	34.969,43
MUNIZ FREIRE-ES	ES	43.711,81
MUQUI-ES	ES	38.466,38
NOVA VENECIA-ES	ES	54.202,64
PANCAS-ES	ES	45.460,28
PEDRO CANARIO-ES	ES	45.460,28
PINHEIROS-ES	ES	45.460,28
PIUMA-ES	ES	40.214,87
PONTO BELO-ES	ES	34.969,43
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	8.644.694,89
RIO BANANAL-ES	ES	41.963,32
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	36.717,93
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	38.466,38
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	48.957,25
SANTA TERESA-ES	ES	45.460,28
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	34.969,43
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	47.208,77
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	36.717,93
SAO MATEUS-ES	ES	17.711.772,64
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	36.717,93
SERRA-ES	ES	47.806,97
SOORETAMA-ES	ES	43.711,81
VARGEM ALTA-ES	ES	41.963,32
VENDA NOVA DO IMIGRANTE- ES	ES	41.963,32
VIANA-ES	ES	38.245,56
VILA PAVAO-ES	ES	34.969,43
VILA VALERIO-ES	ES	38.466,38
VILA VELHA-ES	ES	554.729,70
VITORIA-ES	ES	554.729,70
TOTAL - ES		67.762.344,54
JUIZ DE FORA-MG	MG	5.338.952,28
TOTAL - MG		5.338.952,28
AFUA-PA	PA	70.868,84
ALENQUER-PA	PA	70.868,84
ALMEIRIM-PA	PA	70.868,84

ANAJAS-PA	PA	70.868,84
BREVES-PA	PA	70.868,84
CHAVES-PA	PA	70.868,84
CURUA-PA	PA	70.868,84
FARO-PA	PA	70.868,84
GURUPA-PA	PA	70.868,84
JURUTI-PA	PA	70.868,84
MELGACO-PA	PA	70.868,84
MONTE ALEGRE-PA	PA	70.868,84
OBIDOS-PA	PA	70.868,84
PORTO DE MOZ-PA	PA	70.868,84
PRAINHA-PA	PA	70.868,84
SANTAREM-PA	PA	70.868,84
TERRA SANTA-PA	PA	70.868,84
TOTAL - PA		1.204.770,28
PAULISTA-PE	PE	5.339.787,05
TOTAL - PE		5.339.787,05
ADRIANOPOLIS-PR	PR	46.696,84
AGUDOS DO SUL-PR	PR	46.696,84
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	PR	84.054,32
ANTONINA-PR	PR	58.371,04
ARAUCARIA-PR	PR	84.054,32
BALSA NOVA-PR	PR	49.031,66
BOCAIUVA DO SUL-PR	PR	46.696,84
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	PR	67.710,40
CAMPO DO TENENTE-PR	PR	46.696,84
CAMPO LARGO-PR	PR	84.054,32
CAMPO MAGRO-PR	PR	60.705,89
CERRO AZUL-PR	PR	56.036,17
COLOMBO-PR	PR	93.393,69
CONTENDA-PR	PR	51.366,48
CURITIBA-PR	PR	93.393,69
DOUTOR ULYSSES-PR	PR	46.696,84
FAZENDA RIO GRANDE-PR	PR	77.049,78
GUARAQUECABA-PR	PR	46.696,84
GUARATUBA-PR	PR	63.040,72

ITAPERUCU-PR	PR	58.371,04
LAPA-PR	PR	72.380,08
MANDIRITUBA-PR	PR	56.036,17
MATINHOS-PR	PR	5.149.603,22
MORRETES-PR	PR	53.701,35
PARANAGUA-PR	PR	88.723,98
PIEN-PR	PR	46.696,84
PINHAIS-PR	PR	86.389,15
PIRAQUARA-PR	PR	81.719,46
PONTAL DO PARANA-PR	PR	1.313.243,67
PORTO AMAZONAS-PR	PR	46.696,84
QUATRO BARRAS-PR	PR	56.036,17
QUITANDINHA-PR	PR	53.701,35
RIO BRANCO DO SUL-PR	PR	65.375,56
RIO NEGRO-PR	PR	65.375,56
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	PR	93.393,69
TIJUCAS DO SUL-PR	PR	51.366,48
TUNAS DO PARANA-PR	PR	46.696,84
TOTAL - PR		8.687.950,97
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	20.927.234,64
APERIBE-RJ	RJ	3.003.403,06
ARARUAMA-RJ	RJ	5.406.125,61
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	39.267.088,97
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	4.343.613,92
BARRA MANSA-RJ	RJ	5.357.228,33
BELFORD ROXO-RJ	RJ	5.976.816,95
BOM JARDIM-RJ	RJ	3.904.424,02
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	4.354.934,49
CABO FRIO-RJ	RJ	101.758.892,20
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	13.308.815,59
CAMBUCI-RJ	RJ	3.453.913,55
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	321.301.169,81
CANTAGALO-RJ	RJ	3.754.253,87
CARAPEBUS-RJ	RJ	25.718.960,17

CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	3.303.743,38
CARMO-RJ	RJ	3.453.913,55
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	39.577.552,93
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	3.754.253,87
CORDEIRO-RJ	RJ	3.754.253,87
DUAS BARRAS-RJ	RJ	3.153.573,22
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	19.115.894,72
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	14.362.746,28
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	3.453.913,55
ITABORAI-RJ	RJ	6.080.117,94
ITAGUAI-RJ	RJ	5.379.135,27
ITALVA-RJ	RJ	3.303.743,38
ITAOCARA-RJ	RJ	3.904.424,02
ITAPERUNA-RJ	RJ	5.406.125,61
JAPERI-RJ	RJ	10.736.363,60
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	3.003.403,06
MACAE-RJ	RJ	264.821.319,92
MACUCO-RJ	RJ	3.003.403,06
MAGE-RJ	RJ	17.214.635,33
MANGARATIBA-RJ	RJ	9.922.513,43
MARICA-RJ	RJ	5.229.714,86
MESQUITA-RJ	RJ	5.976.816,95
MIRACEMA-RJ	RJ	4.054.594,17
NATIVIDADE-RJ	RJ	3.453.913,55
NILOPOLIS-RJ	RJ	5.976.816,95
NITEROI-RJ	RJ	39.483.021,75
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	6.006.806,22
NOVA IGUACU-RJ	RJ	5.976.816,95
PARACAMBI-RJ	RJ	4.632.033,13
PARATI-RJ	RJ	5.888.162,02
PETROPOLIS-RJ	RJ	6.006.806,22
PIRAI-RJ	RJ	5.357.228,33
PORCIUNCULA-RJ	RJ	3.453.913,55
QUEIMADOS-RJ	RJ	5.677.976,10
QUISSAMA-RJ	RJ	53.104.182,53
RIO BONITO-RJ	RJ	4.805.444,96

RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	119.386.863,97
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	45.036.276,37
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	3.153.573,22
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	4.505.104,66
SAO FIDELIS-RJ	RJ	4.505.104,66
SAO FRANCISCO DE ITABA- POANA-RJ	RJ	4.655.274,81
SAO GONCALO-RJ	RJ	6.080.117,94
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	38.065.549,55
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	5.976.816,95
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	3.003.403,06
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	3.754.253,87
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	4.955.615,11
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	3.003.403,06
SAQUAREMA-RJ	RJ	4.805.444,96
SEROPEDICA-RJ	RJ	5.080.294,40
SILVA JARDIM-RJ	RJ	12.358.185,91
SUMIDOURO-RJ	RJ	3.453.913,55
TANGUA-RJ	RJ	4.034.351,41
TERESOPOLIS-RJ	RJ	5.856.636,06
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	3.153.573,22
VARRE-SAI-RJ	RJ	3.003.403,06
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	5.357.228,33
TOTAL - RJ		1.446.810.541,54
ACARI-RN	RN	59.040,08
ACU-RN	RN	3.324.724,02
AFONSO BEZERRA-RN	RN	59.040,08
AGUA NOVA-RN	RN	56.228,69
ALEXANDRIA-RN	RN	61.851,48
ALMINO AFONSO-RN	RN	56.228,69
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	3.509.498,42
ANTONIO MARTINS-RN	RN	56.228,69
APODI-RN	RN	3.301.211,07
AREIA BRANCA-RN	RN	10.761.734,18

AUGUSTO SEVERO-RN	RN	56.228,69
BARAUNA-RN	RN	70.285,92
CAICO-RN	RN	92.777,32
CARAUBAS-RN	RN	1.993.845,58
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	56.228,69
CARNAUBAIS-RN	RN	1.775.507,11
CERRO CORA-RN	RN	59.040,08
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	56.228,69
CRUZETA-RN	RN	56.228,69
CURRAIS NOVOS-RN	RN	87.154,52
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	56.228,69
ENCANTO-RN	RN	56.228,69
EQUADOR-RN	RN	56.228,69
FELIPE GUERRA-RN	RN	2.215.623,34
FLORANIA-RN	RN	56.228,69
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	56.228,69
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	56.228,69
GALINHOS-RN	RN	1.059.262,04
GOIANINHA-RN	RN	100.964,24
GOVERNADOR DIX-SEPT RO-		
SADO-RN	RN	3.731.433,18
GROSSOS-RN	RN	1.489.888,56
GUAMARE-RN	RN	22.334.332,28
IELMO MARINHO-RN	RN	5.928.043,99
IPANGUACU-RN	RN	59.040,08
IPUEIRA-RN	RN	56.228,69
ITAJA-RN	RN	56.228,69
ITAU-RN	RN	56.228,69
JANDAIRA-RN	RN	56.228,69
JANDUIS-RN	RN	56.228,69
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	59.040,08
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	61.851,48
JOAO DIAS-RN	RN	56.228,69
JOSE DA PENHA-RN	RN	56.228,69
JUCURUTU-RN	RN	67.474,40
LAGOA NOVA-RN	RN	61.851,48

LUCRECIA-RN	RN	56.228,69
LUIS GOMES-RN	RN	56.228,69
MACAIBA-RN	RN	5.910.602,71
MACAU-RN	RN	22.362.010,42
MAJOR SALES-RN	RN	56.228,69
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	56.228,69
MARTINS-RN	RN	56.228,69
MESSIAS TARGINO-RN	RN	56.228,69
MOSSORO-RN	RN	26.585.083,46
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	56.228,69
OURO BRANCO-RN	RN	56.228,69
PARANA-RN	RN	56.228,69
PARAU-RN	RN	56.228,69
PARELHAS-RN	RN	70.285,92
PATU-RN	RN	59.040,08
PAU DOS FERROS-RN	RN	75.908,70
PEDRO AVELINO-RN	RN	59.700,30
PENDENCIAS-RN	RN	2.838.755,74
PILOES-RN	RN	56.228,69
PORTALEGRE-RN	RN	56.228,69
PORTO DO MANGUE-RN	RN	4.730.588,98
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	56.228,69
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	56.228,69
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	56.228,69
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	56.228,69
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	56.228,69
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	56.228,69
SAO FERNANDO-RN	RN	56.228,69
SAO FRANCISCO DO OESTE- RN	RN	56.228,69
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	56.228,69
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	56.228,69
SAO MIGUEL-RN	RN	73.097,30
SAO RAFAEL-RN	RN	56.228,69
SAO VICENTE-RN	RN	56.228,69
SERRA DO MEL-RN	RN	1.434.211,43

SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	56.228,69
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	56.228,69
SEVERIANO MELO-RN	RN	59.040,08
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	56.228,69
TENENTE ANANIAS-RN	RN	56.228,69
TENENTE LAURENTINO CRUZ- RN	RN	56.228,69
TIBAU-RN	RN	841.685,74
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	56.228,69
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	56.228,69
UMARIZAL-RN	RN	59.040,08
UPANEMA-RN	RN	2.092.352,99
VENHA-VER-RN	RN	56.228,69
VICOSA-RN	RN	56.228,69
TOTAL - RN		132.556.039,51
ARAMBARE-RS	RS	1.656,07
BARRA DO RIBEIRO-RS	RS	1.656,07
CAMAQUA-RS	RS	1.656,07
CANOAS-RS	RS	5.339.787,05
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	1.656,07
CIDREIRA-RS	RS	476.290,43
ELDORADO DO SUL-RS	RS	1.656,07
GUAIBA-RS	RS	1.656,07
IMBE-RS	RS	6.411.767,53
MOSTARDAS-RS	RS	1.656,07
OSORIO-RS	RS	5.910.612,67
PALMARES DO SUL-RS	RS	1.656,07
PELOTAS-RS	RS	1.656,07
PORTO ALEGRE-RS	RS	1.656,07
RIO GRANDE-RS	RS	1.103.757,06
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	1.656,07
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	1.656,07
TAPES-RS	RS	1.656,07
TAVARES-RS	RS	1.656,07
TRAMANDAI-RS	RS	9.422.043,77
TURUCU-RS	RS	1.656,07

VIAMAO-RS	RS	1.656,07
TOTAL - RS		28.690.755,63
ARAQUARI-SC	SC	150.613,60
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	4.386.165,39
GARUVA-SC	SC	150.613,60
ITAPOA-SC	SC	4.386.165,37
JOINVILLE-SC	SC	150.613,60
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	19.264.370,83
TOTAL - SC		28.488.542,39
AMPARO DE SAO FRANCISCO-		
SE	SE	32.049,37
AQUIDABA-SE	SE	40.061,72
ARACAJU-SE	SE	19.048.615,09
ARAUA-SE	SE	32.049,37
AREIA BRANCA-SE	SE	65.910,85
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	2.318.086,45
BOQUIM-SE	SE	43.266,66
BREJO GRANDE-SE	SE	1.128.475,91
CAMPO DO BRITO-SE	SE	36.856,79
CANHIBA-SE	SE	32.049,37
CANINDE DE SAO FRANCISCO-		
SE	SE	38.459,25
CAPELA-SE	SE	75.676,32
CARIRA-SE	SE	38.459,25
CARMOPOLIS-SE	SE	8.101.352,69
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	32.049,37
CRISTINAPOLIS-SE	SE	36.856,79
CUMBE-SE	SE	32.049,37
DIVINA PASTORA-SE	SE	3.790.094,72
ESTANCIA-SE	SE	52.881,49
FEIRA NOVA-SE	SE	32.049,37
FREI PAULO-SE	SE	33.651,83
GARARU-SE	SE	33.651,83
GENERAL MAYNARD-SE	SE	60.169,50
GRACHO CARDOSO-SE	SE	32.049,37
ILHA DAS FLORES-SE	SE	32.049,37

INDIAROA-SE	SE	35.254,32
ITABAIANA-SE	SE	56.086,43
ITABAIANINHA-SE	SE	46.471,61
ITABI-SE	SE	32.049,37
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	2.048.887,64
JAPARATUBA-SE	SE	8.090.646,05
JAPOATA-SE	SE	35.254,32
LAGARTO-SE	SE	57.688,90
LARANJEIRAS-SE	SE	41.664,21
MACAMBIRA-SE	SE	32.049,37
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	32.049,37
MALHADOR-SE	SE	33.651,83
MARUIM-SE	SE	1.247.043,61
MOITA BONITA-SE	SE	33.651,83
MONTE ALEGRE DE SERGIPE- SE	SE	33.651,83
MURIBECA-SE	SE	32.049,37
NEOPOLIS-SE	SE	40.061,72
NOSSA SENHORA APARECIDA- SE	SE	32.049,37
NOSSA SENHORA DA GLORIA- SE	SE	43.266,66
NOSSA SENHORA DAS DO- RES-SE	SE	41.664,21
NOSSA SENHORA DE LOUR- DES-SE	SE	32.049,37
NOSSA SENHORA DO SOCOR- RO-SE	SE	62.496,31
PACATUBA-SE	SE	749.471,87
PEDRA MOLE-SE	SE	32.049,37
PEDRINHAS-SE	SE	32.049,37
PINHAO-SE	SE	32.049,37
PIRAMBU-SE	SE	13.877.301,51
POCO REDONDO-SE	SE	43.266,66
POCO VERDE-SE	SE	40.061,72
PORTO DA FOLHA-SE	SE	43.266,66

PRÓPRIA-SE	SE	43.266,66
RIACHÃO DO DANTAS-SE	SE	40.061,72
RIACHUELO-SE	SE	527.287,37
RIBEIROPOLIS-SE	SE	36.856,79
ROSÁRIO DO CATETE-SE	SE	1.994.764,55
SALGADO-SE	SE	40.061,72
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	35.254,32
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	32.049,37
SANTANA DO SÃO FRANCIS- CO-SE	SE	32.049,37
SANTO AMARO DAS BROTAS- SE	SE	977.263,67
SÃO CRISTÓVÃO-SE	SE	1.008.756,72
SÃO DOMINGOS-SE	SE	32.049,37
SÃO FRANCISCO-SE	SE	32.049,37
SÃO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	32.049,37
SIMÃO DIAS-SE	SE	48.074,08
SIRIRI-SE	SE	2.391.234,03
TELHA-SE	SE	32.049,37
TOBIAS BARRETO-SE	SE	49.676,55
TOMAR DO GERU-SE	SE	35.254,32
UMBAÚBA-SE	SE	40.061,72
TOTAL - SE		69.648.346,77
ARUJA-SP	SP	14.164,78
BARRA DO TURVO-SP	SP	8.584,68
BARUERI-SP	SP	17.169,42
BERTIÓGA-SP	SP	17.249.115,86
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	11.589,34
CAIEIRAS-SP	SP	14.594,02
CAJAMAR-SP	SP	13.735,53
CAJATI-SP	SP	12.018,59
CANANEIA-SP	SP	1.111.562,22
CARAGUATATUBA-SP	SP	15.994.806,18
CARAPICUÍBA-SP	SP	17.169,42
COTIA-SP	SP	17.169,42
CUBATÃO-SP	SP	732.322,74

DIADEMA-SP	SP	17.169,42
ELDORADO-SP	SP	9.872,39
EMBU-GUACU-SP	SP	14.164,78
EMBU-SP	SP	17.169,42
FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	16.740,19
FRANCISCO MORATO-SP	SP	16.740,19
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	15.881,71
GUARAREMA-SP	SP	11.160,10
GUARUJA-SP	SP	55.440,52
GUARULHOS-SP	SP	17.169,42
IGUAPE-SP	SP	11.589,34
ILHA COMPRIDA-SP	SP	8.584,68
ILHABELA-SP	SP	15.994.806,18
ITANHAEM-SP	SP	14.594,02
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	16.740,19
ITAPEVI-SP	SP	17.169,42
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	17.169,42
ITARIRI-SP	SP	9.443,15
JACUPIRANGA-SP	SP	10.301,64
JANDIRA-SP	SP	15.452,49
JUQUIA-SP	SP	11.160,10
JUQUITIBA-SP	SP	11.589,34
MAIRIPORA-SP	SP	14.164,78
MAUA-SP	SP	17.169,42
MIRACATU-SP	SP	11.160,10
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	17.169,42
MONGAGUA-SP	SP	12.447,81
OSASCO-SP	SP	17.169,42
PARIQUERA-ACU-SP	SP	10.301,64
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	8.584,68
PERUIBE-SP	SP	13.735,53
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	9.443,15
POA-SP	SP	15.452,49
PRAIA GRANDE-SP	SP	174.267,68
REGISTRO-SP	SP	13.735,53
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	15.881,71

RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	12.877,05
SALESOPOLIS-SP	SP	9.872,39
SANTA ISABEL-SP	SP	13.306,30
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	15.023,24
SANTO ANDRE-SP	SP	17.169,42
SANTOS-SP	SP	1.056.245,95
SAO BERNARDO DO CAMPO- SP	SP	17.169,42
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	16.740,19
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	9.443,15
SAO PAULO-SP	SP	17.169,42
SAO SEBASTIAO-SP	SP	45.874.897,47
SAO VICENTE-SP	SP	174.267,68
SETE BARRAS-SP	SP	9.443,15
SUZANO-SP	SP	17.169,42
TABOAO DA SERRA-SP	SP	17.169,42
VARGEM GRANDE PAULISTA- SP	SP	12.447,81
TOTAL - SP		99.185.205,15

TABELA C- PARTICIPAÇÃO ESPECIAL²³

	Em R\$
União	Distribuido
MINAS E ENERGIA	2.786.799.043,30
MEIO AMBIENTE	696.699.760,06
Total	2.635.988.554,56
Estados	
RIO DE JANEIRO	2.700.240.455,40
ESPÍRITO SANTO	13.844.093,66
AMAZONAS	33.705.666,27
RIO GRANDE DO NORTE	25.969.237,51
BAHIA	3.547.540,60
ALAGOAS	1.501.393,64
SERGIPE	7.990.656,22

²³ Em Regime de Caixa

Total	2.786.799.043,30
Municípios	
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	6.203.848,94
ARRAIAL DO CABO-RJ	0,00
CABO FRIO-RJ	44.403.320,16
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	351.336.820,13
CARAPEBUS-RJ	2.491.930,04
CASIMIRO DE ABREU-RJ	13.125.491,44
MACAE-RJ	84.070.525,71
QUISSAMA-RJ	22.124.260,78
RIO DAS OSTRAS-RJ	144.128.889,88
JAGUARE-ES	45.298,78
COARI-AM	8.426.416,55
PRESIDENTE KENNEDY-ES	3.415.724,61
SAO JOAO DA BARRA-RJ	7.175.026,54
AREIA BRANCA-RN	950.915,34
MOSSORO-RN	5.541.394,00
POJUCA-BA	886.885,14
CARMOPOLIS-SE	830.261,98
GENERAL MAYNARD-SE	4.379,66
JAPARATUBA-SE	1.038.235,22
MARUIM-SE	28.694,86
ROSARIO DO CATETE-SE	78.964,18
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	17.128,05
MARECHAL DEODORO-AL	84.873,85
PILAR-AL	243.171,41
RIO LARGO-AL	13.308,24
SATUBA-AL	33.994,83
Total	696.699.760,32
Total Recolhido	6.966.997.606,98